

PROPOSTA

Revista trimestral de debates da FASE • Ano 25 • Dezembro/Fevereiro de 1997 • Nº 71 • Preço: R\$ 6,00

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DA COMUNIDADE
LOCAL ÀS
DINÂMICAS
MICRORREGIONAIS
Jean-Pierre Leroy

ENTREVISTA
• José Eduardo de
Campos Siqueira

SISTEMAS DE
PRODUÇÃO: UMA
PERSPECTIVA DE
GÊNERO
Maria Emília
Lisboa Pacheco

SUSTENTABILIDADE
E DEMOCRACIA
Henri Acselrad



ASSINE JÁ A REVISTA PROPOSTA

- nº 70 Cenários do Século XXI
- nº 69 Eleições e Cidadania
- nº 68 Cenários do Século XXI
- nº 67 Movimentos Populares Urbanos
- nº 66 Mudar a Vida
- nº 65 Repensando o Brasil II
- nº 64 Globalizar ou integrar?
- nº 63 Trabalho e renda
- nº 62 Crise urbana
- nº 61 Repensando o Brasil
- nº 60 Genocídio social
- nº 59 Cidadania e políticas públicas
- nº 58 Democratização dos meios de comunicação
- nº 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- nº 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- nº 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- nº 54 Democratizando a cidade
- nº 53 Qual desenvolvimento?
- nº 52 Educação básica: essa crise tem solução
- nº 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- nº 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- nº 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- nº 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- nº 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- nº 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem



**FAÇA SUA
ASSINATURA E
GANHE MAIS
DUAS REVISTAS**

COPIE E ENVIE O
CUPOM AO LADO
PARA:

Revista PROPOSTA

R. das Palmeiras, 90

CEP: 22270-070

Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 286-1441

Fax: (021) 286-1209

Cupom de assinatura

☐ Cheque nominal à FASE

☐ Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Tel/Ramal:

Data:

Área de interesse: ☐ Sindicalismo ☐ Questões rurais ☐ Questões urbanas

☐ Comunicação ☐ Ecologia ☐ Outros

Assinatura Anual

Número Avulso

Exterior

☐ R\$ 20,40

☐ R\$ 6,00

☐ US\$30.00

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDITORIAL

3

DO ECODESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO?
Philippe Pomier Layrargues

5

SUSTENTABILIDADE E DEMOCRACIA
Henri Acselrad

11

DA COMUNIDADE LOCAL ÀS DINÂMICAS MICRORREGIONAIS
NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Jean-Pierre Leroy

17

ENTREVISTA

AÇÃO MUNICIPAL E SUSTENTABILIDADE
José Eduardo de Campos Siqueira

26

SISTEMAS DE PRODUÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO
Maria Emília L. Pacheco

36

O COMPONENTE AMBIENTAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR NA TRANSAMAZÔNICA
Raimunda Monteiro

39

A FOME NO BRASIL: UMA RADIOGRAFIA
Lizt Vieira e Maria Emília Mello

46

ALEMANHA SUSTENTÁVEL: UM NOVO
ESTUDO E VELHAS POLÍTICAS
Thomas Fautheuer

54

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
Telex: 2134201 foas BR
E-Mail: fase@ax.apc.org

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 – Abaetetuba – PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 – Umarizal
66055-080 – Belém – PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-CÁCERES

Rua O6 Quadra 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 – Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.: (082) 223-4615

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 – Capanema – BA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93 – Califórnia
45600-000 – Itabuna – BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/sala 105
Edifício Santa Terezinha - Centro
57020-000 – Maceió – AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-MANAUAS

Rua 47, n°961, conjunto 31 de Março
Bairro Japlim I
69077-480 – Manaus – AM
Caixa Postal 531
CEP 69011-970
Tel/Fax: (092) 237-7483

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 – Nova Marabá
68509-160 – Marabá – PA
Caixa Postal 73
CEP 68508-970
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 – Porto Alegre – RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168 - Derbi
52010-060 – Recife – PE
Tel/Fax: (081) 423-3826

FASE-RIO DE JANEIRO

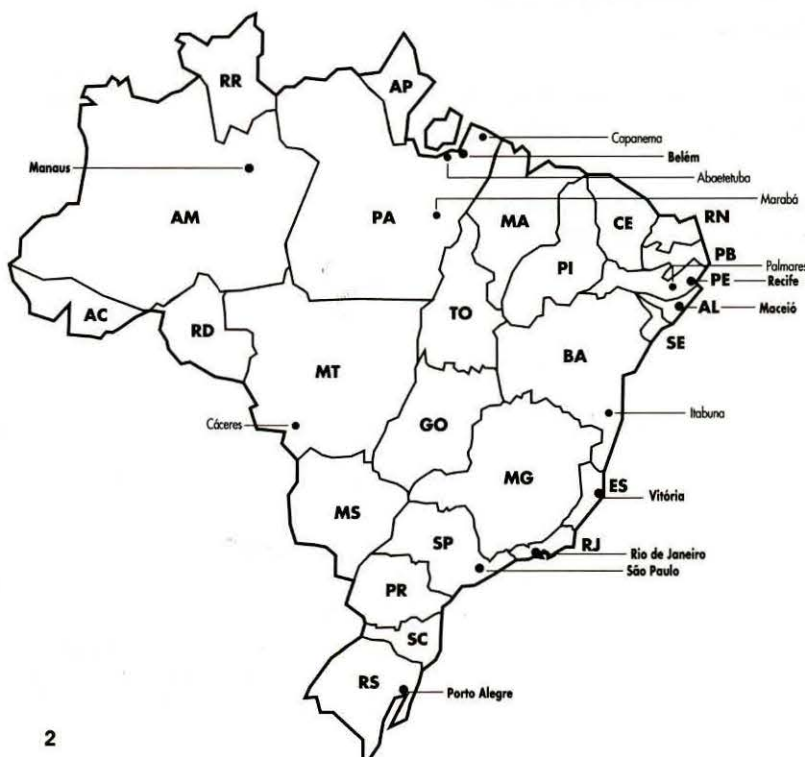
Av. Pres. Wilson, 113/1302 – Centro
20030-020 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 casa 6 - Vila Clementino
04040-032 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-530 – Vitória – ES
Tel/Fax: (027) 223-7436



FASE

Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

PROPOSTA

Nº 71 – Fevereiro de 1997
Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Angela de Carvalho Borba
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Mabel de Faria
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Júnior
Paulo Gonzaga
Paulo Sérgio Muçouçah
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Ricardo Tavares
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Sandra Mayrink Veiga

Sub-editor

Ricardo Salles

Jornalista Responsável

Luiz Antônio Correa de Carvalho

Organização nº 71

Jean-Pierre Leroy,
Maria Emília Lisboa Pacheco,
Ricardo Salles e Henry Acselrad.

Assistente

Silvia Helena Matos Brandão

Capa:

Foto: Imagens da Terra
Projeto Gráfico: Teresa Guilhon

Diagramação

Teresa Guilhon/Nathalia Cavalcante

Editoração Eletrônica

Caravela Comunicação Visual

Informações e Vendas

Antônio Neves Filho

Redação

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
Todas as opiniões emitidas nos
artigos assinados são
de inteira responsabilidade
de seus autores.

Desenvolvimento deixou de ser a palavra mágica que, durante quase meio século a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, acenou com um futuro melhor para aquela parte da humanidade que não desfrutava dos benefícios aparentes do progresso técnico característico dos chamados países desenvolvidos. Hoje, a palavra parece indicar mais problemas e interrogações que soluções simples. Um balanço das décadas desenvolvimentistas de fato não permite otimismo fáceis. Não são apenas os países em desenvolvimento que, após décadas de esforços, sacrifícios e investimentos, não alcançaram o paraíso. A própria realidade dos países desenvolvidos mostra uma face mais sombria: problemas ambientais, desemprego crescente e estrutural, desmonte da estrutura de bem estar social, violência, drogas e cultura individualista e niilista. Mesmo a imagem do prometido paraíso futuro do desenvolvimentismo dá lugar a um quadro mais sombrio. Um quadro em que os frutos do desenvolvimento desenfreado, predatório e anárquico são, ironicamente, finalmente globalizados: fomes continentais, conflitos étnicos e regionais com capacidade militar de destruição praticamente ilimitada, comprometimento da qualidade de vida e da própria vida de gerações futuras, poluição, esgotamento de recursos naturais, ameaças de extinção de espécies, de desastres ecológicos.

Um legado nada invejável que vem sendo problematizado através do debate dos caminhos de um desenvolvimento cujos resultados possam efetivamente se reverter em progresso humano para todos.

O legado de décadas de Brasil desenvolvimentista é apresentado por Liszt Vieira e Maria Emília Melo ao radiografarem "A Fome no Brasil". As perspectivas futuras para um desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento são tratadas por Philippe Pomier Layargues, que discute exatamente as diferenças entre estes dois conceitos. A noção mesma de sustentabilidade é problematizada por Henri Acselrad através da crítica dos conceitos de eficácia, escala, equidade, auto-suficiência e ética e de sua relação com a afirmação da democracia.

Numa perspectiva mais próxima das experiências particulares em curso atualmente, Thomas Fatheuer discute a possibilidade de uma "Alemanha Sustentável". Jean-Pierre Leroy apresenta uma reflexão sobre as dinâmicas locais e regionais como espaços de criação e experimentação na busca do desenvolvimento sustentável.

Maria Emília Lisboa Pacheco discute, na perspectiva de gênero, o sistema de pequena produção na agricultura familiar como uma alternativa para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Raimunda Monteiro aborda o mesmo tema da agricultura familiar com sua componete ambiental na região transamazônica. Finalmente, a entrevista com José Eduardo de Campos Siqueira, Secretário Municipal do Meio Ambiente da cidade de Santos relata a experiência de uma administração municipal que buscou enfrentar os problemas ambientais numa perspectiva de participação popular.

São perspectivas diversas e experiências diferenciadas que *Proposta* oferece a seu leitor para enriquecer o que será certamente o grande debate do início do novo milênio.

RICARDO SALLES
Assessor da FASE Nacional

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Ana Clara Torres Ribeiro

VICE-PRESIDENTE

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª SECRETÁRIA

Leilah Landim Assumpção

2ª SECRETÁRIA

Márcia Pereira Leite

3ª SECRETÁRIO

Revdo. Paulo Pena Schutz

SUPLENTE

Décio Lima de Castro

Fernanda Carísio

Luís Carlos Delorne Prado

Maria Lucia Karan

Paulo Totti

CONSELHO FISCAL

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

SUPLENTE

Ricardo de Gouvêa Corrêa

José Moreira Bartholo

ASSOCIADOS EFETIVOS

José Sérgio Leite Lopes • Silvio

Caccia Bava • Braulio Rodrigues

da Silva • Sérgio Goes de Paula •

Rosiska Darcy de Oliveira •

Cândido Grzybowski • Herbert de

Souza • Otávio Guilherme Cardoso

Alves Velho • Lysâneas Maciel •

Otilia Silva Leite • Luís Eduardo

Soares • Ênio Candotti • Uri Gomes

Machado • Alexandre Sgrezia •

Lizt Vieira • Antonio Abreu •

Carlos Nelson Coutinho • Luiz

Gonzaga Ulhoa Tenório • Renato

Sérgio Maluf • Ricardo Peret • Pe.

Adelar Pedro de David • Lícia

Valadares • Wanda Engel Aduan •

Peter Collins Cona

DIRETOR EXECUTIVO

Jorge Eduardo Saavedra Durão

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Virgílio Rosa Neto

DIRETOR DA ÁREA TRABALHO E RENDA

Pedro Claudio Cunha

Bocayuva Cunha

DIRETOR DA ÁREA MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO

Maria Emilia Lisboa Pacheco

DIRETOR DA ÁREA POLÍTICAS PÚBLICAS

E CIDADANIA

Orlando Alves dos Santos Junior

FASE - educando para a cidadania e o desenvolvimento

Fundada em 1961, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio a atividades de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não-governamental de educação e de desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 10 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 35 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos das últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional, a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos, e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisas e da publicação de cartilhas, livros e da Revista PROPOSTA e da promoção de ações coletivas, tais como campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos e partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

- Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

- Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos no próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.

- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.

- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.

- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população.

Estratégia

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras três temas com a preocupação permanente de enfocar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

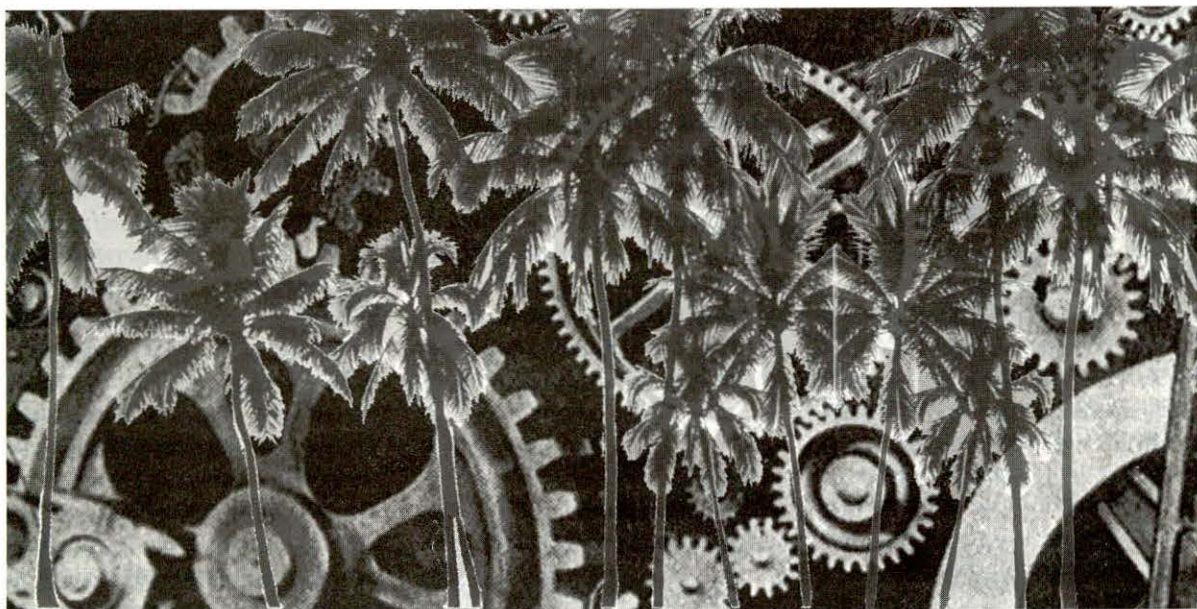
Meio Ambiente e Desenvolvimento Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento

Trabalho e Renda Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

Cidadania, políticas públicas e questão urbana Participação popular na definição das políticas públicas.

DO ECODESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO?

Philippe Pomier Layrargues



MARTA STRAUCH

Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante, uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares.

Situa-se a escolha entre que estilo de desenvolvimento se deseja, pois, desde que o modelo convencionalmente adotado pelo ocidente mostrou sinais crescentes de fraqueza na resolução dos problemas econômicos no Ter-

ceiro Mundo, ao mesmo tempo em que a crise ambiental também revelou a necessidade de alteração deste modelo, despontaram vários cenários alternativos em elaboração teórica para novos estilos de desenvolvimento.

Todavia, no momento em que o setor empresarial verde insere-se no movimento ecológico, ele ganha toda a credibilidade discursiva e promove o estilo do desenvolvimento sustentável como o marco teórico defendido por todos os segmentos do ambientalismo. Isto ocorre em detrimento de toda e qualquer discussão acerca dos demais conceitos formulados, a exemplo do ecodesenvolvimento.

Verifica-se atualmente, em todos os foros de debate, documentos oficiais e publicações científicas, o uso indiscriminado do

conceito de desenvolvimento sustentável, termo definitivamente legitimado e absorvido pela comunidade ambientalista após a Conferência do Rio. Julga-se que ocorreu uma evolução conceitual do ecodesenvolvimento para o desenvolvimento sustentável e, portanto, ambas expressões poderiam ser consideradas e utilizadas como sinônimos.

Contestando esta afirmativa, o presente ensaio prossegue o raciocínio de dois pesquisadores que procuram desmistificar o debate sobre os estilos de desenvolvimento e promove uma análise compa-

PHILIPPE POMIER LAYRARGUES - Biólogo, especialista em Educação Ambiental, mestre em Ecologia Social. Pesquisador do GEA/UFRJ

rativa entre os princípios do ecodesenvolvimento com o desenvolvimento sustentável, onde percebemos as diferenças que denunciam a falsidade da afirmação. A perspectiva da análise de discurso dos textos onde se encontram suas respectivas matrizes teóricas esclarece definitivamente o quadro ideológico escamoteado por trás do discurso legitimador do desenvolvimento sustentável, assumido ingenuamente pela comunidade ambientalista.

A falência não declarada de um sistema

O conceito inicial de desenvolvimento desponta a partir da obra de Rostow, que, recuperando o darwinismo social, se baseia na idéia de sucessão evolutiva de estágios, onde tal qual na natureza, as sociedades humanas evoluíram de formas inferiores para superiores. Nesta hipótese, parte-se de um modelo de sociedade rudimentar culminando no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal. As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução. Este é o golpe fatal que se desfere na diversidade cultural do planeta, pois a verdadeira cultura seria representada pela sociedade norte-americana. As demais, vistas como entraves ao desenvolvimento, forças de resistência endógenas, deveriam ser sumariamente eliminadas.

Evidencia-se a necessidade imaginária da transição de estágios evolutivos quando se verifica a bipolaridade entre os termos Norte e Sul, Primeiro e Terceiro Mundo, países desenvolvidos e subde-

seenvolvidos, ricos e pobres, centro e periferia. Esta premissa foi estrategicamente assumida por organizações internacionais como a ONU, OCDE, Banco Mundial, entre outras, garantindo uma abstrata neutralidade ideológica a partir do estabelecimento de uma escala de modernização dos *Países Menos Avançados* até os *Novos Países Industrializados*, como se, ao Terceiro Mundo, marginalizado do sistema mundial, fosse imperativo integrar-se a ele. Assim, após a ONU ter dedicado a década de 60 ao desenvolvimento, criando projetos de cooperação e transferência de recursos financeiros e tecnológicos, o Banco Mundial e o FMI incentivaram a abertura da economia no Terceiro Mundo, influenciados pelos

EVIDENCIA-SE A NECESSIDADE IMAGINÁRIA DA TRANSIÇÃO DE ESTÁGIOS EVOLUTIVOS QUANDO SE VERIFICA A BIPOLARIDADE ENTRE OS TERMOS NORTE E SUL, PRIMEIRO E TERCEIRO MUNDO, PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS, RICOS E POBRES, CENTRO E PERIFERIA.

resultados positivos dos Tigres Asiáticos, pois acreditava-se na possibilidade de um aumento no padrão de vida do Terceiro Mundo tão logo se implementasse um rápido crescimento econômico. Essa teoria, assentada na premissa de "fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo", foi amplamente contestada pelos recentes indicadores de desenvolvimento, que permitem verificar que este esboço nunca ocorreu.

Enfim, os EUA tornaram-se o paradigma da boa sociedade desenvolvida e o desenvolvimento passou a ser caracterizado como a transposição do "jeito americano de viver" (ou melhor, de ter) para o resto do mundo. O estilo de vida norte-americano tornou-se a luz que direcionaria o desenvolvimento do Terceiro Mundo e as nações recém-liberadas do colonialismo europeu imediatamente aceitaram a condição de países subdesenvolvidos, proclamando-se candidatas ao desenvolvimento econômico. Assim, o Terceiro Mundo assumiu um desenvolvimento mimético, negando suas especificidades culturais e a isso se deve o aniquilamento das sociedades indígenas na América Latina.

A integração do Terceiro Mundo no cenário comercial internacional através do mercado acarretou na divisão internacional do trabalho. As multinacionais, instalando-se no Sul para aproveitar o baixo custo de produção — mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais à disposição, energia subsidiada —, promoveram o desenvolvimento *dependente*, pois a matriz tecnológica e as inovações tecnológicas permanecem no Norte, e *desarticulado*, pois as multinacionais não obedecem às necessidades culturais do país e sim à lógica do mercado.

Um quarto de século de crescimento econômico não bastou para resolver os problemas sociais dos países ocidentais e muito menos para eliminar a miséria no Terceiro Mundo. A dívida externa acumulada veio reforçar o caráter

1 - Acselrad, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. *Proposta*, 17(56):5-8. 1993; e Leroy, Jean-Pierre. Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação? *Proposta*, 16(53):5-9. 1992.

2 - Rostow, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. RJ, Zahar. 1971.

**UM QUARTO DE SÉCULO
DE CRESCIMENTO
ECONÔMICO NÃO
BASTOU PARA RESOLVER
OS PROBLEMAS SOCIAIS
DOS PAÍSES OCIDENTAIS
E MUITO MENOS PARA
ELIMINAR A MISÉRIA NO
TERCEIRO MUNDO.**

de dependência financeira assumida pelo Terceiro Mundo, induzindo-se à percepção de que um crescimento quantitativo da economia não se traduz em bem-estar para a população. O crescimento, na melhor das hipóteses, é uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente ao desenvolvimento. Para o Terceiro Mundo se desenvolver teria que refletir sobre suas especificidades, evitando o caminho percorrido pelos países industrializados e se engajando na pesquisa de modelos qualitativamente diferentes do norte-americano. O quadro cultural local, antes ignorado, ganha uma relevância nunca pretendida.

A crítica, inicialmente dirigida ao modelo tradicional de desenvolvimento, recaiu sobre o acirramento das injustiças sociais e o esfacelamento cultural nativo. Como pano de fundo do conceito de desenvolvimento endógeno, destaca-se que a teoria convencional de desenvolvimento está impregnada de fatores exógenos ao Terceiro Mundo. A integração das culturas torna-se fundamento, dimensão e finalidade do desenvolvimento endógeno, constituindo-se na negação da uniformização sociocultural. Mas a endogeneização do desenvolvimento não significa a negação dos fatores exógenos, pois a identidade cultural de cada nação do Sul pode viver sua própria modernidade, transformando-se sem perder sua configuração original.

O Ecodesenvolvimento

O conceito de ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong em junho de 1973, consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Com a Declaração de Cocoyoc no México em 1974, também as cidades do Terceiro Mundo passam a ser consideradas no ecodesenvolvimento. Finalmente, na década de 80, o economista Ignacy Sachs se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente, criando um quadro de estratégias para o ecodesenvolvimento. Parte da premissa deste modelo se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

O ecodesenvolvimento representa uma abordagem em relação ao desenvolvimento cujo horizonte temporal coloca-se a décadas ou mesmo séculos adiante. Entende que a satisfação das necessidades das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que, no entanto, se comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, já por demais sacrificada pelas disparidades sociais da atualidade.

Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local.

**O ECODESENVOLVIMENTO
REPRESENTA UMA
ABORDAGEM EM RELAÇÃO
AO DESENVOLVIMENTO
CUJO HORIZONTE
TEMPORAL
COLOCA-SE A DÉCADAS
OU MESMO
SÉCULOS ADIANTE.**

Sachs sugere o pluralismo tecnológico como o esquema mais conveniente, envolvendo tanto a tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo. Aproximando-se dos princípios do desenvolvimento endógeno, Sachs esclarece que “o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecoregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (...) Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. *Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa*, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias” (grifo meu). Afirma ainda, que “nada justifica o otimismo tecno-

3 - Hô, P. Le développement endogène comme alternative. Potentialités et obstacles à son déploiement. In: Tri, H.C.(org) *Développement endogène: aspects qualitatifs et facteurs stratégiques*. Unesco, pp.35-69. 1988.

4 - Sachs, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. SP. Vértice. 1986.

lógico ilimitado segundo o qual a sociedade encontra sempre uma solução técnica aos problemas econômicos, sociais ou ecológicos por mais difíceis que possam parecer”.

Sachs promove um alerta com relação à atuação ilimitada do mercado, nem sempre capaz de atuar livremente sem a regulação estatal: “crescimento e modernização podem levar tanto ao maldesenvolvimento como ao desenvolvimento, sendo o primeiro um resultado muito mais provável na ocorrência de um *processo impulsionado pelo mercado* e que dê ênfase a sistemas técnicos complexos” (grifo meu).

Devemos, então, para implementar uma estratégia de desenvolvimento comprometida com a prudência ecológica e justiça social, “impor-nos voluntariamente um *teto do consumo material*, procurando gratificação em esferas não-materiais da nossa vida e desse modo enfatizando a dimensão cultural da natureza humana, ou ficaremos presos na corrida acelerada da aquisição de um número cada vez maior de bens” (grifo meu).

O Desenvolvimento Sustentável

A Assembléia Geral do ONU de 1983 criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, cujo relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, tinha como objetivo: “Pro-

por estratégias ambientais de longo prazo para se obter um *desenvolvimento sustentável* por volta do ano 2.000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior *cooperação* entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à *consecução de objetivos comuns e interligados* que considerem as inter-relações de pessoas, recur-

fa comum à toda humanidade. Na tentativa de generalizar os fatos, omite um contexto histórico e cria o “homem abstrato”. Em consequência, retira o componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com um certa dose de ingenuidade e descompromisso, frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental.

O destaque do Relatório é sem dúvida a elaboração de um novo conceito: “O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. *Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico.* Para a Comissão, a pobreza generalizada já não

MARTA STRAUCH



sos, meio ambiente e desenvolvimento(...)” (grifo meu).

A partir da já consolidada constatação de que o planeta é um só e finito, existiriam preocupações e desafios comuns à humanidade, que demandariam esforços também comuns a todos. Esta é a premissa básica defendida pela Comissão Brundtland: independente da existência de atores sociais implicados na responsabilidade da degradação ambiental, a busca de soluções seria uma tare-

é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou

5 - CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. RJ. Ed.FGV. 1988.

de outra natureza.” (grifo meu).

O Relatório dá uma ênfase especial às consequências da pobreza sobre o meio ambiente. De fato, atesta que “a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional”. Tal idéia sugere uma circularidade como uma retroalimentação positiva, isto é, quanto mais pobre, maior pobreza haverá. Ocorre a partir daí uma intensa propaganda em torno do círculo vicioso da pobreza, com o propósito de justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico e omitir o peso da responsabilidade ambiental do consumo excessivo do Norte, a poluição da riqueza.

Acredita-se também, que o crescimento econômico pode continuar indefinidamente no mesmo ritmo, desde que ocorram modificações tecnológicas no sentido de tornar sobretudo os insumos energéticos mais econômicos e eficientes. Afinal, se hoje um indivíduo, numa economia industrial de mercado, consome 80 vezes mais energia que um habitante da África subsaariana, para que todos possam em breve usufruir da mesma quantia, sem prejuízo à sustentabilidade ambiental, há necessariamente que se ampliar o rendimento energético em geral, tornando-o mais eficiente e econômico através de novas tecnologias. No entanto, por mais que as tecnologias modernas se adequem a esta premissa, permanece a dúvida da possibilidade em ocorrer mudanças sociais e culturais que acompanhem voluntariamente estas transformações, uma vez que uma das características da sociedade industrial de consumo é justamente o desperdício.

Desfaz-se a miragem

Existem muitas semelhanças entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. Ambos consideram o direito das gerações futuras como um princípio ético básico, ambos afirmam que o componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério econômico no processo decisório, com o aval das comunidades envolvidas. A meta deseja-

**POR MAIS QUE AS
TECNOLOGIAS MODERNAS SE
ADEQUEM A ESTA PREMISSE,
PERMANECE A DÚVIDA DA
POSSIBILIDADE EM OCORRER
MUDANÇAS SOCIAIS E
CULTURAIS QUE ACOMPANHEM
ESTAS TRANSFORMAÇÕES, UMA
VEZ QUE UMA DAS
CARACTERÍSTICAS DA
SOCIEDADE INDUSTRIAL DE
CONSUMO É JUSTAMENTE O
DESPERDÍCIO.**

da tanto por Sachs como pela Comissão Brundtland é a criação de uma sociedade sustentável. Daí advém, certamente, as variadas interpretações de que ambos conceitos seriam um sinônimo, ou de que o desenvolvimento sustentável representaria o ecodesenvolvimento em um estágio de elaboração mais evoluído.

Mas pergunta-se: compartilhar de uma mesma meta – alcançar uma sociedade ecologicamente sustentável – significa compartilhar das mesmas estratégias de execução? Por que criar um novo conceito? Não seria suficiente apresentar o ecodesenvolvimento como a teoria contraposta às mazelas do desenvolvimento convencional? Entende-se haver diferenças entre os dois conceitos, no

mínimo sutis, mas que traduzem ideologias diferentes, uma vez que podemos encontrar no desenvolvimento sustentável traços de incompatibilidade entre a meta pretendida e seus meios utilizados.

Pois bem, concomitante à crise ambiental, vivenciamos uma crise de produção, onde o liberalismo cede espaço ao neoliberalismo, que postula que o Estado, antes considerado necessário para impulsionar a competitividade no mercado, deve retirar-se completamente de cena. Assim, também para as questões ambientais, a resposta estaria no mercado total, como postula o desenvolvimento sustentável e não em ação conjunta com o planejamento.

Quando se fala em justiça social planetária, pretende-se melhorar o padrão de vida dos países pobres, o que implica, em última análise, em um aumento do consumo médio de energia *per capita*. Mas se todas as sociedades adquirirem as mesmas condições de vida de um cidadão norte-americano, o sistema ecológico não suportaria essa nova pressão e o planeta entraria em colapso. No atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do Primeiro Mundo definitivamente é insustentável e não-generalizável ao conjunto da humanidade. De fato, “se a atual produção mundial de energia fosse compartilhada com igualdade, os EUA teriam que viver com apenas 1/5 da quantidade que consomem *per capita* anualmente”. Estes dados evidenciam por si só a impossibilidade de ocorrer um consumo mundial nivelado por cima, ao padrão norte-americano. Portanto, o que está implícito no

6 - Trainer, T. *Desenvolvido para a morte: repensando o desenvolvimento do terceiro mundo*. SP. Gaia. 1991.

conceito de justiça social é a equivalência entre o Norte e o Sul, a partir da árdua mas necessária definição de quais seriam as necessidades básicas e comuns a todas as sociedades para que possam ser equitativamente partilhadas, embora respeitando a diversidade cultural, determinante dos diferentes padrões de consumo.

Esta equivalência significaria a busca de um nivelamento médio entre Primeiro e Terceiro Mundos. Enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentasse, o inverso ocorreria com os países desenvolvidos, até que se atingisse, pelas duas pontas, o ponto de equilíbrio-suporte da biosfera: a capacidade global de consumo, dado o presente padrão tecnológico de responder às necessidades da humanidade. Este seria o *teto de consumo material*, de acordo com a prudência ecológica e a coerência para com as gerações futuras.

É precisamente esta premissa que a Comissão Brundtland evita abordar. Acreditando que as inovações tecnológicas certamente permitirão o acesso de todos os povos à fartura, sem comprometimento da sustentabilidade ambiental, não haveria necessidade do Norte participar do esforço de se impor restrições ao consumo, pois teoricamente ele não estaria contribuindo para o agravamento da crise ambiental. Seu discurso ideológico acentua a erradicação da pobreza como a tônica do desenvolvimento sustentável e, assim, estaríamos diante de apenas um problema: a poluição da pobreza. Ao invés de um teto, é preferível, na ótica da Comissão Brundtland, considerar um *piso de consumo material*. É marcante que a proposta ilusoriamente almeja, quando muito, um nivelamento por cima e não intermediário.

Ocorreu um movimento de dupla conveniência entre Norte e Sul, onde o primeiro, desejando

omitir a poluição da riqueza, e o segundo, obter investimentos para mitigar a pobreza, orquestraram seus interesses particulares em total harmonia. O problema é que este fato pode futuramente redundar numa vinculação em que, se o Sul é responsável pela crise ambiental por causa da poluição da pobreza, ele se torna o responsável pelo ônus financeiro de sua resolução.

**O CORREU UM MOVIMENTO
DE DUPLA CONVENIÊNCIA
ENTRE NORTE E SUL,
ONDE O PRIMEIRO,
DESEJANDO OMITIR A
POLUIÇÃO DA RIQUEZA, E O
SEGUNDO, OBTER
INVESTIMENTOS
PARA MITIGAR A POBREZA,
ORQUESTRARAM SEUS
INTERESSES PARTICULARES EM
TOTAL HARMONIA.**

Enfim, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza.

Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de "ajuda" ao Terceiro Mundo.

Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvi-

mento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas.

Então, localizadas as diferenças existentes entre os conceitos do ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, o que diferencia o desenvolvimento sustentável do modelo convencional? A conclusão mais plausível é que este último – leia-se as forças do mercado – sob pressão da nova realidade ecológica e da necessidade de assumir uma nova postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura de funcionamento. O mecanismo cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado, sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido. O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade sócio-ambiental.

Verifica-se assim, que a proposta de um "novo estilo de desenvolvimento", traduzido pelo desenvolvimento sustentável, que poderia significar uma mudança de rumo, permanece na mesma rota de sempre. O próprio Relatório reconhece que "a maior parte da pesquisa tecnológica feita por organizações comerciais dedica-se a criar e processar inovações que tenham valor de mercado". O que significa que paradoxalmente não há um compromisso com a produção de bens que atendam a satisfação das necessidades das sociedades pobres.

O problema é acreditar que a proposta do desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica. □

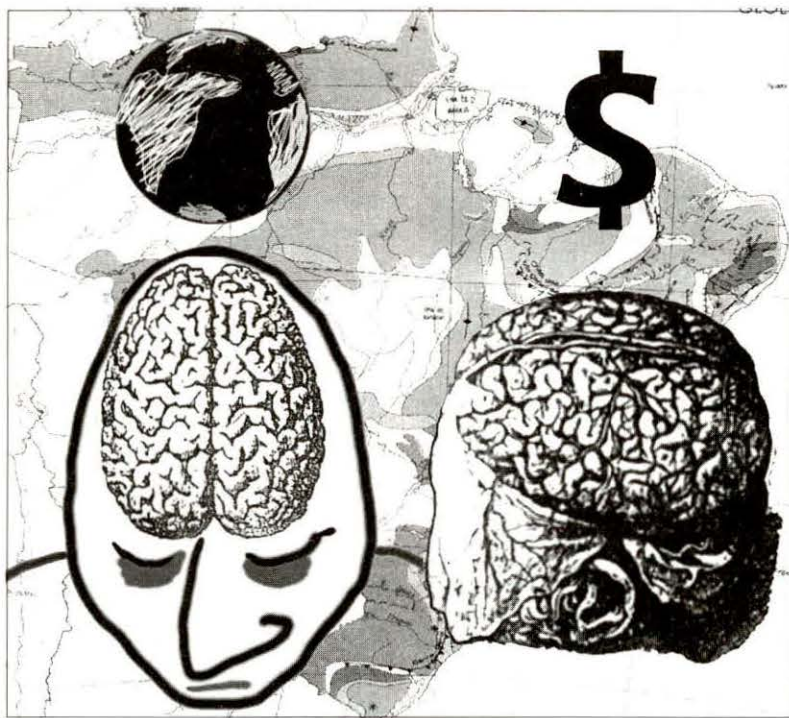
SUSTENTABILIDADE E DEMOCRACIA

Henri Acselrad

Apartir do Relatório Brundtland (1987) e, com maior intensidade, após a Conferência da ONU - UNCED (1992), a noção de sustentabilidade ocupou espaço crescente nos debates sobre desenvolvimento. De um lado, no interior do discurso desenvolvimentista - produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento -, verificou-se um investimento na correção de rumos, no "esverdeamento" dos projetos, na readequação dos processos decisórios. Com ajustes - acreditam estes atores - a proposta do desenvolvimento poderá ser resgatada, suas dimensões autofágicas superadas, sua durabilidade assegurada, sua vigência sustentada. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento que pretendem sustentável, alguns vêm na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a idéia de progresso, constituir "um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo", e de "tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante"¹. O que prevalece são, porém, expressões dubitativas, nas quais a sustentabilidade é vista como "um princípio em evolução", "um conceito infinito", "que poucos sabem o que é", e "que requer muita pesquisa adicional". Tais manifestações parecem sugerir que o "desenvolvimento sustentável"

seria um dado objetivo que apenas não se conseguiu ainda aprender. Mas, como definir algo que não existe? E que, ao existir, será, sem dúvida, uma invenção social? E que, enquanto tal, poderá compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome? Isto nos esclarece porque distintas idealizações e valores vêm sendo associados à noção de sus-

que não há ainda hegemonia estabelecida entre as diferentes concepções. Ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação da realidade, a noção de sustentabilidade está submetida a outra lógica - a lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que os diferentes atores pretendem tornar realidade objetiva.



MARTA STRAUCH

tentabilidade: são concepções em disputa pela expressão que se pretende a mais legítima. Sustentabilidade é pois uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes projetos sociais e idéias.

A suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere

1- People Centered Development Forum, Sustainability as the Organizing Principle of People-centered Development, NY, mimeo. 1992.

HENRI ACSELRAD - professor do IPPUR/UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pesquisador do CNPq.

Para se afirmar que uma prática social é sustentável, será preciso recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro. Como a comparação passado-presente, no horizonte do atual modelo de desenvolvimento, é expressiva do que se pretende insustentável, parte-se para a comparação presente-futuro. Dir-se-ão então sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. Esta relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável, coloca a noção de sustentabilidade no campo do que alguns chamam de “causalidade teleológica”, na qual a causa é definida pelo fim; a ordem de sequência dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa: é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro. O recurso a esta “causalidade teleológica” é particularmente problemático quando ela implica em reconstruir o presente à luz de supostas exigências do futuro. A experiência histórica registra exemplos no mínimo discutíveis desta atualização política do futuro: “é preciso crescer para depois distribuir”, “estabilizar a economia para depois crescer”, “sacrificar o presente para conquistar o futuro”, etc. Os riscos são tanto maiores quanto se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das idéias: se o Estado e o empresariado - forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista - incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade.

Mas isto não quer dizer que a questão esteja resolvida de uma vez por todas. Ao contrário, autoridade e legitimidade, qualidades decisivas para todos os atores que disputam o poder de definir o que é sustentável, são também função da maneira com que estes atores elaboram seus discursos alternativos sobre a questão, e da força relativa que acumulam no campo das idéias.

Duas racionalidades básicas podem hoje ser observadas no debate: uma razão que constrói a sustentabilidade como um princípio de conservação social; outra que projeta a sustentabilidade no campo da transformação social. A

**A RELAÇÃO ENTRE UM
PRESENTE CONHECIDO E
UM FUTURO DESCONHECIDO
E DESEJÁVEL, COLOCA
A NOÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE NO
CAMPO DO QUE ALGUNS
CHAMAM DE “CAUSALIDADE
TELEOLÓGICA”,
NA QUAL A CAUSA
É DEFINIDA PELO FIM.**

primeira é a razão prática, “que reduz a ordem cultural a uma codificação da ação pragmática do homem, fundada na teoria da utilidade e na lógica da vantagem material na relação entre meios e fins”. Com ela quer-se sustentar a ordem capitalista estendendo o campo de ação da racionalidade econômica (a “eficiência global planetária”) e produzindo uma nova lógica capitalista, que seja capaz de autolimitar as taxas de acumulação (pela restrição à escala do crescimento econômico). Duas matrizes conceituais articulam a sustentabilidade à razão prá-

tica: o discurso da *eficiência* propõe uma economia de meios para os mesmos fins (o crescimento econômico), enquanto o discurso da *escala* propõe a limitação quantitativa dos mesmos fins (a abundância material em que se apoia a acumulação de capital).

A segunda razão, cultural, é aquela que entende que a ação do homem no mundo é mediatizada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além da simples lógica utilitária, na formulação de Marshall Sahlins. Aqui, a leitura da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento comporta projetos de mudança social na direção de valores como equidade, democracia, diversidade cultural, autosuficiência, ética e outras temáticas que dirigem o debate para além da relação entre os meios e os fins dominantes do crescimento econômico e da acumulação de capital.

Na seção seguinte faremos um mapeamento das principais matrizes de pensamento associadas à noção de sustentabilidade no debate sobre desenvolvimento.

1 • Matrizes conceituais²

As práticas e instituições portadoras da sustentabilidade são ficções sociais. Não são, por isto, menos reais. E sua existência dependerá de que alguma proposição obtenha hegemonia entre as visões alternativas. Que se produza uma crença na “sustentabilidade” contida nestas práticas e instituições. Em torno de que eixos vêm se tentando construir tais

2- Versão desenvolvida da análise das matrizes discursivas da sustentabilidade encontra-se em H. Acsegrad, *Sustainability and Territory*, paper preparado para o projeto “Sustainability as a Concept for Social Sciences”, UNESCO/ISOE, Frankfurt, 1996.

crenças? Que discursos os elaboraram e que articulações lógicas constroem? Analisaremos, a seguir, alguns dentre os principais eixos discursivos presentes no debate.

1.1. Eficiência

Uma proposição central no discurso da sustentabilidade é a da busca de eficiência na utilização dos recursos do planeta. Adotando-se o ponto de vista de uma razão prática utilitária, a lógica da eficiência insere o homem em processos de adaptação entre meios e fins. A alocação eficiente dos recursos é aquela que respeitaria as preferências dos consumidores ponderadas pela capacidade individual de pagamento. Seu ambiente institucional é o mercado competitivo onde vigorariam preços relativos determinados pela oferta e pela demanda. Nesta matriz podem abrigar-se desde otimistas tecnológicos, que acreditam na capacidade do sistema de preços induzir tecnologias limpas, até os partidários do livre comércio como meio de produzir recursos para proteger o meio ambiente e os que acreditam que a correção das “falhas de mercado” garantirá a eficiência global. Estabelecidos os pressupostos da racionalidade econômica, o livre mercado seria o instrumento da alocação eficiente dos recursos planetários.

A motivação central da sustentabilidade na ótica da eficiência é, portanto, o combate ao desperdício da base material do desenvolvimento, a instauração da racionalidade econômica na escala do planeta, a sustentação, enfim, do mercado como instância reguladora do bem estar dos indivíduos na sociedade.

1.2. Escala.

Neomalthusianos, “economistas ecológicos”, pessimistas tecnológicos e todos os que concebem a economia como subsistema

aberto de um ecossistema fechado, associam a sustentabilidade ao estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento econômico. Para estes, a eficiência sem suficiência, não basta. Ao se falar em limite se está implodindo a promessa liberal de abundância universal através de um crescimento constante da demanda e da sustentação de um mercado em permanente expansão. Agora, além da alocação eficiente (“ótima”) dos recursos há que se pensar também uma escala apropriada (“ótima”) - grandeza na qual a pressão do esforço produtivo total sobre a base material do desenvolvimento é compatível com a chamada “capacidade de suporte” do planeta.

Em termos formais, a redução do consumo global de recursos pode ser alcançada pela redução do nível de consumo *per capita* de recursos ou pela redução da população total. Os instrumentos apresentados para tanto são o controle populacional ou a “autolimitação inteligente” dos níveis individuais de consumo.

1.3. Equidade

A ênfase nas necessidades das populações de baixa renda ou a consideração de que os pobres são as principais vítimas da degradação ambiental justificam para alguns o estabelecimento da equidade como princípio da sustentabilidade. A articulação lógica de um tal discurso ocorre, em particular, na afirmação da inseparabilidade analítica entre justiça social e ecologia. A raiz da degradação do meio ambiente seria a mesma da desigualdade social. As questões de escala e de eficiência se colocariam para os que evocam a existência de “um só mundo”. Mas para outros, embora ecologicamente interligado, o mundo é socialmente fragmentado. E para os muitos mundos em

que se divide o planeta, pela desigualdade social entre classes e regiões, a questão da pressão global sobre os recursos ambientais é atravessada pelas temáticas da desigualdade distributiva, da dependência financeira, da dispa-

UMA PROPOSIÇÃO CENTRAL NO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE É A DA BUSCA DE EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANETA.

ridade no controle dos mecanismos do comércio e dos fluxos de tecnologia. Tais mecanismos se originam na desigual correlação de forças econômicas e políticas que regulam o acesso de classes e países à base material do desenvolvimento. Desta desigualdade nascem e, ao mesmo tempo, em retorno, a ela alimentam.

Mas para dar à equidade um valor em si, autônomo e não subordinado à questão da escala do crescimento (ao contrário dos que afirmam, por exemplo, que há um problema de distribuição do direito de crescer entre países pobres e ricos, apenas em razão da necessidade de se limitar o crescimento global), são destacados os conflitos através dos quais a lógica do mercado destrói simultaneamente as bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem. A sustentabilidade decorreria então, nesta ótica, da submissão do mercado às leis de rendimento da natureza, das quais dependeria, por sua vez, a economia da sobrevivência dos povos.³

3- V. Shiva, “Que Quiere Decir Sustentable”, in Revista Sur, n.3, março-abril 1991.

1.4. Autosuficiência

Em paralelo ao discurso da equidade emergem as propostas de preservação e construção das condições de autosuficiência econômica de comunidades de produtores ameaçados pela difusão homogeneizadora do mercado e da moeda. As comunidades seriam sustentáveis, nesta ótica, por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência. E toda ação tendente a proteger as unidades domésticas - próprias de sociedades tradicionais situadas nas regiões de fronteira da expansão das relações capitalistas - das ameaças de desestabilização econômica ou cultural, seria, consequentemente, portadora de sustentabilidade.

Outra vertente do discurso da autosuficiência dirige-se contra os propósitos do livre-comércio. A crescente globalização da economia, através da elevação dos graus de abertura comercial, tenderia a estimular os mecanismos da competitividade espúria - baixos salários e sobreexploração do meio ambiente. A erosão das fronteiras nacionais levaria, por outro lado, ao enfraquecimento dos Estados nacionais - atores potenciais estratégicos na implementação de políticas ambientais domésticas e na execução dos acordos internacionais de proteção da ecologia global.⁴

1.5. Ética

A sustentabilidade é também articulada por um discurso da Ética, que elabora a conduta humana diante dos valores construídos de bem e de mal. Destacam-se aqui as intenções das ações que têm por objeto uma base material biofisicamente comum interligando espaços, homens e tempos. Reconhece-se, igualmente, que tais ações e os juízos que sobre elas se aplicam, dão-se em condições de acentuada desigualdade jurídica, econômica e política de acesso ao espaço ambiental pelos distintos agentes sociais. Abandonadas as preocupações econômicas com os meios, colocam-se então questões relativas aos fins socialmente desejáveis. E a possibilidade de fins alternativos questiona a desejabilidade da produção material crescente como fim último.

Ressaltam-se, por outro lado, as interações da base material com as condições de existência da vida. "O máximo de quantidade de vida requer uma mínima taxa de exaustão de recursos naturais", afirma Georgescu-Roegen justificando as propostas de autocontenção do crescimento econômico. Assim, ainda que frequentemente subordinada aos discursos da equidade e da limitação responsável das escalas de crescimento, a proposta ética associa à idéia de sustentabilidade um dis-

curso atualizado sobre deveres e obrigações morais relativos às condições de existência da vida.

2 • Sustentabilidade e democracia - uma articulação pouco desenvolvida

Mas que potencialidades tem um debate sobre sustentabilidade no sentido de concorrer para o fortalecimento do campo democrático? Dentre as matrizes conceituais em disputa, quais são aquelas capazes de acumular forças para o aprofundamento da construção democrática? Para discutir tais questões cabe, em primeiro lugar identificar alguns pontos de partida, marcos da elaboração coletiva da sociedade civil, no plano internacional. O processo de discussão desenvolvido por ocasião do Fórum Internacional de ONGs, realizado no Rio de Janeiro em 1992, pode ser uma referência. Desenvolvimento e sustentabilidade estavam em pauta. A formulação dos chamados "Tratados" alternativos então discutidos fornece um terreno básico de idéias a trabalhar.

De uma análise do conjunto dos "Tratados" discutidos em 1992, podem-se extrair idéias-força comuns:

a. resistência a todos os processos que levam à concentração do poder, renda, capital, tecnologia e acesso a recursos naturais nas mãos de poucos agentes econômicos, através de políticas de liberalização comercial, imposição de ajustes estruturais e ausência de regulação das companhias transnacionais;

b. democratização dos processos decisórios relativos às condições de existência e de trabalho das populações através de meca-



Assine PROPOSTA

REPRODUZA O CUPOM DA
CAPA INTERNA OU FAÇA SUA
ASSINATURA PELO TELEFONE:
(021) 262-6853

4- H.Daly, "Adiós al Banco Mundial", in Ecologia Política n.7, Barcellona, mayo de 1994.

nismos e processos equânimes, participativos e transparentes;

c. respeito e promoção da diversidade cultural como forma de resistência às pressões para a uniformização dos modelos de produção e consumo, que levam à exclusão social e à degradação ambiental;

d. resistência estratégica à privatização da natureza exemplificada no patenteamento de seres vivos ou na apropriação privada de recursos naturais necessários à existência de comunidades humanas;

e. repúdio à adoção de políticas econômicas internacionais que restrinjam os direitos das nações, como exemplificado na consideração de regulações nacionais (sociais e ambientais) enquanto “barreiras ao livre comércio” tal como definido por organismos multilaterais como o GATT (atual OMC);

f. afirmação dos direitos de cidadania atingidos por políticas governamentais ou de instituições multilaterais, tal como os programas de controle populacional, que limitam a liberdade reprodutiva, de privatização da saúde pública e dos serviços educacionais;

g. entendimento da interação das questões sociais e ambientais, incluindo a relação entre os ecossistemas globais e os sistemas sociais, as conexões entre as questões urbanas e agrárias, entre uso do solo e qualidade da água, entre emissões gasosas da indústria e os ciclos pluviais etc.

Salta aos olhos que para fazer valer princípios como estes, seria preciso antes de tudo, trazer a noção de sustentabilidade para o campo das relações sociais. Não há sentido em pensar-se separadamente as relações técnicas com o meio ambiente e a configuração histórica das sociedades. Sustentáveis são as formas sociais de apropriação e uso do meio ambiente e não os recursos naturais. Isto posto, a sustentabilidade re-

mete necessariamente às lutas sociais. Pois muitas formas sociais não capitalistas de apropriação do meio ambiente, por exemplo, são tornadas “insustentáveis” ao serem destruídas pelas formas capitalistas dominantes. Como então pensar a relação entre a “sustentação” da base material do desenvolvimento e a “sustentação” das diferentes formas de organização social, na perspectiva democrática? Antes de tudo, haverá que se reconhecer que as coisas podem

durar com distintas formas sociais: um seringueira pode durar como meio de reprodução de famílias camponesas/extrativistas, como capital do seringueiro ou como reserva de valor do especulador fundiário, por exemplo. O mesmo poder-se-ia dizer da oposição entre terra de trabalho e terra como capital imobilizado, entre o rio como espaço da pesca artesanal e o rio como potência energética para a indústria etc.

Associar a noção de “sustentabilidade” à idéia de que existe uma só forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, por exemplo, significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento. Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ambiental significa, portanto, questionar a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há vários modos sociais das coisas durarem.

“As percepções do social”, lembra-nos Chartier, “não são discursos neutros”. Produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas⁶. Consequentemente, “os esquemas geradores das classificações e das percep-



MARTA STRAUCH

6- R. Chartier, A História Cultural - Entre Práticas e Representações, DIFEL, RJ, 1990, p.17.

ções, próprios de cada grupo ou meio - lembra-nos ele - são verdadeiras instituições sociais que incorporam sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social”⁶. Assim, quando se fala em sustentabilidade sem diferenciar as várias modalidades sociais possíveis de duração das coisas, se estarão difundindo categorias mentais - e as práticas sociais correspondentes - segundo as quais haveria uma só modalidade de duração.

Nesta perspectiva, a formulação da modalidade legítima de duração social das coisas é também um meio de tornar objetiva a dominação de tal modalidade, justificando a sua difusão em substituição às demais modalidades, tidas como não-legítimas - insustentáveis. As práticas sociais consideradas como não sustentáveis podem, no entanto, constituir nada mais do que outras modalidades sociais de duração das coisas. A perspectiva de fazer durar o meio ambiente enquanto capital - cara aos “economistas ecológicos” -, por exemplo, seria um meio de legitimar as formas mercantis, em lugar de formas não mercantis de regulação dos meios materiais do desenvolvimento; de legitimar a propriedade privada, em lugar das formas comunais de apropriação dos recursos ambientais. Ademais, juntamente com as formas sociais de apropriação consideradas conceitualmente insustentáveis, por não fazerem durar o meio ambiente na qualidade social de capital, um conjunto de saberes alternativos ver-se-ia inferiorizado por não poder recorrer ao poder dos “conceitos” técnico-científicos (e determinísticos) de sustentabilidade. A necessidade de se reconhecer a diversidade social das formas sustentáveis de apropriação do meio ambiente assume, por fim, todo seu sentido ante

**A INSUSTENTABILIDADE
MOSTRA-SE, ASSIM,
FUNDAMENTALMENTE SOCIO-
POLÍTICA E NÃO AMBIENTAL
NO SENTIDO ESTRITO.**

a afirmação de que a globalização faz emergir, no mapa da economia mundial, supostos “espaços naturais” com suas respectivas práticas “sustentáveis”, julgadas compatíveis com as vocações “naturais” do território. Pois apesar de “naturalizadas”, as funções que se pretende atribuir a tais espaços exprimirão apenas a dominação de um sentido específico, que as forças hegemônicas pretenderão impor aos territórios, sobre a multiplicidade de demais sentidos, produtos dos esquemas de definição da sustentabilidade elaborados pela pluralidade dos atores sociais locais.

A insustentabilidade mostra-se, assim, fundamentalmente socio-política e não ambiental no sentido estrito. No campo das idéias dominantes, porém, o debate tem, ao contrário, buscado descolar a sustentabilidade do espaço das lutas sociais. Pois ao se remetê-la ao direito das populações futuras, se está obscurecendo, em alguma medida, a desigualdade presente. Ao se especializar porções de espaço - umas a preservar, outras a desenvolver-se estão eludindo as condições de desigualdade e as especificidades socioculturais das populações distribuídas em distintos pontos do espaço. Ao se

**NO CAMPO DAS IDÉIAS
DOMINANTES, PORÉM, O
DEBATE TEM, AO CONTRÁRIO,
BUSCADO DESCOLAR A
SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO
DAS LUTAS SOCIAIS.**

privilegiar a questão da escala do crescimento econômico introduzem-se categorias como “capacidade de suporte” do território e “consumo *per capita*” de recursos naturais que operam com médias e descaracterizam a especificidade social dos modos de apropriação da natureza. Por outro lado, a propensão a privilegiar os mecanismos de mercado em detrimento das regulações políticas, a expandir a esfera mercantil e o conceito de capital (na idéia de “capital natural”, por exemplo) - ao invés de circunscrever mercado e capital, submetendo-os a controles democráticos - concorrem para aumentar a desigualdade social e favorecer os agentes que são fortes no mercado.

A perspectiva democrática vê, ao contrário, na extensão territorial e no meio ambiente o suporte da diversidade social e ecológica: topografias, ecossistemas, climas, biomas e solos entrelaçam-se com práticas socio-culturais diferenciadas e diferentes formas sociais de apropriação do espaço. Os atores sociais desta diversidade podem opor resistências à expansão da homogeneidade cultural do produtivismo fordista. Mas esta valorização da heterogeneidade cultural e da democratização do controle sobre o meio ambiente não pode ser reduzida a uma articulação funcional da diversidade social aos propósitos da sustentação do modelo de desenvolvimento dominante, ou seja, a uma responsabilização funcional das “comunidades locais” pela gestão dos recursos naturais. Haverá que ver na diversidade de experiências do movimento social sua potencialidade em acumular forças e fazer emergir modelos alternativos de desenvolvimento. □

6- R. Chartier, op. cit., p.18.

DA COMUNIDADE LOCAL ÀS DINÂMICAS MICRORREGIONAIS NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Jean-Pierre Leroy

Introdução

Há centenas de definições de sustentabilidade. Um conceito suscetível de tantas interpretações não é operacional. Ao adentrar na discussão do “desenvolvimento sustentável”, entra-se no campo ideológico-político, mesmo que embasado sobre uma reflexão científica.

O Relatório Brundtland o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Todas as grandes questões que afetam à humanidade estão presentes no Relatório. Porém, o necessário processo de transformação é associado à primazia do mercado e da economia - que são apresentados como alavancas do desenvolvimento -, à nova orientação do desenvolvimento tecnológico e à mudança institucional. O Relatório, no meu entender, dá um passo em direção ao nosso futuro, mas não sai dos marcos da ideologia dominante e confirma que a humanidade carece de projeto civilizatório.

Ao refletir sobre comunidade local e desenvolvimento sustentável, estamos no cerne da questão. Colocamos como hipótese que a construção de um novo projeto para o desenvolvimento da humanidade passa pelos experimentos, lutas e contradições da sociedade. Mais do que um projeto, trata-se de múltiplos projetos que talvez possam, aos poucos, configurar

um novo modelo de desenvolvimento¹. Neste sentido, este texto pretende refletir empiricamente, após questionar a idéia de comunidade, sobre uma maneira de agir que pode contribuir para um projeto de desenvolvimento sustentável, chamada aqui de dinâmica microrregional.

COLOCAMOS COMO HIPÓTESE QUE A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO DA HUMANIDADE PASSA PELOS EXPERIMENTOS, LUTAS E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE

A comunidade local como ponto de partida

Após o *desenvolvimento comunitário* promovido, entre outras agências, pela Sudam e a Sudene, nos anos 70, e as *comunidades eclesiais de base* dos anos 80, será que entramos na fase da *comunidade sustentável*? De fato, a categoria *comunidade* se apresenta bastante fluida e de difícil conceituação.

A idéia de comunidade é frequentemente associada à uma configuração espacial física. É o bairro, o povoado, os moradores de um vale ou de uma bacia (ribeiri-

nhos), o município ou mesmo uma sub-região. Essa visão de comunidade, que ignora as diferenciações sociais e os conflitos de interesses, não é um bom ponto de partida para promover o desenvolvimento. Uma ação baseada nesta conceituação levará provavelmente à paralisia por neutralização mútua dos diferentes setores da sociedade ou à prevalência dos setores mais fortes econômica e/ou politicamente. No entanto, ela não pode ser descartada sumariamente, pois qualquer projeto de desenvolvimento exige que os diferentes setores se encontrem, dialoguem, negociem e construam um território numa perspectiva sustentável.

Para uma outra vertente, participar da comunidade seria comungar dos mesmos valores e compartilhar uma mesma situação de classe. Simplificando, po-

* Comunicação feita na mesa-redonda “Comunidade local e as incertezas do desenvolvimento sustentável” no Simpósio internacional “O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política” LAGET/UFRJ e IGU/UGI, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1995. Agradeço as contribuições dos meus colegas Paulo de Oliveira Junior, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha e Vânia Santana

1- Leroy, Jean Pierre. A Pedagogia de um projeto estratégico. In: Revista Proposta, nº 61, junho 94. FASE, Rio de Janeiro.

JEAN PIERRE LEROY - Assessor da FASE NACIONAL

de-se dizer que a identidade da comunidade é auto-construída/referida de um lado e, do outro, se constitui em função de uma utopia. Além de uma possível negação das diferenciações internas, corre-se aí o risco de isolamento e alheamento das contradições da sociedade. Ao mesmo tempo, num contexto social de baixa densidade democrática, de negação da luta de classes permanentemente empreendida sem piedade por certos setores sociais dominantes e de esfacelamento dos laços tradicionais de convivência, essa comunidade pode ser um poderoso motor de afirmação de um destino comum e um lugar de participação de grupos populares coesos em debates, proposições, ações, etc. para um outro desenvolvimento.

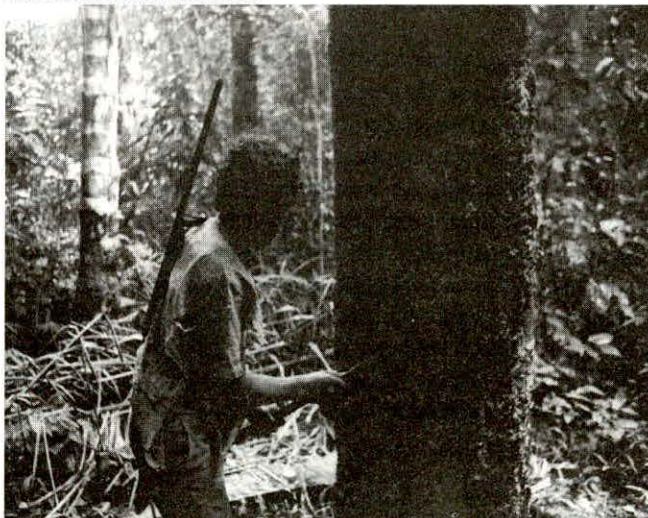
Outra idéia de comunidade remete à diversidade cultural, étnica e religiosa histórica e espacialmente construída. O pertencimento a um grupo define a identidade individual e coletiva dos seus membros. A comunidade de pertencimento coloca-se como diferente. Se, notadamente da parte de seitas religiosas que se consideram como “povo eleito”, esse pertencimento e essa acentuação da diferença podem levar ao isolamento e à incapacidade de diálogo com os outros, no caso de comunidades étnicas, a afirmação da identidade e da diferença são em geral necessárias para que os seus membros, individualmente e como grupo, possam ser reconhecidos e dialogar em pé de igualdade com outros grupos e setores da sociedade. Cabe ressaltar que outros grupos dominantes mascaram seus próprios pertencimentos sob

uma pretensão de universalidade. A diversidade deve evitar a fragmentação, que se daria quando o pertencimento levasse à negação dos outros e da existência de valores universais sobre os quais deve-

uma certa tradição cultural e agrícola e confrontados com problemas que colocam em cheque a sua reprodução econômica e cultural, pessoas com “existência atomizada” se unem para resolver estes problemas, adquirindo “existência política” e uma “identidade coletiva”³, configurando, assim, assim um outro tipo de comunidade. Passam então a ser reconhecidos como atores sociais.

Embora haja uma certa convergência dessas organizações no questionamento das políticas públicas e na afirmação da manutenção das suas formas de vida, elas não estão totalmente imunes à fragmentação e ao isolamento. Pergunto-me, até para que esta reflexão esteja submetida à crítica, por exemplo, se a luta dos seringueiros em torno das reservas extrativistas, num primeiro momento, por acentuar e até absolutizar a identidade extrativista, não teria caído nesse desvio? A sua estratégia político-econômica se dava em cima de uma identidade coletiva: a de “povo tradicional” extrativista. A organização dos seringueiros e as entidades de apoio pensaram as reservas como o lugar da realização plena do seringueiro e orientaram as suas perspectivas de sustentação para a viabilização do extrativismo puro, sem levar adequadamente em conta que o seringueiro, por origem e por necessidade, é fre-

J. R. RIPPER / IMAGENS DA TERRA



**A ORGANIZAÇÃO DOS
SERINGUEIROS E AS
ENTIDADES DE APOIO
PENSARAM AS RESERVAS
COMO O LUGAR DA
REALIZAÇÃO PLENA DO
SERINGUEIRO E ORIENTARAM
AS SUAS PERSPECTIVAS DE
SUSTENTAÇÃO PARA A
VIABILIZAÇÃO DO
EXTRATIVISMO PURO**

se fundar o diálogo e um projeto que exija solidariedade e mobilização em torno de desafios comuns.

Nos últimos anos, apareceram no campo organizações como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o movimento interestadual das quebradeiras de babaçu, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST). Apoiados sobre

2- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. In: Debate, nº 3, Ano IV, maio de 1994. CESE, Salvador

3- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Em palestra proferida no Seminário Nacional da CPT, em 18 de outubro de 1994

qüentemente um misto de extrativista e de produtor. No plano político, isso os levou a buscar estratégias de intervenção que subestimaram a presença de um forte contingente de pequenos produtores rurais na Amazônia.

Assim, a afirmação da identidade extrativista - fundamental como alavanca para que os extrativistas sejam reconhecidos e para que possam questionar o modelo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia - ameaçou colocar em risco, tanto interna (ao simplificar o ser extrativista, econômica e culturalmente), quanto externamente (ao não somar com outros grupos sociais), o potencial das suas propostas.

Uma vez que estão sendo ultrapassadas essas tentações "etnocêntricas", vale notar que o caminho de afirmação de valores universalistas, não na retórica, mas como possibilidade histórica de realização efetiva, passa pelo reconhecimento das múltiplas identidades culturais e políticas, bem como da sua territorialidade. Este reconhecimento não é outorgado, mas sim conquistado.

Possivelmente em conexão com a idéia de comunidade cultural, o senso comum associa comunidade ao mundo rural. Uma linha da chamada "educação popular", no afã de valorizar o saber popular, levou, em certos meios, à absolutização do "conhecimento que vem do povo" e da sua trajetória de vida. Ter-se-ia, assim, que buscar no passado e nas tradições (por isso, a ligação maior desse pensamento com o mundo rural) as soluções para o futuro. Vale

ressaltar que as organizações de produtores familiares, ONGs e setores de instituições públicas que lidam hoje com a problemática da agricultura sustentável/apropriada não adotam mais esta perspectiva simplista. Para estes, desenvolvimento sustentável não combina com o atraso. Se um modelo de agricultura sustentável para um país tropical está em gestação, ele deve se basear e se produ-

**FALAR DE COMUNIDADE É
TAMBÉM FALAR DE UM
TERRITÓRIO, ONDE A
CONVIVÊNCIA PERMITE
O CONHECIMENTO MÚTUO
E POSSIBILITA A AÇÃO
CONJUNTA. NA ESCALA
HUMANA, ESTE É O ESPAÇO
ONDE OS CIDADÃOS PODEM
FAZER ALGO A SEU
ALCANCE, PASSÍVEL DE SER
ENTENDIDO E DE PRODUZIR
EFEITOS VISÍVEIS**

zir, tanto no plano agrônomo, quanto no da gestão, através de uma combinação de tradição e de inovação, de saber adquirido pela experiência e de saber técnico-científico.

Falar de comunidade é também falar de um território, onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta. Na escala humana, este é o espaço onde os cidadãos podem fazer algo a seu alcance, passível de ser entendido e de produ-

zir efeitos visíveis. Esse fazer que numa escala micro-local pode frequentemente dispensar a intervenção do Estado, leva, às vezes, a transposições indevidas para uma outra escala, onde se passa a imaginar que a promoção do desenvolvimento poderia dispensar o Estado. Parte do súbito entusiasmo de órgãos internacionais oficiais pelos *grassroots* e pelas ONGs como novos atores do desenvolvimento provavelmente se explica pela valorização ideológica da iniciativa privada e mascara a desregulação do setor público e o desmonte do Estado para entregar o futuro às forças do mercado.

O fazer local, numa escala extremamente reduzida (não falo aqui com cartógrafo), também pode levar a confundir respostas adequadas no plano micro com alternativas de desenvolvimento. Para tanto bastaria, tão somente, multiplicar essas "micro-experiências". É assim que Augusto de Franco, num instigante ensaio "Ação local. A nova política da contemporaneidade", escreve: "...múltiplas minorias concretas orgânicas... podem projetar autonomamente futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar esses futuros em experiências presentes." É duvidoso que soluções micro possam se repetir por simples multiplicação numa outra escala. Seria ignorar a complexidade introduzida por uma série de variáveis ausentes no plano micro.

Não se trata aqui de desqualificar "experiências" que frequentemente têm o mérito de resolver problemas reais enfrenta-



NATHALIA CAVALCANTE

dos por uma determinada comunidade. "Experiências" que valem também como experimento de laboratório e como demonstração, sem falar do seu caráter pedagógico e de mobilização sócio-política. Mas, a "comunidade local", nas suas várias interpretações levantadas aqui - seja o lugar do micro, do indiferenciado ou de expressão de determinado grupo -, não nos parece ser o lugar mais adequado para pensar os desafios do desenvolvimento sustentável. Embora, como podemos depreender destes comentários, ela seja imprescindível à construção de novos projetos de desenvolvimento sustentável.

Já que se trata de pensar os desafios do desenvolvimento sustentável, gostaria de refletir agora a partir do nível logo acima da "comunidade" local, nível que chamaria de "micro-regional" ou "sub-regional", lá onde desaguam as iniciativas locais e onde me parece possível desencadear dinâmicas realmente impactantes de desenvolvimento.

Novas regionalidades em construção

Os territórios em observação

Os apontamentos que seguem apoiam-se sobre a observação direta, feita nos dois últimos anos, de algumas dessas dinâmicas. Quais são elas?

No Nordeste paraense, com o movimento sindical dos trabalhadores rurais, movimento de mulheres rurais, movimento de jovens, associações de pequenos produtores, Fórum dos Secretários Municipais de Agricultura, uma ONG (a FASE), técnicos de órgãos públicos, etc. voltados para a recuperação econômica, social e ambiental desta antiga região de colonização, numa estratégia de defesa e ampliação de alianças.

Na Transamazônica, ao redor

de Altamira, onde atua o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) (Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs - e dos Professores, Comissão Pastoral da Terra, cooperativas e associações de pequenos produtores rurais, profissionais do Laboratório Agroecológico da Transamazônica -LAET-, etc.) voltando-se para a redenção dessa área de colonização do INCRA nos anos 70, construindo uma aliança política regional.

NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ (GUARAPUAVA E MUNICÍPIOS VIZINHOS), ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS DE PEQUENOS PRODUTORES E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS CONSTITUEM UMA REDE DE AGRICULTORES DESENVOLVENDO PROPOSTAS E TRABALHOS NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.

Em Rondônia, estado em que se constituiu um Fórum de ONGs e movimentos sociais em torno principalmente do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), articulam-se: parte do movimento associativista (principalmente da Articulação Central de Associações de Ajuda Mútua - ACARAM), Federação e STRs, Movimento dos Sem Terra (MST), entidades de assessoria ambientalistas e sociais pastorais das Igrejas e setores públicos. Esta articulação se dá em cima da questão do desenvolvimento agroflorestal, tendo como elementos

estratégicos as políticas públicas e a regulação social.

Na Região Centro-Oeste do Paraná (Guarapuava e municípios vizinhos), associações municipais de pequenos produtores e sindicatos de trabalhadores rurais constituem uma rede de agricultores desenvolvendo propostas e trabalhos nas áreas de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização. Contando com estruturas de apoio regional, ou seja, a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná - (RURECO), a Pastoral Rural, a Coordenação dos Rurais, a Central Regional de Comercialização e o MST, estas associações buscam a construção de um modelo de desenvolvimento rural apropriado para as condições da agricultura familiar.

Numa parte da Serra gaúcha, onde alguns STRs, Associações de produtores ecológicos, uma entidade de assessoria e pesquisa (o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê - CAE-Ipê) e a CPT, juntam-se na demonstração da viabilidade de um modelo alternativo de produção sem, no entanto, terem ainda chegado a criar visibilidade e impacto que possam colocá-los como referência.

Leituras, discussões e encontros realizados sobre as 22 entidades ligadas à Rede PTA - projetos em tecnologia alternativa, presente em 10 estados; sobre os programas da Fase em Marabá (e do CAT- Centro agroambiental do Tocantins) e Abaetetuba, no Pará, e Cáceres, no Mato Grosso; sobre a CPT, no Acre, no Pará, no Tocantins e no Maranhão; sobre iniciativas de STRs (Gurupá, no Pará; Tauá, no Ceará), o projeto RECA, no Acre e, especialmente, as análises feitas com os meus colegas pesquisadores dos resultados já obtidos pela pesquisa ainda em curso sobre "Estratégias camponesas e alternativas de de-

envolvimento para o estado do Pará" (Fase/Fetagri) contribuíram em muito para minhas observações

As principais características dessas "experiências"

1. Cada "experiência" se desenvolve no interior de um único grande ecossistema. Cada uma manifesta uma certa homogeneidade, dada não só e nem sempre principalmente pela natureza (solo, vegetação, relevo, condições climáticas etc.), mas também pela intervenção humana, que transformou e artificializou parte desse ecossistema: fruticultura e vinicultura do colonato de origem italiana que unificam parte da Serra Gaúcha; o desenho da Transamazônica com seus ramais, seus lotes e seu povoamento; a história da ocupação desde o século passado da Região Bragantina/nordeste paraense, etc.

Isso porém não é o fator principal. A sua delimitação é dada pela presença e participação de uma sociedade atuante. Os limites do "microrregional", no sentido proposto aqui, não podem ser definidos por recortes político-administrativos ou por definições de projetos de desenvolvimento ela-

borados em gabinetes que, frequentemente, por não levarem em conta a população e as suas estratégias, são fadados ao fracasso. Chamo a isso de desenvolvimento virtual. Ao contrário, a microrregião aqui se estende até onde as forças organizadas atuantes se envolvam no enfrentamento do desenvolvimento. Existe, portanto, uma certa flexibilidade; a microrregião encolhe ou se expande conforme as dinâmicas sociais, econômicas e políticas em jogo.

2. Essas "experiências" juntam vários atores sociais. Todas dão a primazia ao grupo social majoritário que poderia e deveria ser o principal ator do desenvolvimento. São, nos casos aqui citados, os produtores rurais familiares, presentes tanto através da sua organização econômica quanto da sua organização política (STRs). Outras formas de organização da população (mulheres, área cultural, jovens, saúde) tendem a se fazer mais presentes. Também estão envolvidos diferentes tipos de entidades de apoio, privadas e, mais dificilmente, públicas. Se a hierarquia e o lugar de cada uma dessas organizações são relativamente claros na ação local, a sua congregação para a formulação e efetivação de propostas, políticas e ações de desenvolvimento regional faz com que esta distinção não seja tão nítida. Esses atores, juntos, em fóruns ou outras formas de coalizão, poderiam ser qualificados coletivamente como "novos movimentos sociais"(4). Isto ocorre quando cada um e todos juntos estão mobilizados em um mesmo movimento de realização, pressão, etc. É o coletivo que se torna ator político.

Nessa escala é difícil imaginar que uma única instituição possa desencadear processos e ações realmente impactantes. A união é condição para sair do localismo, aumentar o poder de pressão, po-

tencializar o aporte específico de cada um, maximizando as complementaridades e o uso dos recursos humanos e materiais.

3. Se o ponto de partida da atuação dessas "experiências" é, em geral, a viabilização da agricultura familiar regional em termos de produção e de comércio, elas são levadas a incorporar outras dimensões necessárias para

A UNIÃO É CONDIÇÃO PARA SAIR DO LOCALISMO, AUMENTAR O PODER DE PRESSÃO, POTENCIALIZAR O APORTE ESPECÍFICO DE CADA UM, MAXIMIZANDO AS COMPLEMENTARIDADES E O USO DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS.

tal, procurando responder à seguinte pergunta: o que é preciso para que os produtores familiares se realizem e se reproduzam social, cultural, política e economicamente? Responder a esta questão leva-as a refletirem sobre que sociedade e que desenvolvimento querem construir. A maioria delas chega, assim, a abordagens mais integradas da problemática regional trabalhando a infra-estrutura econômica (transporte, sistema bancário) e a social (educação, saúde), a cultura e as políticas públicas.

4. Vê-se que a concepção de desenvolvimento que orienta essas "experiências" não se reduz à esfera da economia. Trata-se da possibilidade de uma sociedade viver e se reproduzir. Não uma

**OS LIMITES DO
"MICRORREGIONAL" NÃO
PODEM SER DEFINIDOS POR
RECORTES POLÍTICO-
ADMINISTRATIVOS OU POR
DEFINIÇÕES DE PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO
ELABORADOS EM GABINETES
QUE, FREQUENTEMENTE, POR
NÃO LEVAREM EM CONTA A
POPULAÇÃO E AS SUAS
ESTRATÉGIAS, SÃO
FADADOS AO FRACASSO.**

4- Evers Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. In: Novos Estudos Cebap. n° 4, São Paulo, abril de 1984.



sociedade indiferenciada, mas uma sociedade que tem como o seu esteio principal os pequenos produtores familiares.

O contexto ideológico reinante considera a produção familiar como irrelevante e esses produtores como simples destinatários de políticas sociais. Portanto, para que possam afirmar a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento é necessária uma luta política. Em nenhum lugar, essas “experiências” se configuram, por enquanto, numa estratégia de desenvolvimento preponderante. Tem-se assim uma sobreposição de regionalidades, onde as configurações empresariais são absorvidas e transformadas em Políticas pelo Estado, que as apresenta ao público como estratégias de desenvolvimento únicas, encobrindo, assim, com um véu essas territorialidades populares que vão se desenhando em filigrana.

5. Essas dinâmicas partem todas da sociedade, mas o Estado é para elas um ator/mediador importante e insubstituível. Em nenhum caso, o Estado foi o desen-

cadeador e/ou o planejador. Sabemos que o Estado brasileiro nunca chegou à modernidade ocidental e que, no que diz respeito ao campo, o Brasil é o único país que fez a economia de uma Reforma Agrária. Os milhões de pequenos agricultores, que se obstinavam a sobreviver nos interstícios e nas margens do latifúndio e da monocultura tradicional, foram vencidos politicamente na época da ditadura. Atendidos só marginalmente pelo poder público, enquanto a quase totalidade dos recursos se destinava à agricultura empresarial, não puderam se firmar, com poucas exceções, como atores econômicos. Restou tão somente incorporar uma minoria mais performante deles à economia agrícola e agro-industrial e atender os outros, moribundos, com políticas sociais. Totalmente preso aos interesses de uma minoria, controlando a maioria com uma combinação de autoritarismo e clientelismo, o Estado brasileiro não cumpriu a função moderna de regulação: criar instituições e mecanismos e fazê-los valer para se-

gurar os apetites do capital de tal modo a assegurar a sua reprodução a longo prazo, promovendo uma democracia de massa.

Os impasses da monocultura altamente mecanizada e quimificada, a perda da biodiversidade (tanto a encontrada na natureza quanto a fitogenética oriunda das tradições dos agricultores), a inchação das metrópoles, o esvaziamento humano de grandes porções do território e o desequilíbrio na ocupação do espaço nacional, a redução dos empregos urbanos e a miséria recolocam na ordem do dia, em um outro patamar, a questão da Reforma Agrária e do lugar do produtor familiar. Estas questões associam-se, como o demonstram essas “experiências”, ao desenvolvimento regional econômico-social e político: de um lado, implantação de assentamentos, manutenção da produção familiar e urbanização do campo, revitalização dos municípios de pequeno e médio porte, agroindustrialização, etc. e, do outro, efetivação do Estado de Direito, adensamento da democracia, reforma e ressocialização do Estado, etc.

As organizações da sociedade que constroem essa nova regionalidade, na perspectiva descrita aqui, não pretendem substituir o Estado. Sabem que o mercado, deixado a si mesmo ou, pior, mancomunado com grupos políticos, pratica a política de “terra e povo arrasados”. Sabem que os desafios são tantos que só o fortalecimento de um Estado que cumpra com a sua missão de sustentação da nação, da sua sociedade e do seu destino, de regulação e mediação dos conflitos lhes garantirá o seu lugar. Essas estratégias microrregionais não são preestabelecidas. Em geral, essas experiências desenvolveram-se no pla-

no local para responder a alguma necessidade imediata. Mas, do local e do imediato, projetaram-se para o regional e para o médio e o longo prazo. A sua relação com o Estado se dá nessas duas dimensões: em função do imediato e no plano estratégico. Aí, se destacam o enfrentamento das políticas públicas e dos projetos e programas públicos (geralmente com financiamento internacional) e, em dois casos, a discussão do zoneamento.

6. Os processos de enfrentamento e negociação com o Estado trazem alguns resultados interessantes. Para poderem se impor, as demandas dessas coalizões rurais são trazidas para a *pólis*, a *cidade política*, onde obtêm publicidade e incorporam novos atores sociais, desta vez urbanos, às suas demandas. As “experiências”, de rurais, passam a ser urbano-rurais e o desenvolvimento que está sendo ensaiado, de rural, passa a ser efetivamente regional. Um segundo resultado refere-se ao desmascaramento da fragmentação em que se encontra o Estado e da quase total desarticulação existente entre os seus órgãos responsáveis pela elaboração e aplicação de políticas de desenvolvimento. Por último, cabe assinalar o lento mas gradativo, embora não irreversível, rompimento de relações de clientelismo e o início da construção de uma nova prática política, na qual o Estado não se apresenta tão distante e unicamente com a “cara” dos coronéis e/ou de grupos econômicos hegemônicos locais. O Estado torna-se assim algo alcançável e atinge-se à compreensão de que a política é feita de disputas e enfrentamentos e que há a necessidade de consolidação de atores políticos importantes para a negociação e avanço das demandas populares.

7. Se o lugar de realização dessas “experiências” é a microrregião tal como definida aqui, essa

regionalidade não é fechada sobre si mesma, como se fosse possível imaginar um desenvolvimento absolutamente endógeno.

Para baixo, como já foi apontado na primeira parte deste texto, há a articulação com as comunidades locais, com as “microexperiências” que formam o substrato, o “humor”, que alimenta, dá vida e força à ação regional. É aí que se

**OS IMPASSES DA
MONOCULTURA ALTAMENTE
MECANIZADA E QUIMIFICADA,
A PERDA DA BIODIVERSIDADE,
A INCHAÇÃO DAS
METRÓPOLES, O
ESVAZIAMENTO HUMANO
DE GRANDES PORÇÕES
DO TERRITÓRIO E O
DESEQUILÍBRIO NA OCUPAÇÃO
DO ESPAÇO NACIONAL, A
REDUÇÃO DOS EMPREGOS
URBANOS E A MISÉRIA
RECOLOCAM NA ORDEM DO
DIA, EM UM OUTRO PATAMAR,
A QUESTÃO DA REFORMA
AGRÁRIA E DO LUGAR
DO PRODUTOR FAMILIAR.**

constroem as identidades políticas, que se inova, que se acumula poder de representação, que se experimenta o diálogo e a negociação.

Para fora, a microrregião se articula com a região maior, que pode ser ou não o Estado na qual está inserida, com o país e com outras regiões do mundo. Isto vale tanto para as questões econômicas (políticas, financiamentos, comércio), quanto para as políticas (negociação com o poder público regional e nacional e com instâncias internacionais). Se pela sua evidência não é preciso exem-

plificar a relação entre a microrregião e o espaço nacional, vale notar a dimensão internacional quase sempre presente nessas dinâmicas, seja por causa dos diferentes projetos que têm a participação de governos estrangeiros ou bancos multilaterais, seja por causa das trocas comerciais que afetam direta ou indiretamente a maioria dos produtores. Mais do que sua inserção num contexto mais amplo e mais do que falar de “para fora”, o certo seria visualizar uma superposição de espaços, as dimensões da grande região, do país e do mundo global sendo inscritas no desenho da microrregião.

8. A sua relação com o meio ambiente passa pela questão do desenvolvimento. Essas dinâmicas não vêm de uma tradição ambientalista, só recentemente as organizações ambientalistas e o seu vocabulário fizeram-se presentes nelas. Elas não tratam dos grandes impasses ambientais da humanidade nem da conservação da natureza. Porém, ao tratarem do lugar da produção familiar e do desenvolvimento regional (como mencionei no ponto 5), afirmam-se, por sua prática mais do que por seu discurso, como atores importantes no debate da sustentabilidade.

9. Até agora ao falar dessa microrregionalidade, oscilei entre usar ora a palavra “experiências” (sempre entre aspas), ora “dinâmicas”. A primeira foi usada por comodidade, mas chegou a hora de desautorizá-la, pois remete a algo redondo, bem delimitado no espaço e no tempo e, ao mesmo tempo, provisório, do qual pode-se tirar conclusões que vão levar a outras experiências ou a implantação de algo que ira dar certo. Os pontos anteriores evidentemente nos remetem mais à idéia de processo, de movimento, de dinâmica. Estão em jogo a vida e o futuro de populações e do seu espaço e ninguém pensa em fazer “expe-

riências” com isso. Mas, como não há soluções preestabelecidas, a construção de alternativas é lenta e, às vezes, tateante e sofrida. O tempo de maturação dessas estratégias microrregionais é longo. Em todos os casos citados aqui, havia algumas ações microlocais quinze ou vinte anos atrás e o processo microrregional se desenvolve há pelo menos dez anos.

Problemas e desafios

1. A ausência do Estado de Direito em muitas áreas

Uma pesquisadora nos Estados Unidos produziu um mapa mostrando a coincidência entre as queimadas e os assassinatos no campo. Apesar de alguns avanços, a respeito dos quais tomei a precaução de sublinhar o seu caráter reversível, as regiões nas quais se desenvolvem as dinâmicas em exame aqui são, na sua maioria, segundo Guilherme O'Donnell, “regiões onde os poderes locais (tanto os formais como os de fato) estabelecem circuitos de poder que operam de acordo com regras inconsistentes, quando não antagônicas, com a lei que supostamente regula o território nacional. Esses são sistemas de poder privado (ou, melhor, de poder privatizado, já que muitos dos principais atores ocupam cargos no aparelho de Estado), nos quais alguns direitos e garantias de legalidade democrática não têm nenhuma efetividade. Essas regiões neofeudalizadas contam com organizações estatais, nacionais, estaduais e municipais. Mas, a obliteração da legalidade priva esses poderes, inclusive essas agências estatais, da dimensão pública, legal sem a qual o Estado nacional e a ordem que supostamente ele sustenta esvaecem” (1993, p.129). A seguir, O'Donnell imagina um mapa do mundo em que a cor azul

designaria a presença do Estado, “em termos de um conjunto de burocracias razoavelmente eficazes e da efetividade da legalidade devidamente sancionada”; a cor verde, “um alto grau de penetração territorial e uma presença significativamente mais baixa em termos funcionais /de classe” e, a cor marrom, “um nível muito baixo ou nulo dessas duas dimensões”. O mapa indicaria que o Brasil e o Peru seriam dominados pelo marrom⁵. O mapa em que se processam essas dinâmicas mi-

*O EMPRESARIADO AO NÃO
PENSAR O LONGO TERMO, A
NÃO SER, NO MELHOR DOS
CASOS, O DA SUA EMPRESA OU
DE SEU RAMO; AO NÃO
PENSAR A SOCIEDADE, OU
PENSÁ-LA COMO
CONSUMIDORA, FORTALECE
UM DESENVOLVIMENTO
EXCLUDENTE, ANTÍPODA DA
SUSTENTABILIDADE.*

corregionais coincide com o mapa marrom da ausência do Estado de Direito e, até, em certos casos, forma manchas vermelhas que unem tragicamente os destinos de áreas do Acre, de Rondônia ou do Pará às favelas das grandes metrópoles. Esta situação faz com que as organizações que tentam construir uma proposta alternativa de desenvolvimento tenham que investir boa parte das suas energias na defesa e na conquista dos direitos básicos de cidadania, sobrando pouco tempo e recursos para a viabilização das suas propostas.

2. A renúncia do governo em ter estratégias integradas e políticas de longo prazo.

José Luís Fiori nos aponta com muita propriedade que o exercício

de governo parece reduzir-se ao plano de estabilização e o único elemento estratégico evidente talvez seja a vã tentativa de criar condições permanentes de confiabilidade para os capitais internacionais. No meu entender, “as políticas públicas envolvem pactos entre atores sociais relevantes que se comprometam e se engajam nelas. A sua efetivação supõe, então, que sejam abertos espaços institucionais adequados à sua negociação, com o devido suporte técnico-operacional, além da disposição de captar os recursos financeiros necessários ao cumprimento dos propósitos pactuados”⁶. Na ausência desses fatores, a busca de alternativas de desenvolvimento iniciada por essas dinâmicas microrregionais está ameaçada, pois os atores envolvidos não dispõem do poder econômico e político que possam suprir essa ausência do poder público. Mais do que isso, têm clareza que não devem dispensar o Estado, cujas funções de regulação, mesmo que repensadas, são indispensáveis à construção de um desenvolvimento sustentável.

3. O atraso do empresariado

Nessas regiões, o empresariado - seja o que se apresenta sob a sua forma moderna, competitiva e plenamente integrada aos mercados nacional e/ou internacional, seja sob a sua forma arcaica, coronelista - mantém relações promís-

5- O'Donnell, Guilherme. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. In: Novos Estudos Cebrap, nº 36, julho de 1993. Cebrap, São Paulo. p.129.

6- Leroy, Jear-Pierre. Políticas públicas e meio ambiente na Amazônia. In: Revista Proposta nº 59, dezembro de 1993. FASE, Rio de Janeiro.

cuas com o Estado, tentando tirar o máximo proveito disso e não correr risco empresarial algum. Cada setor empresarial e, até, cada empresário, tem estratégia própria, que se resume ainda, na maioria dos casos, à realização do seu lucro no menor tempo possível, em cima da exploração desmedida dos recursos naturais e humanos. Em geral, as suas instâncias representativas praticam um corporativismo exacerbado. O PNBE não conseguiria muita adesão nessas áreas. Este empresariado ao não pensar o longo termo, a não ser, no melhor dos casos, o da sua empresa ou de seu ramo; ao não pensar a sociedade, ou pensá-la como consumidora (mesmo que individualmente tenham estratégias tecnologicamente sustentáveis ou se candidatem ao ISO 14.000), fortalece um desenvolvimento excludente, antípoda da sustentabilidade. As dinâmicas microrregionais sinalizadas aqui não pretendem construir territórios de economia alternativa. Carecem, portanto, de diálogo com setores econômicos importantes sem os quais toda reversão do modelo atual não passaria de quimera ou de promessa não cumprida.

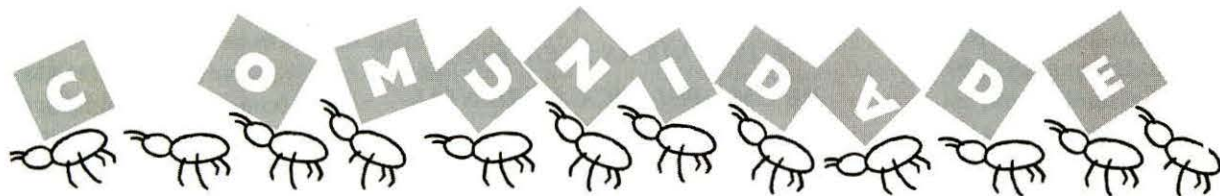
4. A qualificação dos movimentos sociais e organizações da sociedade

Em um contexto mundial de privatização da vida pública e de mercantilização do conjunto da vida, em que o desenvolvimento parece se reduzir às “estratégias” de sujeitos privados, a abertura

manifestada por certos agentes e projetos públicos em relação às ONGs pode ser vista como um indício a mais do desmonte do Estado e da regulação pública. Se, em países como os Estados Unidos, existe uma longa tradição de associativismo cidadão, a associação de cidadãos em entidades que se voltem para dar a sua contribuição voluntária (mesmo que captem recursos para cumprir os seus objetivos) para a resolução de problemas que estimam relevantes é relativamente recente em países como o Brasil.

Surgem assim três problemas. Por falta de tradição e por não terem, até por causa disso, suficiente respaldo na sociedade, essas organizações são frequentemente fracas. As ONGs estão na moda e, as que estão no novo “circuito” (via consultorias, editais, execução de componentes de projetos públicos, etc.) podem captar novos tipos de recursos e com isto, criam-se múltiplas entidades que possivelmente escapam a qualquer controle social. Elas podem deter uma competência técnica útil e cumprir funções limitadas, mas em nenhum caso podem se habilitar a exercer qualquer representação. E, por fim, as ONGs e organizações populares que exercem hoje com certa legitimidade um papel “público”, por representarem por suas idéias e sua tradição o pensamento de um setor da sociedade e por defenderem interesses mais amplos da sociedade, ficam niveladas por baixo e entram na vala comum da suspeição e da desqualificação.

A qualificação das ONGs e das organizações populares passaria, primeiro, pela criação na sociedade de uma cultura de participação e da cidadania, pois é dessa sociedade que podem surgir as organizações suscetíveis de contribuir, no seu lugar, para a construção de um novo território e de uma nova sociedade. Em segundo lugar, a complexidade dos desafios exige, efetivamente, uma melhor qualificação das organizações que, sob vários ângulos, trabalham nessas dinâmicas. Não entrando nos esquemas de cooptação e clientelismo, elas todas enfrentam o problema da falta de recursos humanos e financeiros e a dificuldade de qualificação e manutenção dos seus quadros. Nesse sentido, com a condição que se tenha claro e transparente o seu papel e que haja mecanismos públicos de controle social sobre elas, é oportuno que a sociedade e o Estado contribuam para a sua manutenção e o seu fortalecimento. Além disso, essas complexas dinâmicas na busca de um desenvolvimento sustentável exigem parcerias entre vários atores. A qualificação das organizações sociais pode ser facilitada pelo suporte de aparelhos técnicos governamentais e pela participação ativa da academia cumprindo a sua função social. Ou melhor, o desafio da sustentabilidade exige uma qualificação conjunta desses três setores, acrescentando-se a eles o empresariado, que passaria pelo estabelecimento de parcerias voltadas para a ação. Mas isso já é uma outra estória. □



José Eduardo de Campos Siqueira

AÇÃO MUNICIPAL E SUSTENTABILIDADE

José Eduardo de Campos Siqueira é Secretário de Meio Ambiente de Santos

PROPOSTA - O planejamento das ações da Secretaria de Meio Ambiente de Santos se deu visando medidas setoriais ambientais ou em cima de uma estratégia de longo prazo que tivesse a ver com o desenvolvimento do município? Como foi isso e quais razões motivaram as escolhas?

JOSÉ EDUARDO - A Secretaria de Meio Ambiente de Santos, a SEMAM, atuou nos dois níveis. Criada no início do governo, em janeiro de 1993, abriu o debate, nos âmbitos interno e público, acerca da vocação terciária da cidade e suas implicações. Partiu-se do consenso sobre a necessidade de se conquistar a “excelência ambiental” como condição fundamental do desenvolvimento do turismo e do setor de serviços, alternativas econômicas mais consistentes do que as políticas compensatórias usuais frente a crise que se abate sobre o país. Essa discussão levou a SEMAM a desempenhar um papel ativo na revisão do Plano Diretor, dos Códigos de Edificações e Postura, na elaboração das leis do Plano Viário e do Solo Criado e outros instrumentos da Reforma Urbana. A SEMAM assumiu como tarefas suas, também, a regulamentação das leis que criaram a Área de Proteção Ambiental (APA de

Santos) e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Dessa maneira, a Secretaria assumiu papel central no planejamento estratégico do município tanto no plano do desenvolvimento urbano quanto no da preservação dos Recursos Naturais, nestes in-

cluídos os ecossistemas da Mata Atlântica de Encosta, restingas e manguezais que recobrem cerca de 90% de sua região continental.

Essas atividades de planejamento, herdadas, diga-se de passagem, da Secretaria preexistente de Desenvolvimento Urbano, não impediram que a SEMAM desenvolvesse programas setoriais de cunho operacional. A desejada “excelência ambiental” repousa, em grande medida, na qualidade das águas superficiais de drenagem da ilha em que se situa a cidade. Trata-se de condição essencial para a manutenção da balneabilidade das praias, marca registrada do governo e mola propulsora da recuperação do turismo na cidade a partir de 1991. Condi-

ção fundamental do duplo ponto de vista de saúde pública e de proteção ao meio ambiente, a questão da qualidade da água deu origem a um Departamento de Saneamento Ambiental, responsável pela Fiscalização da Água e em geral, assim como pelo funcionamento do também criado laboratório municipal de análises. Através desse departamento, a SEMAM conduziu, de um lado, a discussão sobre a municipalização do saneamento, e de outro, subsidiou a construção,

EM 1994 REALIZAMOS A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTOS, QUANDO FOI POSSÍVEL TER UMA VISÃO ABRANGENTE DO QUE PENSA O CONJUNTO DA CIDADE SOBRE AS QUESTÕES QUE NOS AFETAM A FIM DESSE DEFINIR AS DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA AMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.

pela própria prefeitura, de rede coletora de esgotos. Um desses programas, por exemplo, denominado "Canal Limpo-Praia Limpa", realizou em 4 anos, 70 mil vistorias domiciliares e eliminou cerca de 30 mil ligações irregulares de esgoto. O resultado pode ser aferido pelas quantidades reduzidas de coliformes nos canais e nas praias, de maneira drástica.

Além do saneamento e do planejamento ambiental e urbano, a SEMAM desenvolveu programas de arborização e áreas verdes através do Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAV - criado na atual gestão, ficando inicialmente ligado à Secretaria de Obras e mais tarde transferido para a SEMAM.

Inicialmente optamos por administrar os problemas existentes, resultado de décadas de arborização inadequada e sem critério, levando a cidade a um verdadeiro caos na arborização urbana e causando danos nas redes de água e esgoto, problemas na rede elétrica e iluminação públicas, pavimentação de ruas e passeios, etc.

Num segundo momento investiu-se na capacitação técnica com a chegada de agrônomos e treinamento operacionais, contando com ajuda de equipamentos de melhor rendimento, sendo possível implementar serviços sazonalizados de poda com melhor distribuição da mão-de-obra.

A implantação do Jardim Botânico Municipal "Chico Mendes" possibilitou que desenvolvêssemos instrumentos de suporte para uma política de áreas verdes integrada com a cidade, no que se refere à biodiversidade através da implantação de coleções de plantas, cursos de paisagismo e jardinagem e produção de mudas arbustivas, herbáceas e arbóreas.

PROPOSTA - Houve alguma dinâmica para a constituição de um trabalho intersetorial entre os partidos, os vários setores da administração e a população organizada?

JOSÉ EDUARDO - A base da dinâmica utilizada pela PMS tem sido a participação da sociedade.

Em 1994 realizamos a 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Santos, quando foi possí-

vel ter uma visão abrangente do que pensa o conjunto da cidade sobre as questões que nos afetam a fim de se definir as diretrizes de uma política ambiental para o município com a participação da sociedade.

Foi produzido um documento visando subsidiar

as discussões na Conferência elaborado por muitas mãos: técnicos, colaboradores e comissão organizadora. Dele constava:

Uma caracterização geral do município, o porto, Via Anchieta e o crescimento do turismo, o pólo petroquímico vizinho, seguida de três blocos: a) saneamento ambiental; b) desenvolvimento, qualidade de vida e meio ambiente; c) participação da sociedade, o que serviu para provocar, e ao mesmo tempo, colocar os participantes num mes-

mo nível de compreensão para o encontro.

Outro processo que se dá em Santos, é a construção do "Programa Comunidades Modelo - Agenda 21 - Local" que é baseado na aplicação de um modelo de gestão ambiental onde a Administração Municipal e a comunidade discutem e priorizam temas e ações visando implantar um planejamento para essas ações.

Este programa envolve, além do poder local e da comunidade, o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais - I.C.L.E.I., órgão ligado à ONU que ensina o modelo de planejamento do programa.

PROPOSTA - Houve alguma política de informação e sensibilização da população? Como se deu isso?

JOSÉ EDUARDO - Nestes 4 anos, a SEMAM procurou buscar formas de diálogo com a população.

A Conferência de Meio Ambiente realizada em 1994, os diversos seminários e encontros, os NUDA's (Núcleos de Defesa Ambiental) são exemplos concretos de canais de participação criados pela SEMAM.

A informação e a sensibilização da comunidade local acerca deste assunto teve início com a própria Secretaria. Inúmeros fóruns de discussão foram organizados. Foi tema importante dentro da Conferên-

OUTRO PROCESSO QUE SE DÁ EM SANTOS, É A CONSTRUÇÃO DO "PROGRAMA COMUNIDADES MODELO - AGENDA 21 - LOCAL" QUE É BASEADO NA APLICAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO AMBIENTAL ONDE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A COMUNIDADE DISCUTEM E PRIORIZAM TEMAS E AÇÕES VISANDO IMPLANTAR UM PLANEJAMENTO PARA ESSAS AÇÕES.

cia de Meio Ambiente, inclusive com a realização de duas pré-conferências sobre o assunto.

Foram realizados debates com o professorado da rede de ensino pública e palestras com a população através dos Núcleos de Defesa Ambiental.

Mais recentemente, quando se iniciou a instalação do Comitê de Bacia da Baixada Santista, a SEMAM também se ocupou de organizar a participação da comunidade santista nesse processo.

PROPOSTA - Que políticas foram concretamente implementadas? E quais foram os maiores obstáculos para a sua implementação?

JOSÉ EDUARDO - Quando se pensa em Santos, lembra-se da ilha (de São Vicente), do estuário, dos manguezais (fonte riquíssima de nutrientes para fauna e flora marinhas), do porto (o maior da América Latina), da vizinha Cubatão (um pólo petroquímico poderoso e complexo), além das praias, da serra, da Anchieta, da Imigrantes, de São Vicente, etc.

Uma secretaria do meio ambiente, numa cidade cercada dessas "realidades", naturalmente não estabelece *a priori* sua vocação, principalmente considerando que é a primeira experiência de um órgão municipal dessa natureza entre nós. As definições aconteceram à medida que as demandas foram, por assim dizer, delineando o perfil e a nossa conseqüente capacidade de dar respostas à elas.

O que estava definido no primeiro momento não eram as políticas, mas as necessidades. Aos poucos, ambas foram se tornando uma coisa só. Jamais imaginaríamos, por exemplo, que a grande demanda das denúncias ao Departamento de Saneamento Ambiental seria a poluição sonora. Numa cidade turística com uma grande população de idosos, um conflito óbvio, mas assim não víamos à época. O maior porto do país, com um tráfego intenso de cargas perigosas que entram e saem, passando pela cidade e nós, "autoridades ambientais", nos sentindo impotentes diante do despreparo e da dificuldade de relacionamento com órgãos estaduais.

O que estava definido no primeiro momento não eram as políticas, mas as necessidades. Aos poucos, ambas foram se tornando uma coisa só. Jamais imaginaríamos, por exemplo, que a grande demanda das denúncias ao Departamento de Saneamento Ambiental seria a poluição sonora. Numa cidade turística com uma grande população de idosos, um conflito óbvio, mas assim não víamos à época. O maior porto do país, com um tráfego intenso de cargas perigosas que entram e saem, passando pela cidade e nós, "autoridades ambientais", nos sentindo impotentes diante do despreparo e da dificuldade de relacionamento com órgãos estaduais.

Mas, nem tudo são trevas. A herança de intervenção ambiental bem sucedida, a recuperação da

qualidade de nossas praias, além de reafirmar a vocação turística da cidade, de resgatar o orgulho do santista pela nossa cidade, definiu a grande tarefa para uma Secretaria do Meio Ambiente em Santos: garantir essa qualidade ao longo do tempo, cotidianamente, ordinariamente, até que questões, tais como operação das comportas, canais limpos, esgotos na rede de esgotos, chuvas, marés, laboratório de análises, balneabilidade, excelência ambiental se tornem "cultura" da cidade.

Como disse anteriormente, o planejamento urbano incorporou-se à estrutura da SEMAM nos meados da gestão, a tempo de ter contribuído para a construção do nexos entre a cidade, o porto e a área continental de Santos traduzida numa APA (Área de Proteção Ambiental); tudo consubstanciado no novo

Plano Diretor de Santos, que concebido, discutido com a população, emendado por técnicos e apresentado à sociedade, ainda não conseguimos que fosse votado pela Câmara Municipal. Lembro que o atual, em vigência, data de 1968.

E, por fim, devo dizer da dificuldade em estabelecer uma política para as áreas verdes que comporta produção de mudas, plantio, poda, manutenção de praças e jardins, tudo permeado

pelo desenvolvimento e capacitação do pessoal envolvido. Dificuldade de que? De estabelecer um relacionamento do poder público com a população diferente do clientelismo que vigia até a criação dos novos serviços. A poda, por exemplo, não era atividade rotineira no antigo serviço, o que faz com que, ainda hoje, os pedidos de vereadores ou de "amigos" cheguem até o DEPAV (Departamento de Áreas Verdes) visando privilégios no atendimento.

PROPOSTA - Na sua opinião quais são os limites da ação pública local e quais as suas potencialidades no enfrentamento da questão ambiental?

JOSÉ EDUARDO - A cidade de Santos congrega em sua dinâmica urbana empresas federais, estaduais - tal como a CODESP, que administra o porto, as duas redes ferroviárias (RFFSA e FEPASA) e mais as concessionárias de serviços públicos (SABESP, ELETROPOLO, etc.).

*A DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS NAS
VÁRIAS ESFERAS COLOCA O PODER
LOCAL À MERCÊ DE AGENTES E/OU
"AUTORIDADES" QUE
FREQUENTEMENTE AGEM DE
MODO AUTORITÁRIO OU MESMO
SEGREGADOR EM RELAÇÃO À UMA
ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA
E POPULAR COMO A PETISTA.*

O modo peculiar como estas empresas se estabeleceram no território, bem como os assentamentos urbanos, os problemas ambientais no estuário, o trânsito pesado dos veículos de carga, as empresas armazenadoras de *containers*, que desempenham uma grade de relações tão complexas quanto necessárias para a cidade, todo este emaranhado de questões, no entanto, aponta para um difícil diálogo inter-institucional, por vezes intransponível.

A coqueteleira de competências também é alimentada pela não compreensão dos agentes privados e da própria população, que também participam desta dinâmica. A própria existência de uma Secretaria de Meio Ambiente, que abraça em sua estrutura o desenvolvimento urbano e o ambiental, dá uma pista evidente do modelo de desenvolvimento e de quais políticas se pretendem desenvolver com uma estrutura deste nível.

A importância do poder local como indutor do desenvolvimento ambiental e socialmente equilibrado é razão maior do desenho proposto, onde o entendimento entre os atores sociais, a intermediação na solução de conflitos e interlocução com outras esferas, visando o desenvolvimento sustentável, determine a vontade em estabelecer políticas propositivas e mudanças significativas e não apenas um papel de administrador dos problemas da cidade.

Desta forma, embora estas ações ainda sejam muito recentes, a SEMAM aponta para um caminho que nos parece não ter volta, ou seja, através de uma

agenda discutida com toda a sociedade, ser atingida a excelência ambiental, base para uma sociedade sustentável.

PROPOSTA - O município de Santos foi administrado pelo PT por duas vezes consecutivas. O resultado da recente eleição consagrou o candidato malufista. Como

o Sr. vê a continuação dessa política frente à nova administração?

José Eduardo - O governo que assume em 97, certamente, tem propostas muito diferentes (até porque é neoliberal) daquelas que temos construído ao longo destes 8 anos de governo petista.

Acredito que o principal diferencial, e, portanto, as principais

perdas, possa estar relacionado à questão da participação popular (uma das marcas dos governos petistas).

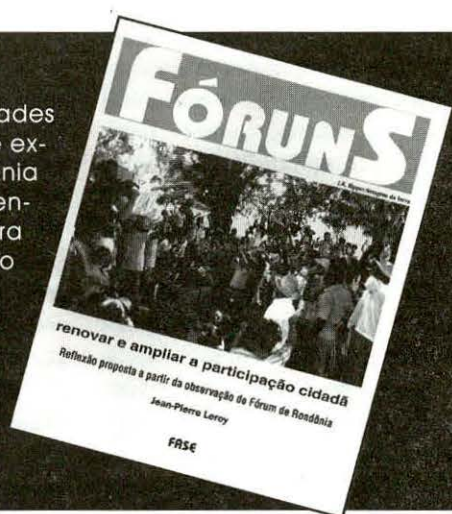
Entretanto, parte dessas políticas constitui-se hoje em conquistas sociais que precisam ser respeitadas. Por exemplo, é preciso continuar garantindo a balneabilidade das praias. Será uma grande perda para os santistas e para os turistas se as praias voltarem aos índices de contaminação por coliformes fecais que ocorriam na época em que a cidade era administrada pelos partidos que compõem a aliança que sustenta o futuro prefeito.

Outra questão é a AGENDA 21 Local. Há um grupo de sustentação constituído por 80 representantes de diversos setores da sociedade, cuja principal atribuição é garantir a continuidade do programa quando da mudança de governo. □

A SEMAM APONTA PARA UM CAMINHO QUE NOS PARECE NÃO TER VOLTA, OU SEJA, ATRAVÉS DE UMA AGENDA DISCUTIDA COM TODA A SOCIEDADE, ATINGIR A EXCELÊNCIA AMBIENTAL, BASE PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.

A atuação junto aos movimentos populares e entidades não-governamentais de Jean-Pierre Leroy permitiu-lhe extrair da experiência bem sucedida do Fórum de Rondônia aquilo que pode ser generalizado para outros movimentos semelhantes. **Fóruns** tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de um novo tipo de organização democrática da sociedade civil.

É UMA CRATILHA QUE SE DIRIGE PRINCIPALMENTE ÀQUELES QUE NA PRÁTICA ESTÃO CONSTRUINDO ESTA NOVA FORMA FAZER UMA POLÍTICA CIDADÃ.



SISTEMAS DE PRODUÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO*

1. A invisibilidade do trabalho da mulher: uma questão política

O trabalho produtivo realiza-se pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica. Esta é a conclusão de vários estudos e pesquisas sobre o tema. As interpretações sobre tal lacuna são geralmente atribuídas aos pressupostos ideológicos e as orientações culturais que informam as definições de objetivos e métodos dos censos.

O desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de uma abordagem de gênero, tem um importante significado político, econômico e social, uma vez que este tipo de produção incorpora, do ponto de vista estrutural, o trabalho de homens e mulheres. Mas, partindo desta perspectiva, é necessário também levar em conta que a condição de "membro não remunerado da família" expressa uma desigualdade de gênero. Esta categoria de análise utilizada pelas estatísticas censitárias mascara o significado da inserção produtiva das mulheres e acaba por influenciar as políticas públicas.

Enquanto as estatísticas seguem ignorando o trabalho das mulheres, acentuando a sua invisibilidade, os estudos etno-

gráficos têm mostrado como se desenvolvem suas atividades produtivas em vários contextos sócio-econômico-culturais da agricultura familiar. Reconhecem a sua participação diferenciada nas atividades agrícolas, nas atividades de coleta, na pesca. Reconhecem ainda em unanimidade que a casa, comumente caracterizada como espaço doméstico que inclui o quintal, a criação animal, constitui-se em um espaço produtivo e gerador de renda com significativa participação das mulheres.

**O TRABALHO PRODUTIVO
REALIZADO PELAS
MULHERES NO ÂMBITO
DA AGRICULTURA
FAMILIAR É GRANDEMENTE
SUBESTIMADO PELAS
FONTES ESTATÍSTICAS
OFICIAIS.**

Alguns desses estudos mostram também o quanto são disruptivos os programas e projetos governamentais que não levam em conta esta análise.

Nos projetos de irrigação da CODEVASF, por exemplo, Lavinás (cit. em Suárez e Libardoni, 1992: 69), constatou que "o projeto rompeu com a unicidade de grupo de parentesco e de trabalho que caracteriza a família camponesa, ao situar o lugar de trabalho e o de moradia a centenas de metros ou

mesmo quilômetros de distância um do outro. Outras razões, igualmente externas aos assentados, explicam também a retirada das mulheres das atividades diretas do cultivo. A primeira é que elas foram excluídas dos treinamentos feitos para capacitar os colonos nas novas técnicas de irrigação. A segunda, foi o enquadramento imposto pela CODEVASF, no sentido de orientar o colono para o emprego de assalariado em detrimento da força de trabalho familiar".

Em outro contexto, referindo-se aos assentamentos de agricultores do Projeto Albrás-Alunorte, no Pará, o estudo de Moura (cit. em Suárez e Libardoni, 1992: 69) adverte também sobre a marginalização das mulheres nas atividades agrícolas. Embora, neste caso, a moradia tenha sido construída perto dos lotes sem apoio financeiro e técnico, as famílias não conseguiram reestruturar sua produção após o deslocamento e passaram a obter a renda familiar ba-

*Uma versão preliminar deste texto, foi apresentada no workshop "Gênero, Democracia e Políticas Públicas - construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras". Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ, São Paulo 2 e 3 de setembro de 1996. Agradeço ao meu colega da FASE, Jean-Pierre Lero, pela leitura atenta e sugestões para este trabalho.



sicamente através do assalariamento. O significado da perda do quintal para explicar esse fracasso é também notado pela autora, quando afirma: *"impossibilitados de repor seus bens, inclusive de concluir sua moradia, de trazer seus animais de criação, pelo custo adicional de transporte que isto implicava, a perda de suas plantas medicinais... que garantiam o trato de doenças comuns, contribuíram para uma degradação violenta de sua condição de vida"*.

Os estudos etnográficos mostram também que o *status* social das mulheres na representação que é feita pelos homens e também na representação das próprias mulheres reflete a subordinação da mulher. Mesmo que as atividades agrícolas sejam consideradas *trabalho* por oposição às atividades próprias da casa (aqui entendidas como o espaço caracterizado acima), quando algumas delas são realizadas pelas mulheres, perdem o caráter de *trabalho* e passam a ser

**OS ESTUDOS
ETNOGRÁFICOS MOSTRAM
TAMBÉM QUE O STATUS
SOCIAL DAS MULHERES NA
REPRESENTAÇÃO QUE É
FEITA PELOS HOMENS E
TAMBÉM NA
REPRESENTAÇÃO DAS
PRÓPRIAS MULHERES
REFLETE A SUBORDINAÇÃO
DA MULHER.**

denominadas como *ajuda* (Heredia, Garcia e Garcia Jr., 1978: 2-3).

Por outro lado, em contextos nos quais as atividades produtivas das mulheres são caracterizadas como *trabalho*, esta representação social é feita não em nome do reconhecimento social de um novo estatuto da mulher, mas por oposição ao que não é próprio do homem. É o que ocorre nas áreas de coleta e processamento do babaçu: essa atividade está tão associada ao feminino, que de maneira geral

é considerada "trabalho de mulher" e, em várias comunidades, entende-se que "homem que quebra coco não é homem" (Cunha, cit. em Suárez e Libardoni, 1992: 79).

Os padrões culturais que estruturam estas visões têm também sua correspondência na distribuição dos alimentos no interior das famílias em muitas regiões do país. Numa pesquisa que realizei em Santarém, no Pará, constatei serem recorrentes, especialmente em situações de maior pobreza, a distribuição desigual dos alimentos. Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais "fortes" (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho (ou não trabalho) é considerado "leve", exigindo, pois, menor reposição de energia (Pacheco, 1977). Esta situação seguramente tem impactos negativos no estado nutricional das mulheres.

2. Um novo momento da luta das mulheres

O estímulo para vários estudos etnográficos realizados nos últimos anos se deu numa conjuntura política na qual a luta das mulheres pelo reconhecimento de sua identidade de trabalhadoras rurais tem se caracterizado como um dos móveis de suas mobilizações.

A presença das mulheres nas lutas sociais no campo é parte de nossa história e produziu várias lideranças. O que é novo nessa dinâmica social é a emergência do movimento de mulheres cujas reivindicações, especialmente a partir da década de 80, estão centradas no reconhecimento social de sua situação como trabalhadoras. Uma luta por cidadania expressa nas bandeiras do direito à sindicalização, direito à propriedade da terra, direito previdenciário e aposentadoria, direito de acesso aos serviços de saúde, direito ao trabalho.

**A PRESENÇA DAS
MULHERES NAS LUTAS
SOCIAIS NO CAMPO É
PARTE DE NOSSA HISTÓRIA
E PRODUZIU
VÁRIAS LIDERANÇAS.**

Em 1991, a Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras dos 5 Estados do Sul junto com a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do então Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT) lançaram uma campanha pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, contestando a sua qualificação como “mulheres de produtor”, “membros da família não remunerados”, adotada pelos censos.

Cartazes e panfletos foram largamente distribuídos com uma orientação para a resposta sobre o número de horas trabalhadas: somar as horas trabalhadas por semana na agricultura e na casa, preconizando pois a indissociação do espaço da produção do espaço da reprodução (Lavinas, 1991: 5).

Essa reivindicação, no entanto, não se traduziu numa revisão e adequação da metodologia dos censos, de sorte a incorporar as relações sociais de gênero. O Censo Agropecuário em curso no país (uma

vez que o de 91 não se realizou) continua utilizando a categoria de análise “responsáveis e membros não remunerados da família” e caracterizando o trabalho da mulher como *ajuda*. No Manual do Recenseador figura a seguinte orientação: “membros da família que o ajudavam na execução dos trabalhos, sem receber qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados” (pag. 43).

A Constituição de 88, sob forte pressão do movimento social, incorporou a bandeira direito à propriedade, independentemente do estado civil das mulheres. Mas, *“boa parte das novas disposições legais ainda não foi regulamentada pelos códigos específicos, configurando-se assim, mais como instrumento de luta do que direitos plenamente adquiridos”* (Suárez e Libardoni, 1992:125).

No quadro atual de desconstitucionalização e destituição de direitos, as bandeiras de luta são renovadas e ampliadas e a elas incorpora-se a questão da produção associada ao debate sobre modelo agrícola.

À título de exemplo, a III Assembléia do Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, em 95, definiu como proposta de luta contribuir para a *“construção de um projeto democrático e popular”*, que *“passa necessariamente pela consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Neste sentido o MMTR deverá investir na capacitação política e técnica das mulheres trabalhadoras rurais, proporcionando a compreensão de todo o processo de produção...”* (MMTR, 1995).

Nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, o movimento interestadual das mulheres quebraadeiras de côco babaçu luta pelo livre acesso às áreas de babaçuais, defende propostas econômicas de melhoria da renda familiar a partir do beneficiamento dos produtos do fruto.

Ainda no norte, o movimento das mulheres rurais do nordeste paraense, área de atuação da FASE, iniciou recentemente debates sistemáticos sobre o caráter do crédito do Fundo Constitucional Norte (FNO) e as condições de seu acesso.

3. Agricultura familiar: um debate que se renova

A questão das desigualdades nas relações sociais de gênero não está dissociada do lugar que é atribuído à agricultura familiar nas idéias dominantes e nas políticas.

Historicamente, a agricultura familiar na dinâmica de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro foi e é considerada marginal ao modelo de desenvolvimento vigente. No limiar de um novo século seguimos com um dos maiores índices de concentração de terras e de renda, sem uma política efetiva de Reforma Agrária, sem políticas efetivas orientadas para o desenvolvimento rural que garantam a melhoria das condições de vida desse enorme contingente de trabalhadores.

Uma breve retrospectiva histórica do debate que tem atravessado décadas mostra-nos as recorrências, mas também rupturas, nas concepções em disputa na sociedade.¹

Nos anos 50/60, mesmo enfatizando a importância de uma reflexão da ótica do interesse dos trabalhadores rurais, predominava a visão que considerava a agricultura familiar (o campesinato) como organização social da produção pretérita a ser superada com o avanço das relações sociais no campo.

1 - Esta sistematização baseou-se nos estudos de Ricardo Abramovay e Maria da Conceição D' Incao

**HISTORICAMENTE, A
AGRICULTURA FAMILIAR
NA DINÂMICA DE
DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NO CAMPO
BRASILEIRO FOI E É
CONSIDERADA MARGINAL
AO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO
VIGENTE.**

**É CADA VEZ MAIS NÍTIDA
A INTERRELAÇÃO
DO DEBATE SOBRE
AGRICULTURA
FAMILIAR E ECOLOGIA**

Nos anos 70, prevaleceram as teses da funcionalidade da pequena produção, baseadas na idéia chave de que o pequeno produtor contribuía para a acumulação do capital à medida que, oferecendo produtos e preços relativamente baixos, possibilitava um rebaixamento do custo da força de trabalho, portanto dos salários, e ainda o aumento da taxa de lucro. As críticas a essas teses situavam-se no mesmo campo economicista, ou seja, a visão de que, face ao ritmo do crescimento econômico, a oferta dos alimentos não poderia estar reservada a um segmento tradicional, como dos pequenos agricultores, incapaz de incorporar inovações técnicas; ou ainda a crítica segundo a qual o valor da produção desse segmento era muito baixo.

Na década de 80, como parte desta mesma vertente do debate, continuaram as análises sobre o declínio da participação agrícola familiar na oferta de alimentos, servindo de base para a conclusão de que a justificativa econômica da Reforma Agrária perdia sentido: não era preciso a reforma agrária para elevar a produção de alimentos. O problema alimentar perdia toda a relação com a questão agrária para se transformar numa questão de renda. O peso atribuído à expansão do trabalho assalariado, à inevitabilidade das transformações na agricultura no sentido do crescimento da importância, poder e integração dos complexos agroindustriais, constituíram-se como temas centrais na esteira dessa vertente de debate,

que se estende aos anos 90 (Pacheco: 1993).

Contraopondo-se a estas visões, vários estudos, principalmente antropológicos, enfatizaram, no período, a especificidade do campesinato, os limites e possibilidades de sua reprodução social, refutando as categorias de análise econômica adotadas para empresas capitalistas. São também, especialmente da década de 80 e início da década de 90, as análises sociológicas e antropológicas que buscam romper com o economicismo, elegendo como temas centrais a representação dos tra-

**AS PRÁTICAS ECONÔMICAS
QUE SE DESENVOLVEM NO
INTERIOR DOS SISTEMAS
DE PRODUÇÃO SÃO
CONDICIONADAS PELAS
DIFERENTES FORMAS DE
INSERÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR
NA ECONOMIA
CAPITALISTA E PELOS
IMPACTOS DO MODELO
AGRÍCOLA VIGENTE**

balhadores como sujeitos sociais e políticos e o significado de suas lutas no processo de democratização da sociedade e pela cidadania. Outros estudos salientaram também o papel da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista de sociedades do chamado Primeiro Mundo.

Mas foi também, nos anos 90, que se iniciaram os debates sobre agricultura e meio ambiente, com uma nova vertente de análise sobre a agricultura familiar. Centrada na crítica aos padrões tecnológicos dominantes e na busca de alternativas que viabilizem a agricultura familiar, esta visão, que

teve o seu impulso inicial através do trabalho de ONGs de desenvolvimento, vem, principalmente a partir da Eco 92, se aprofundando teoricamente e aplicando-se na prática através do desenvolvimento de projetos demonstrativos.

Se por um lado, é cada vez mais nítida a interrelação do debate sobre agricultura familiar e ecologia, este debate não incorporou ainda uma abordagem de gênero no diálogo com o pensamento feminista e os movimentos de mulheres com suas demandas. Por outro lado, os debates suscitados pelos estudos etnográficos, que visibilizam o papel das mulheres nas atividades produtivas, não têm incorporado a visão ecológica.

**4. Revendo os termos do
debate: sistema de
produção como
conceito articulador**

Começo por refutar a interpretação segundo a qual *"usar uma perspectiva de gênero para entender a produção familiar não é muito diferente de usar uma perspectiva econômica (entender os fatos da produção familiar como fatos que revelam relações econômicas) ou uma perspectiva ecológica (entender os fatos da produção familiar como fatos que revelam relações entre a biomassa e a ação humana)"* (Suarez e Libardoni, 1992: 154).

A idéia contida nesta formulação reproduz a dissociação e a fragmentação do debate. O desafio, do meu ponto de vista, está exatamente em buscar a interrelação desses termos, visando a superação do enfoque economicista, produtivista, negligenciador da diversidade cultural e biológica. Por outro lado, trata-se também de questionar uma vertente ecofeminista do debate sobre gestão dos recursos naturais, difundida entre feministas e ambien-



talistas, que identifica uma natureza personificada na mulher. Com efeito, a idealização de um vínculo inquestionável entre mulheres e natureza obstrui as análises das diferentes formas pelas quais as mulheres se situam em relação ao seu entorno e como está organizado o poder político (Cf. Molineux e Steinberg).

Considero que o conceito de **sistema de produção** é chave para avançarmos no debate, que tem como centro a crítica ao modelo agrícola dominante e se nutre da perspectiva da defesa da agricultura sustentável, baseada nos princípios da agroecologia.

Esse conceito deveria contribuir, a meu ver, para a aproximação e interação das abordagens que relacionam gênero, meio ambiente e desenvolvimento no inte-

rior do movimento de mulheres e das entidades e movimentos que defendem a agricultura sustentável. Digo deveria porque, parece-me que, até o momento, há muito pouco investimento teórico e prático neste sentido. Trata-se de avançar na construção de agendas políticas comuns.

A imensa biodiversidade das regiões tropicais no Brasil, tanto em espécies como de ecossistemas, permitiu que as populações locais ampliassem as possibilidades de desenvolvimento de um sistema integrado e complexo de produção agrícola composto pelo manejo e enriquecimento dos ecossistemas naturais e pelos cultivos agrícolas de ciclo curto e/ou longo, pelas atividades de criação de animais bovinos, equinos e pequenos animais. Em várias re-

giões, especialmente na Amazônia, as atividades extrativistas de coleta, pesca e caça integram esses sistemas.

A diversidade das formas de combinação dos componentes dos sistemas de produção dessa agricultura no país e a sua complexidade, se comparada com os sistemas baseados na monocultura, a diversidade das formas de produção e uso da terra, da gestão dos recursos naturais, bem como a diversidade sócio-cultural dos vários segmentos desses trabalhadores não nos autorizam a trabalhar com generalizações. Não há evidências empíricas que nos levem a falar *em geral*, nem da agricultura familiar e nem da mulher trabalhadora rural.

As práticas econômicas que se desenvolvem no interior dos

sistemas de produção são condicionadas pelas diferentes formas de inserção da agricultura familiar na economia capitalista e pelos impactos do modelo agrícola vigente. Mas elas são também informadas pelas tradições culturais e pelas trajetórias de migração; são transformadas ou renovadas nas experiências inovadoras de desenvolvimento de uma agricultura sustentável; nas lutas sociais pela afirmação e/ou construção de novas identidades sócio-políticas e pela proposição de políticas públicas.

A “modernização conservadora” da agricultura no Brasil, capitaneada pelo Estado nas últimas décadas através das políticas de expansão da fronteira agrícola, do sistema de crédito, do ensino, da pesquisa e da extensão rural, da mecanização e quimificação, trouxe como consequência o aumento dos índices de concentração da terra e de renda e a degradação do meio ambiente. Desgaste e erosão dos solos, assoreamento de rios, contaminação da água e dos alimentos, devastação de matas e florestas mostram um cenário de agravamento da deterioração da qualidade de vida e o crescimento da pobreza.

Áreas ricas em espécies florestais, medicinais e com uma grande diversidade de espécies agrícolas foram transformadas em áreas de monocultura ou de pastagem, levando à extinção de sistemas de produção dos agricultores familiares que, expulsos do campo, foram engrossar as fileiras dos deserdados da terra que habitam as periferias das cidades.

Excluída das prioridades das políticas governamentais, enfrentando todo tipo de adversidade do ponto de vista da produção, comercialização, serviços e infraestrutura, a agricultura familiar resiste. Estudo recente da FAO/INCRA atesta que os segmentos da agricultura familiar são os prin-

cipais responsáveis pela produção de 15 importantes produtos: carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja (1994).

Uma análise, que tenha como centro a complexidade e diversidade dos sistemas de produção, combinando as abordagens econômica, de gênero e ecológica, permite dar visibilidade à questões políticas de extrema relevância para a luta por um novo modelo agrícola. Cito algumas delas: os usos sociais da biodiversidade, a agrossilvicultura, a diversificação da produção e o significado econômico e social do auto-consumo.

5. As experiências, lutas e possibilidades inovadoras x os descaminhos das políticas governamentais

- *Quintais agroflorestais: espaço de trabalho produtivo e aprendizado.* Os sistemas de produção, em sua diversidade e complexidade, caracterizam-se em geral pela presença de um componente chamado “quintal agroflorestal”, que recebe várias denominações no Brasil: “miscelânea” (na região do

Rio Negro e Rio Solimões), “terreiro”, “quintal”, “horta”. Este componente “*não pode ser entendido isoladamente, pois as diversas zonas de manejo compõem um sistema integrado que garante o aumento de oportunidades para a exploração do meio ambiente*” (Castro, 1995: 30).

Negligenciados pelos dirigentes políticos, pelos planejadores, pelas estatísticas oficiais, pelos administradores, pelos técnicos extensionistas de órgãos oficiais e, muitas vezes, também pelos técnicos de ONGs, estes espaços tornam-se *invisíveis* para a economia formal.

Um outro olhar sobre eles, no entanto, permite-nos identificar a sua importância social, econômica e biológica.

- “*Quintal*” como área de produção de uso múltiplo. A grande diversidade presente nos quintais assegura uma produção variada de alimentos e outros produtos úteis: espécies agrícolas, frutíferas, arbóreas, hortícolas de valor nutricional e medicinal e as flores, formam um conjunto. Com frequência, aí se encontram também os pequenos animais domésticos (galinhas, patos, porcos, etc) e, algumas vezes, especialmente na Amazônia, também os animais domesticados (paca, capivara e porco do mato), ou o estábulo como no sudeste e no sul. Num quintal de 0,4 ha., em restinga alta de várzea, na Ilha do Cumbu, na Amazônia, por exemplo, foram levantadas 68 espécies e, dentre elas, 55 tinham sido plantadas (Dubois, 1996).

A diversidade cultural no Centro-Oeste e Norte no Brasil atual, consequência das migrações, reflete-se nas composições dos quintais, que são uma síntese da biodiversidade tropical, combinando espécies nativas da Amazônia e espécies cultivadas em outras partes do país.

A DIVERSIDADE CULTURAL NO CENTRO-OESTE E NORTE DO BRASIL ATUAL REFLETE-SE NAS COMPOSIÇÕES DOS QUINTAIS, QUE SÃO UMA SÍNTESE DA BIODIVERSIDADE TROPICAL, COMBINANDO ESPÉCIES NATIVAS DA AMAZÔNIA E ESPÉCIES CULTIVADAS EM OUTRAS PARTES DO PAÍS.

De outro lado, por mais simplificado que seja um sistema de produção dos agricultores familiares, como por exemplo os monocultivos de soja no Rio Grande do Sul, *“se existe alguma diversidade, ela está presente em volta da casa ou nos pedaços das lavouras, onde estão plantadas as miudezas”* (Cordeiro, 1994: 32).

- **“Quintal” como espaço de complementação de renda e enriquecimento da dieta alimentar e tratamento de doenças.** Enquanto em muitas regiões do país os produtos da lavoura provêm a família de alimentos de alto poder calórico (como arroz, milho, feijão, mandioca), o quintal é utilizado para obter alimentos ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais (Dubois, 1996: 53), com significativo impacto sobre a renda. Uma pesquisa feita pelas ONGs ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) junto a famílias de pequenos agricultores no Sudoeste do Paraná concluiu que o valor da produção do autoconsumo variou entre 33% e 89% do valor líquido das receitas (Cordeiro, 1994: 32).

A presença de plantas medicinais nas hortas, nos canteiros de flores ou em vasos e latas em torno da casa é recorrente nas várias regiões do país.

- **“Quintal” como campo de experimentação e aclimação de espécies para posterior utilização em outra escala.** Muitas espécies introduzidas e cultivadas são obtidas de vizinhos nas matas, capoeiras e floresta, iniciando-se desta maneira um processo de domesticação das plantas (Dubois, 1996). Em muitos casos também, os quintais funcionam como “faixas de retenção da erosão genética”, uma vez que neles se realiza a conservação de variedades

deslocadas nas lavouras pelas variedades comerciais híbridas.

Técnicas como propagação vegetativa (feita principalmente a partir de estacas), produção de adubo orgânico, poda e enxertia são também experimentadas nesses espaços e reproduzidas muitas vezes em maior escala nas lavouras.

É recorrente associar este espaço, no qual as mulheres desempenham um significativo papel, como dissemos em outra parte deste texto, como espaço do trabalho doméstico e, portanto, secundário, do ponto de vista do conjunto das atividades produtivas. Sua caracterização, no entanto, como vimos acima, vai em outra direção.

Caberia então perguntar: por que não desenvolver programas de capacitação que tenham como objetivo o enriquecimento e manejo dos quintais como também da criação? Por que não propor modalidades de crédito que individualizem as mulheres no exercício dessas atividades? Estas propostas não estão colocadas ainda na agenda política dos movimentos sociais e, provavelmente, despertarão muita polêmica em seu interior e também entre muitos assessores no campo. Por outro lado, elas não encontram eco hoje nas políticas, dada a orientação vigente sobre o crédito e extensão rural. Mas estas questões remetem-nos ao ponto seguinte.

A AUSÊNCIA E/OU INADEQUAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE SISTEMAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS COLOCA EM RISCO A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

6. A diversificação da base produtiva: questionamento da forma convencional de produzir

Estão em curso, hoje, no Brasil, inúmeras experiências de diversificação dos sistemas de produção numa perspectiva de manejo que integra vários tipos de consórcios agrícolas de modo sustentável e apropriado às características dos ecossistemas. ✓

Elas estão na Amazônia e se expressam na identidade agroextrativista das populações tradicionais, identidade esta construída na luta política que coloca em questão o modelo de ocupação e uso da terra naquela região do país.

Elas começam a mudar os cenários de regiões consideradas decadentes ou estagnadas, dando lugar à “agricultura de pomar” onde predominava até recentemente a prática da queima e coivara para plantio sobretudo da mandioca, como é o exemplo do nordeste paraense.

Elas estão nos consórcios agroflorestais do café no Espírito Santo e no domínio dos “mares de morros” em Minas. Estes são apenas alguns exemplos. O desenho de muitas destas experiências inspira-se no desenho dos quintais. Como me disse recentemente um trabalhador numa região de cerrado em Minas Gerais - “o sistema é olhado pelos quintais. Nosso futuro é ter grandes quintais”.

Em todos os exemplos, há participação das mulheres. Sabe-se, porém, apenas, que elas genericamente estão presentes, se não na implantação e tratamentos culturais, seguramente lá no momento da colheita de pelo menos alguns produtos. Faltam estudos empíricos que tragam novos elementos para uma abordagem de gênero e formulação de propostas de políticas.

São reconhecidas várias van-

tagens do uso desses chamados sistemas agroflorestais: aumentar a renda familiar e melhorar a distribuição da renda ao longo do ano, ajudar a manter ou melhorar a capacidade produtiva da terra, possibilitar melhor distribuição da mão-de-obra durante o ano, contribuir para a recuperação de áreas em vias de degradação, produzir sombra, melhorando assim um pouco as penosas condições de trabalho.

Em nenhum desses casos e outros, o Estado atuou como desencadeador ou planejador. Pelo contrário: as políticas vigentes bloqueiam muitas vezes o seu de-

A IDEALIZAÇÃO DE UM VÍNCULO INQUESTIONÁVEL ENTRE MULHERES E NATUREZA OBSTRUI AS ANÁLISES DAS DIFERENTES FORMAS PELAS QUAIS AS MULHERES SE SITUAM EM RELAÇÃO AO SEU ENTORNO E COMO ESTÁ ORGANIZADO O PODER POLÍTICO.

envolvimento. A importância dessas experiências é que elas permitem questionar as políticas dominantes e abrem possibilidades para elaboração de propostas para sua reorientação.

Analisando os limites para a implantação dos sistemas agroflorestais (consórcio com café), no Espírito Santo, Soares (1994) elabora as seguintes críticas: o sistema de crédito agrícola não prevê recursos para estes sistemas; os órgãos de extensão rural não estão capacitados para projetos desta natureza; o seguro agrícola só cobre riscos da lavoura em sistema convencional - a introdução e associação de outras espécies compromete o recebimento do seguro.

Por último, questiona a pesquisa agrícola dominante que não atendeu para a importância dos sistemas agroflorestais: na seleção dos clones de café, os indivíduos são selecionados para desenvolvimento a pleno sol e os que são desenvolvidos à sombra são descartados. No entanto, estes é que deveriam ser selecionados.

Na Amazônia, onde a luta pela democratização dos fundos públicos, através das grandes mobilizações do Grito da Terra, garantiu aos agricultores familiares o acesso ao Fundo Constitucional Norte (FNO Especial), permanecem, no entanto, os limites impostos pelos instrumentos da política agrícola. Os agentes financeiros, bem como muitas equipes de técnicos da extensão rural oficial, teimam em subordinar a aprovação dos projetos à utilização dos produtos da indústria agro-química e mecânica e de materiais genéticos comerciais, comprometendo, assim, a variabilidade genética regional, a saúde dos trabalhadores e a qualidade dos produtos, bem como o equilíbrio das condições e características do ecossistema.

7. Os usos sociais da biodiversidade: um novo campo de luta

A garantia da conservação da biodiversidade agrícola depende de medidas e políticas governamentais muito amplas. A biodiversidade conservada na natureza requer a demarcação de unidades de conservação como parques, florestas nacionais, reservas extrativistas e indígenas; política de reforma agrária e política agrícola que assegurem o manejo da biodiversidade pelos pequenos agricultores. A ausência e/ou inadequação de políticas para o fortalecimento e valorização de sistemas agrícolas sustentáveis coloca em risco a conservação da biodiversidade.

Nos últimos anos, por outro lado, a erosão genética das culturas agrícolas, fruto da disseminação das sementes híbridas comerciais, vem sendo enfrentada através da organização de bancos de sementes comunitários, visando o resgate, conservação, melhoramento e a reprodução de variedades locais. Grupos de agricultores envolvidos no trabalho da Rede Sementes das entidades ligadas à Rede Projetos Tecnologias Alternativas (PTA) resgataram cerca de 200 variedades crioulas de milho, através de grupos de produção que envolveram aproximadamente 10.000 famílias (Manifesto: 1996).

Depois de ceder às pressões internacionais, aprovando uma Lei de Patentes voltada totalmente para os interesses das grandes corporações do setor químico-farmacêutico e biotecnológico contra os interesses da sociedade, o governo brasileiro se apressa agora pela aprovação da Lei dos Cultivares.

A proposta do projeto de lei (n.1457) representa um golpe, especialmente sobre a agricultura familiar. Cultivar é o termo utilizado na área agrícola para fazer referência a variedades de plantas cultivadas que passaram por processo de melhoramento genético (Cordeiro, 1996: 10). O melhoramento genético é fruto do trabalho fundamentalmente de comunidades indígenas e camponesas que historicamente domesticaram plantas e animais. Com as proibições de ceder e vender sementes destas variedades, os direitos dos agricultores e suas práticas passam a ser negados e poderão vir a colocar na ilegalidade as importantes iniciativas a que nos referimos anteriormente.

Com uma lei de cultivares, as grandes empresas transnacionais não só consolidarão sua posição em setores mais oligopolizados, como é o caso do milho (cultura esta na qual tem enorme impor-

tância a agricultura familiar, conforme vimos acima), como terão um estímulo para ocupar o mercado de sementes de outros cultivos até então divididos entre muitas pequenas empresas (Cordeiro, 1996:11).

A luta pela rejeição desse projeto de lei requer um amplo movimento da sociedade.

Uma observação pouco sistemática de alguns grupos de sementes mostram-me a pequena participação das mulheres. E esta é uma questão que afeta duplamente o seu trabalho: do ponto de vista da produção, uma vez que participa do manejo e gestão de recursos naturais e produtivos e do ponto de vista da reprodução, pois a ela tem sido atribuído socialmente o papel de preparo do alimento. Escutei de algumas delas a comparação sobre as variedades de sementes no que se refere ao tempo de cozimento e sabor, permitindo-lhes atualmente alguma margem de escolha e decisão.

Concluo com a frase que deu início ao texto: a invisibilidade do

trabalho da mulher é antes de tudo uma questão política. Os "silêncios" sobre as mulheres estão a requerer outra matriz de análise, que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho produtivo, em articulação com a questão da diversidade social, como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia. O debate continua em aberto. □

BIBLIOGRAFIA CITADA

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. "Biodiversidade e Quintais". IN: FATHEUER, Thomas W. (org.). Série: Cadernos de PROPOSTA, Ano 2, n.3. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, 1995

CORDEIRO, Ângela - "Biodiversidade: os direitos dos pequenos agricultores". IN: FATHEUER, Thomas (org.). Série: Cadernos de PROPOSTA, Ano 2, n.3. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, 1995

CORDEIRO, Ângela - "Projeto de Lei de Cultivares: mais um golpe sobre a agricultura". IN: Políticas Ambientais, Ano 4, n.11. Rio de Janeiro: IBASE, 1996.

DUBOIS, Jean C.L. et alli - Manual Agroflorestal para a Amazônia. REBRAP: Rio de Janeiro, 1996

FAO/INCRA - Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, Nov/1994

HEREDIA, Beatriz M.A., Garcia, M.F. e Garcia Jr. - "El lugar de la mujer en unidades domesticas campesinas". Seminário: "Mulher na Força de Trabalho na América Latina". Rio de Janeiro: IUPERJ, mimeo, 1978.

LAVINAS, Lena - "Produtoras rurais: a novidade dos anos 90". IN: Revista da ABRA, vol. 21, n.2, maio/ago 1991

MANIFESTO - "Em defesa dos pequenos agricultores e biodiversidade", 5º Seminário da Rede Sementes da Rede PTA, Recife, maio/1996.

MOLYNEUX, M. e STEINBERG, D. Lynn - "El ecofeminismo de Shiva y Mies: regreso al futuro?" in Ecologia Política

PACHECO, M.E. Lisboa - "O joio e o trigo na defesa da Reforma Agrária". IN: Revista PROPOSTA, Ano XVII, n.57: Rio de Janeiro, FASE, jul/1993

SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, MARLENE - Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero. Brasília: IICA, Escritório no Brasil, 1992.

ORIENTAÇÃO AGROECOLÓGICA

Cursos oferecidos para janeiro de 1997

SAÚVAS E OUTRAS FORMIGAS CORTADEIRAS

Data: 18 e 19 de janeiro de 1997

Temas:

1. O diagnóstico da situação de risco: culturas, espécies e prováveis danos.
2. A dinâmica da infestação e seu monitoramento regressivo.
3. A biologia das formigas cortadeiras e os pontos fracos de seu ciclo de vida.
4. O controle integrado dos formigueiros:
 - prevenção a danos
 - diminuição da infestação por medida de manejo
 - o controle físico, químico e biológico

Docente Convidado: Dr. D'Alambert de Barros Jaccoud (pesquisador e consultor)

Local: Sítio Duas Cachoeiras/Amparo - SP

Organizador: Manfredo Osterroht

MANEJO PRODUTIVO DE FLORESTAS: O POTENCIAL ECONÔMICO DE ESPÉCIES NATIVAS

Data: 24, 25 e 26 de janeiro de 1997

Temas:

1. A importância da biodiversidade florestal para o agroecossistema.
2. A legislação florestal e a integração do agroambiente.
3. O potencial econômico de espécies nativas: ornamentais, melíferas, lenha, madeira, palmito, medicinais e outras.
4. A implantação de florestas: métodos, sucessão vegetal, agrossilvicultura e custos.
5. Visita ao viveiro de espécies nativas da Associação Mata Ciliar.
6. Visita a florestas implantadas e manejadas (Ass. Mata Ciliar).
7. Projeto participativo: planejamento em grupos de trabalho.

Docentes: André Zanella, Pedro Jevchelevich e docentes convidados

Local: Sítio Duas Cachoeiras/Amparo - SP

Organizador: Manfredo Osterroht

Cursos-Apostilas-Consultoria CP06/18603-970 - Botucatu - SP Informações: (014) 821-1866

RAIMUNDA MONTEIRO

O COMPONENTE AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NA TRANSAMAZÔNICA



GIANNE CARVALHO / IMAGENS DA TERRA

Os pequenos agricultores do Pará vivenciaram, no final dos anos 80 e na primeira metade da década de 90, um rico processo de reformulação de suas formas de luta, alvos e métodos de reivindicação, realizando o que compreendemos como um Novo Ciclo de Mobilizações. Novo ciclo porque sucede uma fase de refluxo nas ações dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), principal representação dos pequenos agricultores, posseiros e outras categorias rurais como sujeito social.

Após o ciclo das “oposições sindicais”, que mobilizou milhares de pequenos agricultores pela tomada dos STRs dos “pelegos”, sobreveio uma fase de crise, conforme avaliações das lideranças sindicais. Mais propriamente, uma crise de redefinição de estratégias.

As ações que configuram o Novo Ciclo de Mobilizações ocorrem mais ou menos simultaneamente em vários lugares (municípios da Transamazônica, do Nordeste Paraense, Conceição do Araguaia, da região Tocantina,

Gurupá, etc.) e têm como principais características: a ampliação e complexificação das pautas de reivindicação; a abrangência das proposições; ofensividade política para firmar-se como sujeitos de formulação de políticas alternativas ao modelo atual de desenvolvimento, tendo como eixo o pleito de investimentos para agricultura

RAIMUNDA MONTEIRO - Jornalista e Pesquisadora, Ms. em Planejamento de Desenvolvimento.

familiar e aos setores extrativistas e da pesca artesanal. Questiona-se o modelo vigente, principalmente os altíssimos investimentos do Estado nas empresas agropecuárias que, além de não apresentarem resultados econômicos e sociais, provocaram sérios problemas ambientais. Neste contexto, a busca de compatibilização da produção com a conservação ambiental desponta nas formulações das organizações como componente inerente às demais buscas de sobrevivência.

Entre as novas oportunidades criadas nesse processo, desponta a crédito agrícola, mais especificamente, os recursos dos fundos constitucionais, criados pela Constituição Federal de 1988, com a finalidade de financiar os setores produtivos das regiões mais pobres do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Desta forma, o Fundo Constitucional Norte (FNO) tornou-se o principal item de pauta das mobilizações conhecidas como "Grito do Campo", "Grito da Amazônia" e "Grito da Terra Brasil" que ocorrem anualmente, desde 1991, tendo-se iniciado nos estados da Amazônia e se estendi-

**OS PEQUENOS
AGRICULTORES
ORGANIZADOS, FORAM
ESTIMULADOS PELOS
SINDICATOS E
ORGANIZAÇÕES
ASSOCIATIVAS, POR
ORIENTAÇÃO DO MPST, A
DESACELERAR A
MONOCULTURA E
COMBINAR A
AGRICULTURA DE
SUBSISTÊNCIA COM OS
SISTEMAS
AGROFLORESTAIS OU
CONSÓRCIOS AGRÍCOLAS.**

do posteriormente a todo o país.

Produto desse método de pressão social, foi criado o FNO-Especial, uma linha de crédito com recursos do FNO com regras facilitadas para a agricultura familiar. De 1992 a 1996, cerca de 22 mil famílias foram beneficiadas no estado do Pará, incrementando o patrimônio de seus lotes rurais com consórcios agrícolas e pequena pecuária. O componente ambiental desses projetos tem sido uma das preocupações crescentes das organizações sindicais e associativas que organizam os pequenos agricultores na aquisição dos financiamentos.

Na Transamazônica, trecho compreendido entre Marabá e Itaituba, no estado do Pará, o processo de reformulação nos métodos de organização e pressão sobre as políticas públicas cumpriu a mesma agenda que aquela em nível estadual, com alguns aspectos próprios. As bases das mudanças foram marcadas pela regionalização da leitura dos problemas estruturais (econômico, fundiário, social, ambiental, etc.) do projeto de colonização e as perspectivas de sobrevivência dos pequenos agricultores no cenário desenhado. Como resposta, as organizações sindicais criaram o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), envolvendo um amplo espectro de organizações sociais do campo e da cidade e, em alguns momentos, setores do poder público municipal.

A estratégia do MPST foi questionar a ausência de investimentos governamentais, propondo a revisão das políticas públicas para a região, tendo como método de mobilização a proposição de um projeto de desenvolvimento alternativo, centrado no fortalecimento da agricultura familiar. A elaboração do projeto se deu num rico processo de debate que envolveu setores rurais e urbanos

em vários eventos de caráter regional, o que lhe conferiu um estatuto de referencial para todas as ações econômicas e sociais que constaram das pautas de reivindicações e agendas de trabalho dos movimentos sociais da região nesses últimos seis anos.

Essa dinâmica levou os pequenos agricultores a intensificarem as ações em busca de investimentos econômicos externos para empreender novos projetos de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Essas no-

**A ESTRATÉGIA DO MPST
FOI QUESTIONAR A
AUSÊNCIA DE
INVESTIMENTOS
GOVERNAMENTAIS,
PROPONDO A REVISÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A REGIÃO DA
TRANSAMAZÔNICA, TENDO
COMO MÉTODO DE
MOBILIZAÇÃO A
PROPOSIÇÃO DE UM
PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO
ALTERNATIVO, CENTRADO
NO FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR.**

vas tentativas incluem mudanças nos sistemas de produção. Os pequenos agricultores organizados foram estimulados pelos sindicatos e organizações associativas, por orientação do MPST, a desacelerar a monocultura e combinar a agricultura de subsistência com os sistemas agroflorestais ou consórcios agrícolas como mecanismo de diversificar a oferta de produtos e adaptar a produção à vocação natural dos solos da região, propensos a sistemas heterogêneos de plantação.

Como os Beneficiários do FNO-Especial Avaliam a Questão Ambiental

A questão ambiental vem sendo enfatizada no Projeto do MPST. Desde sua primeira formulação, o Projeto propõe o “desenvolvimento sem agredir o meio ambiente” (MPST, 1991). Essa forma de expressar as preocupações com a intervenção econômica e aproveitamento dos recursos naturais da Região ganhou, ao longo desse processo, novas e mais precisas elaborações em vários fóruns entre os pequenos agricultores, setor público agrícola, universidades, etc. A Transamazônica foi palco de eventos importantes que debateram a questão ambiental e houve o fluxo dos grandes meios de comunicação com a cobertura da “Rio 92”. Em 1988, foi realizado o primeiro Encontro dos Povos Indígenas em Altamira, provocando grande impacto nacional e internacional sobre os problemas ambientais da região.

Os projetos do FNO-Especial, assim como as demais iniciativas de fomento a programas agroambientais e agroindustriais que vêm sendo apoiados pelo MPST na Região, têm como justificativa estratégica, a sustentabilidade econômica, social e ambiental, nos parâmetros de uma agricultura familiar que aproveite os recursos em equilíbrio com a capacidade de regeneração do meio (Carvalho, H.M., 1994).

No entanto, vale notar que o Banco da Amazônia não enquadra o programa FNO-Especial na categoria de apoio à conservação ambiental. Para este fim existem três programas específicos: o Prosumam (Programa de Apoio à Sustentação e Preservação do Meio Ambiente), o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico) e, por último, o Prodex (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo), criado em 1996 (Basa, 1995: 12 e 1996).

Partindo dos aspectos resu-

midos nessa breve contextualização do componente ambiental na agricultura familiar na Transamazônica, desenvolvemos um estudo no município de Medicilândia em 1995. Este estudo permitiu, entre outros objetivos, avaliar como os pequenos agricultores que foram mobilizados nas ações que constituíram o Novo Ciclo de Mobilizações e se beneficiaram com o crédito estão informados sobre a questão ambiental. Foram entrevistados 50 beneficiários de cinco cooperativas e associações e suas percepções foram analisadas em relação às propostas das suas organizações (Federação, MPST, STRs, cooperativas e associações) e elementos da sua própria elaboração, gerados na experiência vivenciada na Região.

A percentagem de indicações que associam espontaneamente os projetos do FNO-Especial (consórcios agrícolas e gado leiteiro) com as propostas das organizações (MPST, Fetagri e cooperativas e associações) é a seguinte:

57,4% fazem uma clara associação entre os projetos financiados e a proposta de desenvolvê-los dentro de uma estratégia de melhoria econômica e conservação ambiental. Suas respostas correspondem ao que as organizações integrantes do MPST vêm discutindo nos últimos anos como projeto para a agricultura familiar da Região, sintetizado no *slogan* do Movimento: Viver, Produzir e Preservar. Dos 42,6% que não fazem essa associação, apenas 10% não têm informações articuladas.

Indagados sobre como estão enfrentando, na prática, a questão ambiental, as respostas assumem uma configuração bem mais

Tabela 1 - Indicações sobre os pontos de concentração de interesse chama atenção dos beneficiários do FNO-Especial na questão ambiental na Transamazônica

Pontos de Concentração de Interesse	%
Consórcios Agrícolas e Pequena Pecuária	17,5%
Recapamento de Pastagens	17,5%
Conservação das Reservas Florestais (valor ecológico e econômico)	15%
Plantio de Espécies Florestais Aproveitando as Roças de Cacau	12%
Plantio de Espécies Florestais de Valor Econômico e Ambiental	12%
Aumento dos Pastos para Suportar Aumento do Rebanho	10%
Conservação dos Igarapés com Reservas de Açai	10%
Mecanização para Evitar Pressão sobre as Florestas	10%
Não Vender a Madeira das Reservas	07%
Ação Indiscriminada de Madeiros	07%
Manutenção da Reserva Legal (50ha de cada lote)	07%
Substituir Capoeiras por Culturas Permanentes	05%
Aquisição de Novos Lotes pelas Famílias para Ampliar Atividade Agropecuária em Regime de Economia Familiar	05%
* Fonte: Pesquisa Própria	

consistente, que envolve o que estão fazendo, mas principalmente, como estão percebendo a questão. Compusemos essas respostas no que estamos chamando de "pontos de concentração de interesse". São as questões sobre as quais, os pequenos agricultores estão mais dispostos a falar, manifestam um interesse crescente em debater e obter respostas práticas que se antecipem aos problemas. Ver na tabela 1.

Sobressaem as indicações que denotam interesse mais acentuado em três atividades econômicas sobre as quais recaem as principais preocupações dos pequenos agricultores relacionadas à questão ambiental: sustentação da pequena pecuária nos módulos fundiários e nas condições técnicas e de investimento atuais; incremento de novas espécies de culturas permanentes através dos consórcios e sua viabilidade econômica; e a conservação e plantio de espécies florestais de valor econômico e ambiental.

Está presente nas avaliações dos entrevistados uma preocupação derivada da opção de investimentos que pressupõe incremento produtivo com manutenção da capacidade de regeneração da natureza. Essa questão estabeleceu um conflito para eles: como realizar tudo isso nos seus lotes (média de 100ha), sem conter uma possibilidade de aumento de rebanho e de cultivos, mantendo as reservas florestais que devem ocupar 50% dos módulos?

Nesse sentido aparecem avaliações especulativas como a seguinte:

"Sobre o manejo dos pastos ... se o cara derrubar toda a floresta e virar em pasto, vai viver do que? Em 100 hectares tem de criar o gado, plantar lavoura branca, café, pasto e reserva ... o jeito é destinar 30 hectares para reserva, 30 para culturas perenes

e lavoura branca e 40 para o pasto." (Entrevista 7 da Aspram).

O debate sobre o uso de mecanização no preparo dos solos, a formação de capineiras, plantação de forragens e recapeamento dos pastos está presente na região. A seguir, um exemplo de formulação nesse sentido:

"Sobre preservar e reflorestar, a gente não vai solucionar sem maquinário, porque para recuperar um pasto já enjuquirado e aproveitar essas terras, só mecanizando. Tem gente que diz que não pode mecanizar as terras do Pará. Pode não servir para o arroz, mas serve para o algodão, café, um monte de coisas. É estudar e ver como aproveitar. Mecanização é ajudar na preservação. Terra mecanizada em todo canto dá". (Entrevista nº 02, da Coopame).

Formulações como esta se difundem entre os beneficiários do FNO-Especial. Principalmente, entre os que foram contemplados nos primeiros lotes de financiamento, cujo rebanho está aumentando e se depa-ram com a necessidade de aumentar os pastos, em alguns casos, avançando sobre as reservas. Entre a maioria, ser pequeno produtor não é uma opção ideológica. Todos querem ampliar suas atividades econômicas. Submetidos aos obstáculos provenientes de sua condição de subalternidade, não querem ser privados de crescer por limitações impostas por uma política de desenvolvimento que, ao privá-los de utilizar certos recursos, não oferece uma contrapartida de co-

nhecimento e assistência técnica com alternativas de crescer "preservando", como sugere o slogan do Movimento.

Quando se trata das reservas, os beneficiários do FNO-Especial de Medicilândia afirmam estar protegendo suas florestas e fazendo novos plantios. Indicam os cultivos de cacau como de conservação ambiental por serem consorciados com espécies florestais e assegurarem vastas coberturas vegetais. Ressentem-se da assistência técnica que os estimulou a plantarem espécies sem valor econômico nos cacauais, como as paliteiras.

Entre as espécies florestais mais indicadas pelos pequenos agricultores, destacam-se, de acordo com o universo de entrevistados (ver tabela 2):

Tabela .2 - Espécies que os Beneficiários do FNO-Especial estão plantando

Espécies Florestais	Percentual de Aceitação
Mogno	27%
Ipê e Castanheira (Castanha do Pará)	10%
Babaçu	07%
Cupuaçu, Açaí, Acapu, Freijó e Cumaru	07%
Total	51%
* Fonte: Pesquisa Própria	

Assim, 51% declaram estar cultivando espécies florestais em suas propriedades, cientes de seu valor econômico e ambiental. O mogno é considerado um bom investimento. Algumas cooperativas, como a Coopertran, estão distribuindo sementes aos sócios. As mudas são plantadas no meio do cacau e junto com os consórcios financiados pelo FNO-Especial.

Ipê, castanheira, babaçu, freijó e acapu foram indicados como espécies que estão sendo usadas para recapeamento (reflorestamento) de pastagens. O açaí tem a função de proteger nascentes e margens de recursos hídricos.

De acordo com a percepção dos entrevistados, a configuração de organizações que mais ativou a participação deles no debate sobre a questão ambiental é a seguinte:

Tabela 3 - Redes que ativam o debate sobre a questão ambiental junto aos beneficiários do FNO-Especial

Cooperativas/Associação	42,5%
Sindicato	22,5%
Igreja, Dirigentes das Cooperativas, outros colonos, família	15%
Laet, Emater, Ibama, MPST e Ceplac	10%
Não têm informações	10%
*Fonte: Pesquisa Própria	

Há, portanto, uma preponderância de indicações das organizações dos movimentos sociais como principais ativadoras da discussão sobre a questão ambiental em Medicilândia. Vale observar que esse debate se dá nas mesmas condições que as demais questões relacionadas ao projeto das organizações: via comunicação interpessoal, utilizando formalmente os fluxos de reuniões das cooperativas/associação e sem recursos de comunicação, como apoio ao trabalho de difusão. Alguns cursos promovidos pela Emater, Igreja, MPST ou Cooperativas, com a participação da Rebrat (Rede Brasileira Agroflorestal) ou de outras assessorias externas, têm sido realizados, mas ainda atingem uma parcela pouco representativa dos beneficiários.

Embora apareça com um percentual pouco expressivo (15%), o debate em família ou com vizinhos (outros colonos), amigos, etc.

parece ser mais intenso. A intimidade com que a maioria dos entrevistados falou sobre o assunto demonstra que há uma cotidianidade de discussão sobre a questão ambiental, motivada pelos desafios de sobrevivência e de novos caminhos para a economia agrícola familiar na Região.

As indicações feitas ao MPST, Ceplac (Comitê Executivo do Plano de Recuperação da Lavoura Ca-

caueira), Emater e Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet), em torno de 10%, são compreendidas da seguinte maneira: o MPST tem feito esse tipo de discussão em fóruns regionais que reúnem dirigentes e estes se encarregam de difun-

dir as informações junto à base social das cooperativas, associações e sindicatos; o Laet desenvolve um trabalho voltado para a pesquisa, tendo portanto uma forma de inserção pontual; a Ceplac e Emater têm suas redes de inserção maiores, vêm interagindo com os movimentos sociais na estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, mas sofrem as limitações estruturais impostas ao setor público agrícola.

Na Transamazônica, as idéias que transitam sobre as alternativas econômicas com uma nova racionalidade de utilização dos recursos naturais provêm do debate travado em torno do projeto de desenvolvimento gestado pelos movimentos sociais.

É evidente a correspondência entre as indicações e avaliações feitas pelos beneficiários do FNO-Especial e as formulações acumuladas em torno do projeto do MPST, transitado nas redes que o

integram e que chegam até os pequenos agricultores. Vejamos como aparece essa correspondência, resgatando as propostas formuladas pelo MPST que foram comentadas como pontos de concentração de interesse dos entrevistados, pela ordem de importância dada por eles, conforme se observa a seguir:

1. Recuperação de áreas de pastagens degradadas, através de projetos agrossilvipastoris para reduzir o desmatamento de novas áreas;
2. Aproveitamento de áreas alteradas (pastos) - aqui se propõe a mecanização como uma das alternativas e vêm sendo realizadas pesquisas pelo Laet/Embrapa sobre a viabilidade técnica;
3. Manter as reservas legais;
4. Reposição e/ou enriquecimento de áreas de floresta e capoeiras com espécies nobres nativas;
5. Preservação de florestas nativas nas nascentes e margens de igarapés;
6. Mecanização." (MPST, 1994).

Os pontos de concentração de interesse e as idéias com as quais os pequenos agricultores revestem as questões representam uma interpretação rica em elaboração própria. Fica evidente que os beneficiários do FNO-Especial, em relação a questão ambiental, perceberam as

OS BENEFICIÁRIOS DO FNO-ESPECIAL, EM RELAÇÃO A QUESTÃO AMBIENTAL, PERCEBERAM AS INTENÇÕES DAS SUAS ORGANIZAÇÕES E, BASEADOS NUMA LEITURA PRÓPRIA DESSAS INTENÇÕES, PONDERAM COM SUAS DÚVIDAS, SUAS AVALIAÇÕES E TAMBÉM COM SUAS PROPOSTAS.



intenções das suas organizações e, baseados numa leitura própria dessas intenções, ponderam com suas dúvidas, suas avaliações e também com suas propostas.

De acordo com Meltzer (1972), para que haja o fenômeno da leitura das intenções do outro e a construção de respostas próprias no processo interativo, é preciso que essa leitura envolva uma compreensão sobre “as linhas de ação do outro”. No caso enfocado, a compreensão das propostas das organizações. É preciso também que a leitura permita ao sujeito “direcionar seu próprio comportamento de modo a acomodar-se àquelas linhas de ação”. Neste caso, como os pequenos agricultores, se colocam, se projetam diante da necessidade de viabilizarem-se economicamente, tendo o dado ambiental como fator não aleatório, como fator diferencial no curso das suas experiências, tendo como

**O DEBATE SOBRE A
QUESTÃO AMBIENTAL NO
CIRCUITO DAS
ORGANIZAÇÕES QUE
INTEGRAM O MPST
CONTRIBUIU PARA FORMAR
UM CAMPO DE
RECONHECIMENTO SOBRE
ESSAS QUESTÕES JUNTO
AOS PEQUENOS
AGRICULTORES.**

leito histórico o processo de formulação ensejado por suas organizações.

Por esse ângulo devem ser entendidas as suas preocupações com a capacidade de seus lotes sustentarem um eventual aumento do rebanho bovino, sendo obrigados a manter 50ha intactos, e com o desafio de mecanizar as

terras, etc. Os pontos de concentração de interesse evidenciados são respostas construídas pelos beneficiários do FNO-Especial em relação às propostas e ações das organizações que visam combinar incremento de produção, industrialização com técnicas de manejo dos recursos naturais.

Entre as respostas que representam um “sentido negociado”, conforme Barbero (1995), tomando a interpretação como processo de manipulação de sentidos, citamos a existência de um “pacto de valorização vegetal”. Ou seja, desenha-se um consenso entre as organizações e a base social dos pequenos agricultores sobre o aproveitamento racional das florestas e dos consórcios agrícolas. É muito cedo para esse processo apresentar resultados, mas pode-se afirmar que, pelas informações colhidas neste estudo, a compreensão da importância dessa estra-

tégia está se disseminando entre os pequenos agricultores atingidos pelos fluxos de informação estimulados pelos movimentos sociais da Transamazônica.

Não por acaso, entre os componentes do projeto das organizações dos pequenos agricultores, a questão ambiental está entre as principais preocupações dos pequenos agricultores da Transamazônica, mas com uma característica determinada, sobremaneira, por uma interpretação gerada principalmente pela sua experiência.

Nos detalhes das respostas colhidas, se percebe que muitas ponderações feitas pelos beneficiários do FNO-Especial não estão retroalimentando o debate ao nível regional e estadual. A lacuna mais acentuada se dá em relação às instâncias nacionais, muito distanciadas da pauta de demandas com que se depara a agricultura familiar no âmbito dos municípios. Se percebe também que a ausência de interações em nível horizontal não proporciona um debate e avaliações sistemáticas, deixando de potencializar um rico processo de elaboração de políticas para a agricultura no município.

Houve um trânsito de informações sobre a questão ambiental, via as reuniões das cooperativas e no ensejo da implementação de projetos, como o da Coopertran (projeto agroambiental). Mas os fluxos que alimentaram essa discussão são mais variados. Fluiu por todas as redes, seja em função dos projetos do FNO-Especial, seja em função de outras iniciativas econômicas junto aos pequenos agricultores.

O debate sobre a questão ambiental no circuito das organizações que integram o MPST contribuiu para formar um campo de reconhecimento sobre essas questões junto aos pequenos agricultores. Observa-se uma certa sensibilização dos pequenos agri-

**ENTRE OS COMPONENTES
DO PROJETO DAS
ORGANIZAÇÕES DOS
PEQUENOS AGRICULTORES,
A QUESTÃO AMBIENTAL
ESTÁ ENTRE AS PRINCIPAIS
PREOCUPAÇÕES DOS
PEQUENOS AGRICULTORES
DA TRANSAMAZÔNICA,
MAS COM UMA
CARACTERÍSTICA
DETERMINADA,
SOBREMANEIRA, POR UMA
INTERPRETAÇÃO GERADA
PRINCIPALMENTE PELA
SUA EXPERIÊNCIA.**

cultores da Transamazônica, produzida pelas interações propiciadas pelas discussões estimuladas pelas organizações, rebatendo na formulação endógena, numa resposta que vem se construindo nas interpretações coletivas.

A crescente ativação da participação qualitativa e o fortalecimento das redes de interação que informam os pequenos agricultores na definição das políticas de desenvolvimento para agricultura, incorporando as lições de sua experiência às novas propostas, entre as quais a adoção do compo-

nente ambiental nos sistemas de produção, se desenha como a chave para o fortalecimento do projeto de agricultura familiar defendido pelos movimentos sociais.

A situação retratada neste estudo demonstra que a informação é um elemento estratégico na construção de consensos qualitativos na organização dos movimentos sociais e, principalmente, nas novas questões colocadas como incipientes às propostas de desenvolvimento sustentável. O sucesso dessas novas propostas parece depender, em grande medida, dos sentidos negociados (entre pequenos agricultores e organizações). Também, na forma como as organizações conseguirão convencer o Poder Público em adotar suas propostas como políticas públicas.

A informação é componente de todas as políticas que se pretendem democráticas e participativas. As propostas de desenvolvimento sustentável merecem uma atenção redobrada, pois a novidade das questões colocadas, as resistências oriundas de práticas consolidadas, os preconceitos e a contra-informação agem no cotidiano dos pequenos agricultores. Uma nova visão precisa ser construída com as informações que permitam uma relação criativa, num processo de mão dupla entre as organizações e suas bases. □

UM LIVRO PRA QUEM GOSTA DA TERRA!



“Como cientistas agrícolas e ambientalistas, podemos dizer que os experimentos com agricultura alternativa em Cuba não têm similar.”

Peter Rosset

Pedidos: **AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa**
Rua da Candelária, 9 - 6º andar Centro
Rio de Janeiro - RJ Cep 20091-020
E-mail: aspta@ax.apc.org
Tel: (021) 253-8317 Fax: (021) 233-8363

A FOME NO BRASIL: UMA RADIOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO

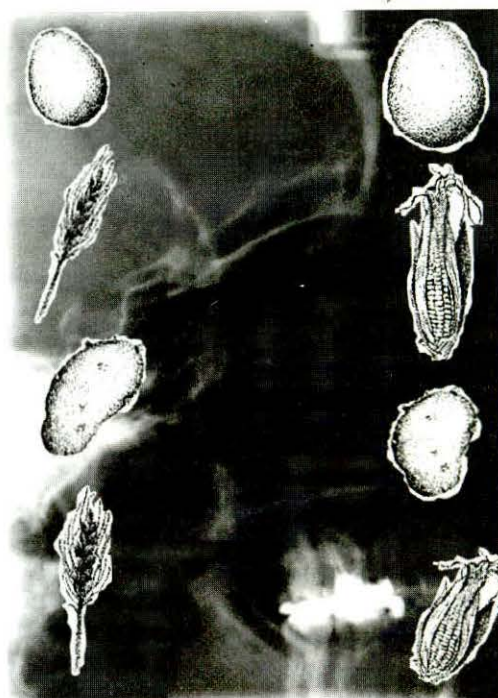
Em 1974, durante a Primeira Conferência Internacional sobre Alimentação, organizada pelas Nações Unidas em Roma, o Secretário de Estado Norteamericano, Dr. Henry Kissinger, declarou: "Dentro de uma década, nenhum homem, mulher ou criança irá dormir com fome".

Uma década e meia depois, havia no mundo mais pessoas passando fome do que em qualquer outra época da história da humanidade. O meio ambiente nunca esteve tão degradado e as condições de produção agrícola não têm

De acordo com a Cruz Vermelha Internacional, existem no mundo 802,3 milhões de famintos, sendo 459,1 milhões na África subsaariana, 262,4 milhões na Ásia, 67,2 milhões na América Latina, 12,5 milhões no Oriente Médio e Norte da África, e 1,1 milhão na Europa, América do Norte e Austrália.

As perspectivas para o suprimento mundial de alimentos não são animadoras. Entre 1971 e 1984, o crescimento demográfico foi de 2,6%, enquanto o crescimento da produção de alimentos atingiu 3,2%. A partir de 1974, a taxa de crescimento populacional diminuiu mas, mesmo assim, segundo Lester Brown, do Worldwatch Institute, desde 1985 não houve crescimento apreciável na produção mundial de alimentos.

A quantidade de pessoas subnutridas está crescendo a um ritmo cada vez maior: passou de um acréscimo de 1,5 milhão de pessoas por ano na década de 70 para 8 milhões por ano na década de 80. Na Índia, mais de 85% das crianças com menos de cinco anos estão abaixo do estado normal de nutrição.



NATHALIA CAVALCANTE

**DE ACORDO COM A CRUZ
VERMELHA
INTERNACIONAL, EXISTEM
NO MUNDO 802,3 MILHÕES
DE FAMINTOS.**

dado respostas à escassez de alimentos. A inanição flagela a África em escala continental: dois terços dos países africanos estão arruinados pela desnutrição e pela falta crônica de alimentos. Segundo a revista inglesa "The Ecologist", somente no Sudão e na Etiópia há 15 milhões de pessoas morrendo lentamente por inanição.

O problema da fome está associado à subalimentação, seja por falta, escassez, míngua de alimentos, ou por indigência, penúria, miséria, podendo ter um aspecto agudo, conjuntural/episódico, como por exemplo em uma situação de seca, inundações, guerras ou perdas de colheita, ou crônico (subnutrição) - insuficiência ali-

MARIA EMÍLIA MELO - Agrônoma doutoranda do CPDA

LISZT VIEIRA - Sociólogo. Presidente do IED (Instituto de Ecologia e Desenvolvimento)

mentar das camadas sociais mais pobres ou indigentes. Suas vítimas podem morrer não apenas de inanição, mas também de doenças que se tornam fatais.

No Brasil, encontramos problemas carenciais endêmicos, como desnutrição protéico-calórica, hipovitaminose A, raquitismo, bócio, pelagra, arrinoflavinose, escorbuto e anemia.

Durante décadas, acreditou-se que a deficiência básica no regime alimentar brasileiro era de proteínas. Hoje se sabe que o brasileiro é pluricarencial e seu maior problema é de ordem calórica. Ou seja, ele come de tudo, mas muito pouco. Faltam-lhe quantidades adequadas.

No Nordeste, se concentra mais de 64% da miséria rural brasileira. Dados do IBGE para 1989 mostravam que a percentagem de crianças menores de 5 anos com déficit de altura se elevava, no Nordeste urbano, a 20% e no Nordeste rural, a 25%, enquanto no São Paulo urbano essa percentagem atingia 2%, para 7% no São Paulo rural.

Pesquisas datadas dos anos 70/80, realizadas pelo Banco Mundial, mostraram que apenas 20% da população do Nordeste ingeria quantidades adequadas de alimentos. Mais de 30% dos moradores da região apresentavam déficit calórico de 400 unidades/dia; a média recomendada pela OMS – Organização Mundial de Saúde – é de 2.600 calorias/dia.

Na década de 90, constatou-se em cerca de 200 municípios do Sertão nordestino uma doença típica da Idade Média: a pelagra, um termômetro da desnutrição generalizada, que tem como sintomas descamação da pele, corpo febril, diarreia e vômitos.

UMA QUESTÃO QUE MERECE ATENÇÃO É O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL, POIS AS ESTIMATIVAS APONTAM QUE ALGO EM TORNO DE 2,7 MILHÕES DE CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS APRESENTAM NO BRASIL DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS.

Uma questão que merece especial atenção é o problema da alimentação infantil, pois as estimativas apontam que algo em torno de 2,7 milhões de crianças menores de dois anos apresentam no Brasil deficiências nutricionais. Sabe-se que é nesta fase que as seqüelas por desnutrição causam impactos mais graves, e em alguns casos até mesmo irreparáveis.

2. POR QUE EXISTE FOME NO BRASIL ?

A questão da fome e da segurança/inssegurança alimentar passa pelo problema da incapacidade de acesso aos alimentos, que pode ir do indivíduo até a nação, seja por incapacidade de produzi-los e/ou adquiri-los.

É um problema de dupla face, onde de um lado está a *disponibilidade e o custo dos alimentos*, e de outro, a *disponibilidade de renda para adquiri-los* (salário/emprego/desemprego).

2.1. Disponibilidade de Alimentos

Segundo a Revista Globo Rural, durante os anos 70/80 construiu-se o mito de que o Brasil seria o celeiro do mundo. Hoje, divididos os totais das safras e abates dos frigoríficos pela população do país – excluídas as perdas na colheita e na comercialização, as exportações

Tabela 1 - Porções Minguadas

O QUE O BRASILEIRO TEM PARA COMER A CADA DIA (DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS PER CAPITA POR DIA E CONTEÚDO NUTRITIVO, EM CALORIAS E PROTEÍNAS)

	DISPONÍVEL (em gramas)	CALORIAS (em gramas)	PROTEÍNAS
Arroz	98	345	7,6
Feijão	34,5	119	7,6
Batata inglesa	32,2	25,7	0,6
Farinha de mandioca	43	151	0,6
Fubá de milho	43	149	3,4
Óleo de soja	35	315	—
Farinha de trigo	107,5	382	11,3
Açúcar	140,8	558	—
Carne bovina	43,5	104	8,1
Carne de aves	16,1	25,6	2,9
Carne suína	5,8	12	0,9
Leite	288,1	182	10,1
Ovos	19,9	29	2,2
TOTAL	—	2.397,3	54,7

Fonte: Flávio Condé de Carvalho – IEA/SP

e a parte destinada ao uso como sementes e ao consumo animal – cabe a cada habitante uma porção diária modesta.

Como se vê na Tabela 1, a produção de leite dá apenas para um copo por dia por habitante, menos da metade do consumo mínimo recomendado pelos organismos mundiais de saúde. O que acaba contribuindo com uma porção maior de calorias neste cardápio é o açúcar, com sua cota de 140 gramas por dia. E a farinha de trigo, em peso equivalente a dois pãezinhos franceses por dia, fornece a segunda maior dose calórica e tem o maior peso protéico. No

**A DISTRIBUIÇÃO PER
CAPITA DE ALIMENTOS É
UM DADO FICTÍCIO, POIS
TRATA-SE APENAS DE
UMA ESTIMATIVA MÉDIA.**

entanto, desde 1991, a maior parte deste cereal vem sendo importada.

Essa ração diária, segundo o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, fica abaixo, mesmo incluindo o trigo importado, do total de 2.600 calorias estabelecido pela OMS.

Se levarmos em conta o “Mapa da Miséria e da Produção”, produzido a partir de dados fornecidos pelo IPEA–Coordenadoria de Política Social/EMBRAPA, temos:

Esta tabela mostra uma distribuição desigual da produção em termos regionais no país e, mais ainda, que a indigência, embora concentrada em grandes proporções na região nordeste, encontra-se disseminada por todo o Brasil.

Os cálculos da disponibilidade diária dos principais alimentos para cada brasileiro entre 1980 e 1992, segundo a revista Globo Rural, mostram um recuo na maioria dos casos; em outros, estabilidade ou pequenos avanços:

Arroz: o arroz sofreu um recuo de 1,5 milhão de hectares desde 1980, compensado até certo ponto pelo aumento da produtividade das lavouras irrigadas do Sul.

Feijão: o consumo per capita do feijão era 25 Kg por ano na década de 60, mas caiu, no início dos anos 90, para a metade disso.

Mandioca: as safras da mandioca, que superavam 30 milhões de toneladas no início da década de 70, no início dos anos 90 não chegam a 25 milhões, para uma população 60% maior.

Trigo: o Brasil chegou a produzir mais de 6 milhões de toneladas de trigo em 1987, em uma área de 3,5 milhões de hectares. No início dos anos 90 o país passou a importar, dos EUA, Canadá e Argentina, cerca de 5 milhões de toneladas do produto, para abastecer um mercado que, mesmo com uma demanda reprimida, consome mais de 7 milhões de toneladas na

**DOS CERCA DE 62
MILHÕES DE BRASILEIROS
QUE COMPÕEM A
POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE
ATIVA DO PAÍS,
24% RECEBIAM ATÉ UM
SALÁRIO MÍNIMO NO
INÍCIO DOS ANOS 90
E 52,9% ATÉ
2 SALÁRIOS MÍNIMOS.**

forma de pães e massas. Em 1993, os trigais do país ocupavam pouco mais de 2 milhões de hectares.

Leite: para que cada brasileiro tivesse acesso aos dois copos e meio por dia recomendados pela OMS, a produção nacional de leite teria que saltar dos 15,3 bilhões de litros produzidos no ano de 1993 para algo próximo de 40 bilhões de litros/ano.

Frango: a produção de frango é uma exceção: de 1980 até 1992 o consumo interno aumentou 80%. Os produtores conseguiram produzir com eficiência e competitividade, tomando o espaço de outras carnes.

Carne: o consumo per capita de carne também aumentou mas de forma modesta. O rebanho de 135 milhões de cabeças ocupa 280 milhões de hectares, sete vezes a área plantada das lavouras de grãos em todo o país.

Nunca é demais recordar que a distribuição per capita de alimentos é um dado fictício, pois trata-se apenas de uma estimativa média. Em um país de distribuição de renda tão desigual, como o nosso, isto significa que boa parte da população não tem acesso a essa quantidade diária mínima de alimentos. Para um quinto da população do país, esta cota não passa de um distante sonho de fartura.

Tabela 2 - Mapa da Miséria e da Produção

REGIÃO	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDIGENTE (%)	OFERTA AGRÍCOLA DO BRASIL (%) (*)
NORTE	2,2	3,5
NORDESTE	54,5	5,3
CENTRO-OESTE	5,3	25,7
SUDESTE	25,1	16,6
SUL	12,8	49,0

(*) Milho, soja, trigo, feijão, arroz.

DESPERDÍCIO

Se existe fartura para uns e escassez para outros, existe também muito desperdício. Para se ter uma idéia, segundo o Jornal do Brasil de 1/06/93, as perdas na agricultura chegavam a US\$ 2 bilhões por ano. O país joga fora, anualmente, 14 milhões de toneladas de importantes alimentos. Entre os grãos, somente com arroz, feijão, milho, soja e trigo, o Brasil perde anualmente 9.029.000 toneladas, representando US\$1,35 bilhão.

Na colheita, o desperdício é de 15%, contra 5% nos Estados Unidos. No transporte, 2% da carga dos caminhões ficam pelas estradas.

Cerca de 30% das frutas são perdidas. Entre as hortaliças o desperdício é ainda maior, ficando entre 30 e 40%. Mas surpreende o grande desperdício entre os grãos, que são produtos menos perecíveis do que as frutas e hortaliças: o milho tem perdas de 4,4 milhões de toneladas anuais. O arroz tem 22% de sua produção desperdiçada; o feijão, 15%; a soja, 10% e o trigo, 9%.

**PESQUISA DO IBGE
REALIZADA EM 1995, E
DIVULGADA EM SETEMBRO
DE 1996, MOSTROU QUE A
POPULAÇÃO URBANA
ATINGE 120.350.537
PESSOAS, PARA UMA
POPULAÇÃO RURAL DE
32.024.066 HABITANTES**

Para se ter uma idéia, a CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, o maior entreposto de abastecimento do país, desperdiça diariamente 1 tonelada de verduras, o suficiente para produzir cerca de 2.000 pratos de sopa por dia.

2.2. Pobreza e Renda

No que se refere à disponibilidade de renda, a disparidade é assustadora. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 1996, informa que, no Brasil, os 20% mais ricos detinham,

em 1990, 65% de participação na renda, contra 12% dos 50% mais pobres.

Segundo dados do 52º Anuário Estatístico do IBGE - 1992, a renda per capita do brasileiro caiu 5,3% na década de 80. Em 1990, enquanto os 10% mais pobres respondiam por 0,8% da riqueza, os 10% mais ricos detinham 48,7%.

Dados divulgados em setembro de 1996 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), mostram que, para os anos de 1993 e 1995, os 10% mais ricos passaram a deter 49,8% da renda nacional em 1993 e 48,2% em 1995, enquanto os 10% mais pobres passaram a 0,7% da renda em 1993 e 1,1% em 1995.

Verificamos que os 10% mais ricos tiveram sua participação na renda reduzida de 48,7% em 1990 para 48,2% em 1995, enquanto os 10% mais pobres passaram de 0,8% em 1990 para 1,1% em 1995. Parece incrível, mas esta ínfima e ridícula diferença foi festejada pelo governo e certos órgãos da mídia como “melhoria” na distribuição de renda no Brasil!

Dos cerca de 62 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa do país, 24% recebiam até um salário mínimo no início dos anos 90 e 52,9% até 2 salários mínimos. Dessa população, 8% nada recebiam pelo seu trabalho. Na outra ponta, apenas 3% dessa população ganhavam, mensalmente, no mínimo, 20 salários-mínimos.

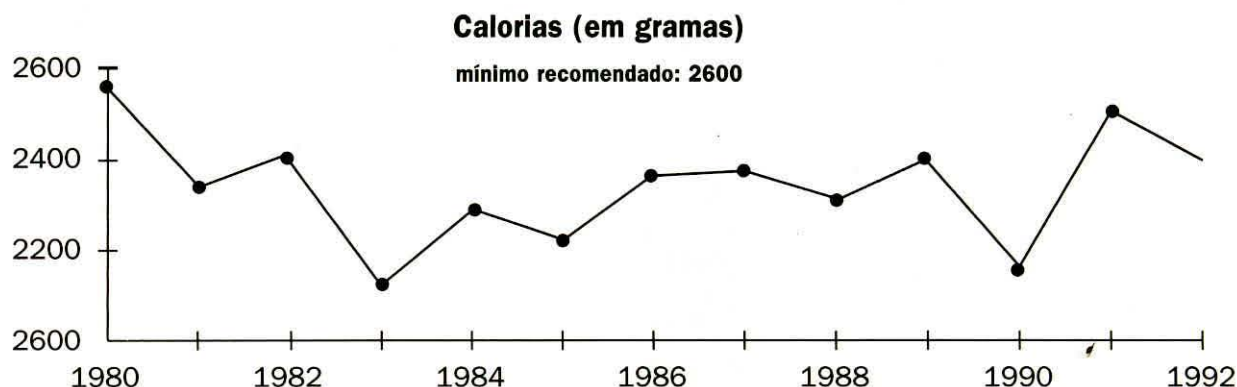
A capacidade atual de produção do campo constitui, porém, um sério obstáculo. Se, por hipótese, a desigualdade de

Tabela 3 - Perdas na Agricultura

PRODUTO	PERDAS ANUAIS (US\$)	CAUSAS PRINCIPAIS
MILHO	472 milhões	• colheita tardia, armazenamento inadequado e erros na armazenagem.
SOJA	302 milhões	• preparo inadequado do solo e processamento com tecnologia atrasada.
ARROZ	253 milhões	• maquinaria desregulada e sem manutenção e umidade na armazenagem.
FEIJÃO	210 milhões	• deficiência na secagem e no tratamento.
TRIGO	40 milhões	• tecnologia ultrapassada e condições climáticas adversas.

Fonte: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Gráfico 1 - Mesa mais pobre



Fonte: Flávio Condé de Carvalho - IEA-SP

renda fosse significativamente reduzida, os milhões de indigentes hoje marginalizados não conseguiriam obter uma alimentação adequada. O Plano Cruzado, no Governo Sarney, em 1986, deixou flagrante o descompasso entre a produção de alimentos e as necessidades dos brasileiros.

Uma melhoria geral do poder aquisitivo, naquele ano, permitiu a uma grande parte da população consumir mais e se alimentar melhor. A produção não deu conta de atender ao básico – foi preciso importar 1,4 milhão de toneladas de arroz, quase 100 mil de feijão, 1,7 milhão de toneladas de leite – nem de garantir o consumo de alimentos mais caros, tornados enfim acessíveis. A importação de carne foi de 470 mil toneladas e só não foi maior porque não havia mais produto para comprar.

Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo mostra que a disponibilidade de calorias em 1980 era de 2.543 calorias por dia, caindo 9% até 1992, quando foi de 2.397 calorias.

O déficit de calorias, pelo Gráfico 1, variou em torno de 200 a 400 calorias por dia, nestes 12 anos.

2.3. O Mapa da Terra

Cerca de 28 milhões de brasileiros deixaram o campo em apenas 20 anos. Em 50 anos (1940/1991), a taxa de urbanização cresceu 145% no país.

Em 1940, apenas 31% dos 41,2 milhões de brasileiros viviam nas cidades. Os 28 milhões de moradores do campo representavam 69% da população. Em 1980, 68% dos 118,8 milhões de brasileiros viviam em cidades. A população rural havia aumentado 10 milhões em relação a 1940, mas passava só a 32% do total.

Pesquisa do IBGE realizada em 1995, e divulgada em setembro de 1996, mostrou que a população urbana atinge 120.350.537

pessoas, para uma população rural de 32.024.066 habitantes. Ou seja, 78,98% dos brasileiros, quase 80%, vivem em cidades, enquanto a população rural caiu para 21,02%, pouco mais de 20%.

A concentração da terra, enquanto patrimônio, é um espelho da concentração da renda. Apenas 0,9% das grandes proprietários detêm 35,8% das terras, ou seja, 118,4 milhões de hectares.

De acordo com o INCRA, apenas 26,3% das terras cadastradas foram consideradas produtivas, 64,2% foram consideradas não produtivas e 9,2% não foram classificadas.

As regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste possuem os maiores

Tabela 4 - O Mapa da Terra no Brasil

	% ÁREA TOTAL	% NÚMERO DE PROPRIEDADES
PEQUENA PROPRIEDADE	23,4	89,1
MÉDIA PROPRIEDADE	19,9	8,0
GRANDE PROPRIEDADE	56,7	2,8

Fonte: Folha de São Paulo, 15/05/96.

Tabela 5 - Distribuição de Pessoas Indigentes por Unidade de Federação (1990)**NÚMERO DE INDIGENTES**

ABSOLUTO		RELATIVO	
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE INDIGENTES	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% DE INDIGENTES
Bahia	4.331.264	Piauí	57,54
Minas Gerais	3.471.834	Paraíba	47,23
Ceará	3.034.518	Ceará	47,21
Pernambuco	2.325.719	Maranhão	44,93
Maranhão	2.304.066	Rio Grande do Norte	42,26
São Paulo	2.128.239	Bahia	37,58
Paraná	1.883.043	Alagoas	34,45
Rio de Janeiro	1.703.824	Pernambuco	32,39
Rio Gde. do Sul	1.534.895	Sergipe	31,36
Paraíba	1.527.826	Espírito Santo	27,10

Fonte: MAPA DA FOME: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de política. No.14, IPEA, março de 1993.

percentuais de terras classificadas como não produtivas, acima de 60%. As regiões Sul e Sudeste, dispõem de cerca de 40% de terras produtivas.

3. O MAPA DA FOME: INDICADORES DA INDIGÊNCIA

O Brasil, de acordo com o censo demográfico do IBGE de 1991, tinha cerca de 146 milhões de habitantes.

Trinta e dois milhões de brasileiros, população equivalente a da Argentina, defrontam-se diariamente com o problema da fome. São nove milhões de famílias que não conseguem garantir as condições mínimas de alimentação (gráfico acima).

Este trágico retrato do Brasil, batizado de Mapa da Fome, foi apresentado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, um órgão de assessoramento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República. O Mapa da Fome define as

linhas de indigência e de pobreza, a partir do custo da cesta básica de alimentos, cuja composição varia de acordo com a região e que atende aos critérios nutricionais recomendados pela OMS e pela FAO - Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

São considerados indigentes, todos aqueles cuja renda, na melhor das hipóteses, garante apenas a aquisição de no máximo 1 cesta básica/mês. A linha de indigência, no momento em que foi realizada a pesquisa, variava em torno de dois salários mínimos por família, dependendo da região do país.

Consideram-se pobres aqueles cuja renda permite cobrir ou-

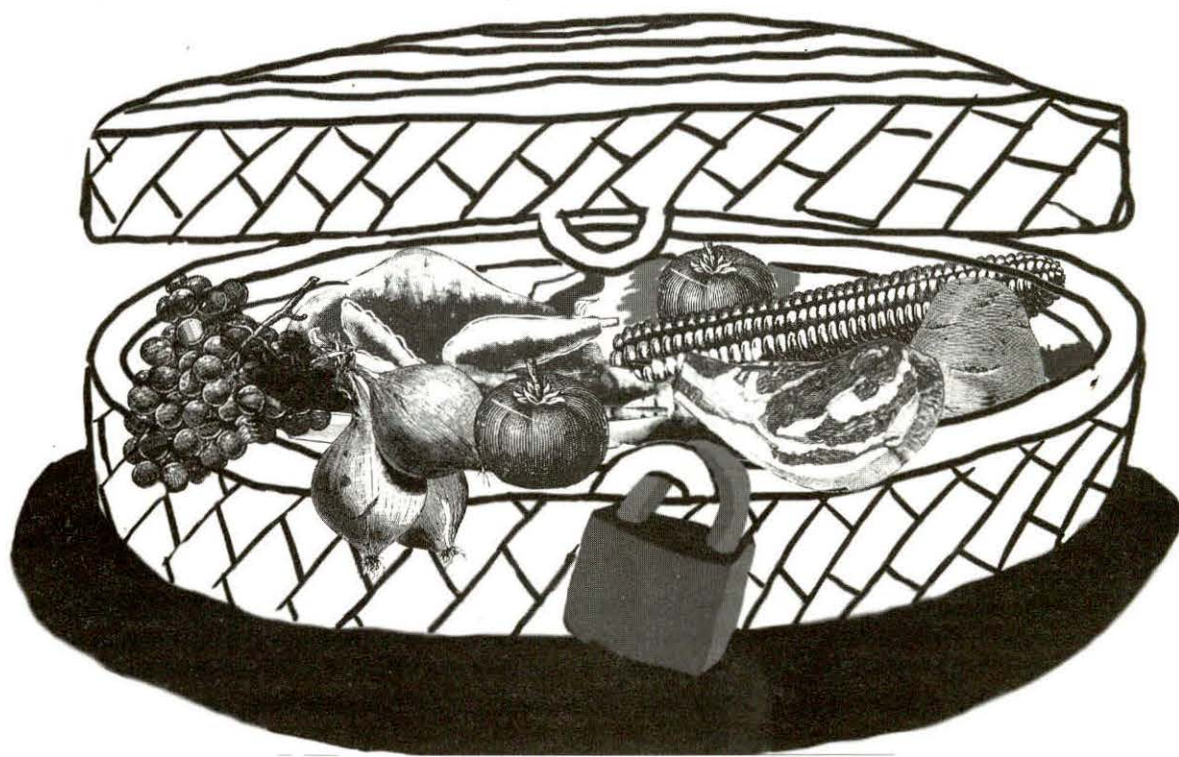
tras necessidades, além da cesta básica, como saúde, educação, habitação, transporte e vestuário. A linha de pobreza ficava em torno de quatro salários mínimos.

Desta forma, existiriam no Brasil, em 1990, 31,6 milhões de indigentes e 61,3 milhões de pobres, ou seja, mais de 40% da população.

Destes 32 milhões de indigentes, 50% estão localizados nas cidades, grande parte nas regiões metropolitanas. A despeito desta progressiva concentração das áreas urbanas, 50% dos indigentes no Brasil se encontram na área rural (ver gráfico em anexo) onde se observam índices alarmantes de fome e desnutrição. No Nordeste, estão localizados 55% destes 32 milhões, dos quais 60% habitam na área rural.

Apesar desta concentração no Nordeste e nas grandes cidades, a fome é um fenômeno que está disseminado em todo o território nacional, inclusive nas regiões de maior produção agrícola, como, por exemplo, nos estados de São Paulo e Paraná. (ver gráfico em anexo).

**COMBATER A FOME
SIGNIFICA, ACIMA DE
TUDO, COMBATER AS
CAUSAS DA PERPETUAÇÃO
DA MISÉRIA EM QUE VIVEM
MILHÕES DE BRASILEIROS.**



Em números absolutos, os estados com os maiores índices de indigência são Bahia, Minas Gerais e Ceará, seguidos por São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro.

Se levarmos em conta os números relativos à população total de cada unidade da federação, entre os 10 Estados com os maiores percentuais de indigência, 9 serão do Nordeste.

Segundo pesquisa do IPEA que identificou o Mapa da Fome em 1993, a miséria no país tem raízes estruturais. Nas últimas décadas, ela se agravou em consequência dos sucessivos fracassos das políticas econômicas. A combinação da estagnação econômica com as altas taxas de inflação, que submeteu o trabalhador brasileiro à insegurança do desemprego e corroeu o poder aquisitivo dos salários, foi considerado pelo IPEA como a causa básica do agravamento da fome e da miséria.

A pesquisa do IPEA adverte ainda que combater a fome significa, acima de tudo, combater as causas da perpetuação da miséria em que vivem milhões de brasileiros, enquanto o país se vangloria de ser a décima economia do mundo, e uma parte da sociedade ostenta padrões de riqueza semelhantes aos dos países desenvolvidos.

O pretenso impacto positivo do Plano Real do atual governo limitou-se a fazer os números da pobreza retrocederem aos níveis de 1990. Mas nas grandes cidades, como São Paulo, os números da pobreza em janeiro de 1996 continuam superior ao verificado no início da década atual. Segundo dados da Conferência Nacional de Estatística - Rio, 1996 - entre julho de 1994 e janeiro de 1996, aproximadamente cinco milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre.

4. SEGURANÇA ALIMENTAR

Inspirados no movimento pela Ética na Política, desencadeado em 1992, e indignados com os números da miséria e da indigência divulgados pelo IPEA através do "Mapa da Fome", representantes do governo e da sociedade civil e inúmeros cidadãos brasileiros, iniciaram um movimento pela Segurança Alimentar no país, cujo objetivo é garantir a todas as pessoas, em todos os momentos, uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável.

Em abril de 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o CONSEA, órgão de aconselhamento ao Presidente da República, composto por representantes de vários Ministérios e de 21 representantes da sociedade civil, sendo 19 do Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida, que organizou Comitês em todo o país.

A Ação da Cidadania teve o mérito de colocar o problema da fome na agenda política nacional. E apontou as causas mais importantes da desnutrição: a concentração de renda, o desemprego, baixo poder aquisitivo, a falta de produção no campo, a seca, o descaso dos serviços básicos por parte dos Governos, a falta de saneamento básico e a interrupção precoce do aleitamento infantil.

Em julho de 1994, foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com a participação de dois mil delegados de todo o país. A segurança alimentar foi concebida como eixo de um novo projeto de desenvolvimento nacional. "No Brasil, haverá segurança alimentar quando todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualidade aos alimentos requeridos para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna".

Esta Conferência considerou a segurança alimentar um objetivo nacional básico e estratégico que deve permear todas as políticas e ações de todos os níveis de governo, e ser perseguida por toda a sociedade, comprometendo todos os segmentos sociais, em particular o empresariado, visto como o setor que "tem sustentado e usufruído do modelo de desenvolvimento concentrador e excludente".

A alimentação dos 107 milhões de brasileiros que já estão nas cidades e que dependem inteiramente da aquisição de alimentos e dos 2,8 milhões que a eles se juntarão a cada ano no restante desta década é sem dúvida um grande desafio.

As tradicionais deficiências da disponibilidade de produção (aumento da produção e fim do desperdício) e da distribuição equitativa da renda (expansão do emprego e melhorias salariais) somadas ao problema do abasteci-

mento (preços baixos para o consumidor, distribuição eficiente, quantidade e qualidade dos produtos) são prioridades urgentes que exigem uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Somos, apesar de tudo, um país privilegiado, pois dispomos de todos os recursos, alguns até em abundância, bem como da capacidade necessária para resolver esses problemas. O que tem faltado é a vontade política. □

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. O que é Fome. São Paulo, Brasiliense, coleção Primeiros Passos, 1986.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR/SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995.

FASE, Alimentação e Nutrição no Nordeste, uma coletânea. Recife, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15/05/96

GLOBO, Revista Globo Rural, São Paulo, v. 9, nº 100, fev/1994.

O GLOBO, 26/05/96

GUIA DEL TERCER MUNDO 91/92 - Instituto del Tercer Mundo

IBASE, Democracia, Rio de Janeiro, nº 103, 104, 110, 1994.

IBASE, Políticas Governamentais, Rio de Janeiro, nº 93, jul/ago - 1995

IBGE, 52º Anuário Estatístico, 1992.

IBGE/CDDI, Informação contra a Fome, Rio de Janeiro, 1993.

IBGE/PNAD, 1996.

JORNAL DO BRASIL, 1/06/1993

MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. Raízes da Fome. Petrópolis, Vozes, 1985.

IPEA, O Mapa da Fome I, subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. PELIANO, Anna Maria T. M. 1993.

IPEA, O Mapa da Fome II, informações da indigência por municípios da federação PELIANO. Anna Maria T. M. 1993.

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 1996

SBPC, Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v.17, n. 100, maio/jun -1994.

Conheça você também...

ALTERNATIVAS

Cadernos de Agroecologia - nº 4 - Solos

Diagnóstico Ambiental Rápido e participativo em comunidades

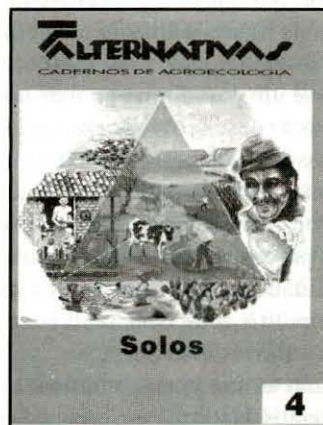
Paulo Petersen - AS-PTA

Percepção e interpretação do ambiente agrícola

Mauro Resende - UFViçosa

Abordagem holística da Ciência do Solo

Eli Lino de Jesus - AS-PTA

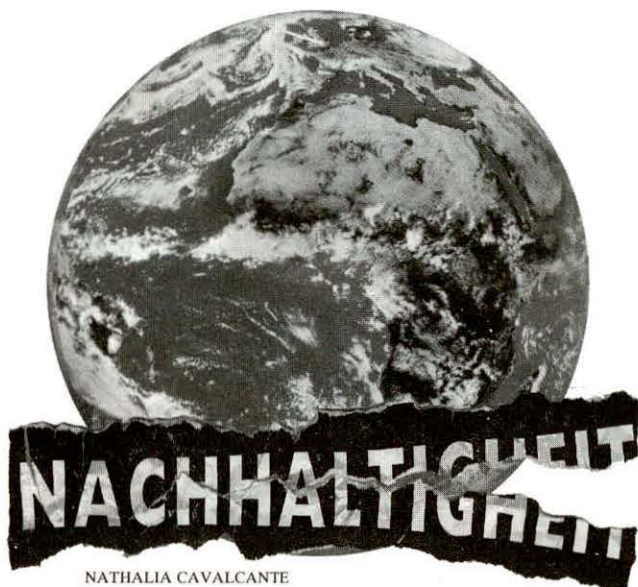


Pedidos: AS-PTA - APOIO E SERVIÇOS A PROJETOS

EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua da Candelária, 9 - 6º andar Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep 20091-020 • Tel:(021) 253-8317 Fax: (021) 233-8363
E-mail: aspta@ax.apc.org

ALEMANHA SUSTENTÁVEL: UM NOVO ESTUDO E VELHAS POLÍTICAS



NATHALIA CAVALCANTE

Após a publicação do *Relatório Brundtland*, na Alemanha, assim como no mundo inteiro, a palavra sustentabilidade começou a se impor. No início, o conceito esteve mais ligado à área da cooperação internacional, mas logo tornou-se um paradigma para as políticas de desenvolvimento. Justamente, um dos aspectos mais problemáticos da Rio 92 e da Agenda 21 foi o fato de haverem selado essa percepção restrita da sustentabilidade como nova prioridade para políticas de desenvolvimento no Hemisfério Sul.

Mesmo assim, já nos próprios documentos da Rio 92, em especial os que resultaram das discussões sobre mudanças climáticas (*efeito estufa*), ficou firmado de forma inegável que a maior responsabilidade pelos problemas globais cabia aos

países industrializados. Consequentemente, mudanças globais que merecem este nome precisam considerar também, se não em primeiro lugar, mudanças fundamentais nos países do Norte. A lógica intrínseca do conceito de sustentabilidade leva à desconstrução dos antagonismos tradicionais (primeiro mundo x terceiro mundo) em favor da formulação de desafios comuns - porém com atribuições bastante diferenciadas. Por exemplo, mudanças de clima, principalmente aquelas causadas pelas emissões poluentes de países mais

industrializados, podem ter consequências gravíssimas em países do Sul. Portanto, precisam de respostas em níveis diferenciados.

Neste contexto, a palavra sustentabilidade foi incorporada, primeiramente, aos discursos de ecologistas, que se referiam a situações na Alemanha, e depois, também, à linguagem oficial. Sabemos que a mudança de discursos não reflete nem provoca necessariamente mudanças da realidade. Críticos e céticos na Alemanha constataram logo que a sustentabilidade tornou-se um conceito *catch all*, que atrai exatamente por causa da sua vaguidão. Desse impasse produziram-se diversas iniciativas, no sentido de utilizar o conceito de sustentabilidade para desenvolver parâmetros concretos, capazes de servir para a elaboração de um modelo de *Alemanha Sustentável*.

O estudo mais ambicioso foi realizado pela Misereor, a agência de cooperação internacional da igreja católica, e a BUND, uma grande associação de grupos ambientalistas. Em si, essa parceria já é notável, especialmente porque a Misereor, de hábito, não se

A LÓGICA INTRÍNSECA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE LEVA À DESCONSTRUÇÃO DOS ANTAGONISMOS TRADICIONAIS (PRIMEIRO MUNDO X TERCEIRO MUNDO) EM FAVOR DA FORMULAÇÃO DE DESAFIOS COMUNS.

THOMAS FATHEUER - Sociólogo. Assessor do Programa da Amazônia do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED/SACTES). Consultor da FASE Belém.

posiciona sobre assuntos internos da Alemanha. O reconhecido Instituto de Wuppertal para Energia, Meio Ambiente e Energia, executor de projeto da Misereor e BUND, concluiu em Setembro de 1995 o estudo com o título *Alemanha sustentável - uma contribuição para um desenvolvimento global e sustentável*.

O estudo parte de três pressupostos básicos:

- Um recurso renovável só deve ser usado dentro da sua capacidade de renovar-se simultaneamente ao uso.
- Só se deve emitido ao meio ambiente o que este pode absorver.
- O dispêndio de energia e de materiais tem que ser reduzido a um nível de baixo risco.

Esses princípios devem ser colocados em prática no interior de um espaço limitado, denominado como *espaço ambiental* - que, neste caso, deverá corresponder basicamente ao território da Alemanha -, apesar de existirem algumas exceções. Com essa compreensão do problema, torna-se impossível *exportar* emissões poluentes e lixo. Nas recomendações práticas, o estudo recomenda reduções drásticas de emissões e de consumo de energia. Por exemplo, o uso de energia primária deveria ser reduzido em no mínimo 30%, até 2010 (meta de curto prazo), e em, no mínimo, 50%, até 2050 (meta de longo prazo). A emissão de CO₂ tem que cair em 35%, até 2040, e em 80-90%, até 2050. A agricultura deveria abandonar até 2010 qualquer uso de adubo químico e de agrotóxicos, transformando-se assim numa agricultura ecológica. O estudo prevê, também, o fim de todas as construções de estradas ou de outras instalações em áreas naturais. Além de estabelecer indicadores e metas concretas de sustentabilidade, o estudo traz oito propostas fundamentais que deveriam nortear as mudanças estrutu-

rais e de comportamento pessoal. Por exemplo, indica-se a necessidade de a pessoa preocupar-se mais em viver melhor do que em obter bens; processos de produção cíclicos em vez de lineares; justiça internacional. Apesar de o estudo prever mudanças radicais, na opinião dos autores pode ser realizado dentro do contexto de uma economia ecológica de mercado. Um instrumento central da transformação seria uma reforma fiscal ecológica.

Os autores do estudo sabem muito bem que a introdução de indicadores quantitativos só se torna possível com uma tremenda redução da complexidade real: "É ao mesmo tempo o ponto fraco e o ponto forte de uma abordagem material e quantitativa o fato de ela reduzir toda a complexidade

**O INSTITUTO DE
WUPPERTAL PARA MEIO
AMBIENTE E ENERGIA,
EXECUTOR DE PROJETO DA
MISEREOR E BUND,
CONCLUIU EM SETEMBRO
DE 1995 O ESTUDO COM O
TÍTULO ALEMANHA
SUSTENTÁVEL - UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA UM
DESENVOLVIMENTO GLOBAL
E SUSTENTÁVEL.**

de um momento histórico a uma diferença entre uma quantidade atual e outra, futura", explica Wolfgang Sachs, um dos responsáveis. "Essa interpretação se abstrai da diversidade de processos e fenômenos naturais para destacar elementos mensuráveis: energia, matéria e áreas. Exatamente nesta redução conceitual encontra-se a força da representação material-quantitativa da crise ambiental: ela organiza um mundo extrema-

**CRÍTICOS E CÉPTICOS NA
ALEMANHA CONSTATARAM
LOGO QUE A
SUSTENTABILIDADE
TORNOU-SE UM CONCEITO
CATCH ALL, QUE ATRAI
EXATAMENTE POR CAUSA
DA SUA VAGUIDÃO.**

mente complexo em dados e números, e assim promete constatações objetivas, priorizando contextos mensuráveis, e consegue definir propostas quantitativas e controláveis."

Com suas propostas ambiciosas, o estudo da Misereor e da BUND conseguiu obter grande repercussão na mídia e suscitar muitas discussões. Alguns cidadãos raivosos ameaçaram afastar-se da Igreja Católica, alegando que esta teria passado a criticar o uso do carro particular - uma "vaca sagrada", para muitos alemães. No entanto, na maioria dos casos, a reação foi muito mais benevolente: o estudo fora recebido, até na política oficial, como uma provocação interessante.

Já a apresentação oficial do estudo foi acompanhada por um pequeno incidente: a articulação de grupos da solidariedade internacional, o BUKO, organizou um protesto com faixas. Para o BUKO, hoje em dia dominado por grupos da esquerda radical, o estudo procura um consenso falso e quer resolver problemas dentro de um contexto global que não permite, em si, o estabelecimento de uma sociedade mais justa e ecológica. Isso acarretou uma polêmica um tanto estéril, que tentou mais "desmascarar" o estudo da Misereor e da BUND do que identificar avanços e pontos críticos.

Em Berlim, vários grupos ecológicos e da solidariedade internacional assinaram uma declaração

que reflete bem as críticas do lado progressista recebidas na Alemanha pelo estudo. A declaração destaca cinco pontos:

- Com seu conceito central de *espaço ambiental*, o estudo nega as contradições sociais. Todo mundo vira consumidor do mesmo *espaço ambiental*. Assim, o conflito Norte

- Sul, processos históricos, desigualdades sociais e de gênero só aparecem de passagem.

- O estudo assume, sem críticas, a eficiência do mercado e a necessidade da competitividade. A modernização ecológica deveria até fortalecer a liderança alemã nos mercados internacionais e melhorar a competitividade internacional.

- Assim, a abordagem da divisão internacional torna-se insuficiente. A estratégia proposta, a de uma "boa vizinhança global", não reflete o atual abismo de poder entre Norte e Sul.

- O estudo aceita o mercado mundial como referência. Isoladamente, a proposta de uma redução radical de transações não é suficiente, e pode ser altamente problemática para países do Sul que dependem de exportações.

- Finalmente, acusou-se a falta de uma discussão crítica sobre o papel das organizações internacionais com o Banco Mundial, FMI ou OMC (Organização Mundial de Comércio).

Mesmo considerando essas objeções, a *Declaração de Berlim* - em contraste com os posicionamentos do BUKO - reconhece o estudo como um impulso importante para os debates na Alemanha. Apesar de graves defeitos conceituais, o estudo realmente apresenta, na minha avaliação, ele-

mentos positivos: grupos importantes da sociedade alemã (Igreja Católica, ecologistas moderados) publicaram um documento que não deixa dúvidas sobre a necessidade de reformas radicais e que busca, num contexto global, priorizar mudanças no Norte. Além disso, há propostas concretas interessantí-



simas, como a transformação total da agricultura, ou, na questão da biodiversidade, a recusa por parte dos autores da tendência de recursos do Sul serem apropriados por empresas multinacionais que desrespeitam os direitos dos povos indígenas e dos camponeses.

O estudo, no mínimo, pode ajudar a criar na sociedade alemã um clima de auto-reflexão e de abertura em relação às mudanças, que incluem também aspectos das relações Norte-Sul. Isso, atualmente, demonstra-se mais necessário do que muitas pessoas pensam, no Hemisfério Sul. Apesar de a Alemanha passar a impressão de ser um país com um movimento ecológico forte e uma consciência avançada, o estudo da BUND e da Misereor constata, com razão, que

"nos países industrializados o meio ambiente nos últimos tempos foi marginalizado". Na guerra ideológica, especialmente usando e abusando da fenômeno da globalização, interesses específicos conseguiram introduzir a idéia da competitividade alemã como paradigma primordial, que deverá

nortear todas as discussões. E numa época em que o modelo *Welfare State* está no centro da disputa, numa época, marcada pelo desemprego estrutural em alto grau, o debate público volta a priorizar as questões sociais. Velhos temas como *empregos versus meio ambiente* ("restrições ambientais põem em risco a competitividade da indústria alemã") ganham novos aliados, também, na social-democracia. Muitos alemães realmente estão mais preocupados com o

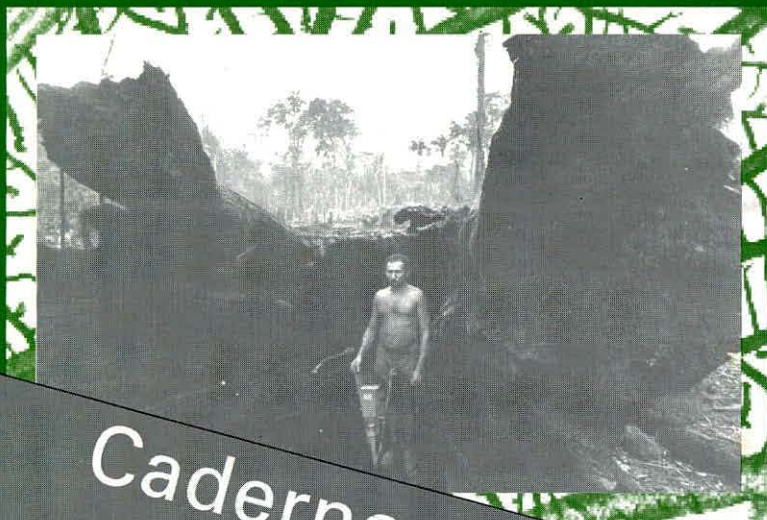
perigo de tornarem-se desempregados do que de serem contaminados. Nesta conjuntura, o estudo da Misereor e BUND, apesar de todas as limitações, representa um antídoto saudável.

Mas o esforço só vai surtir algum efeito - além de constituir-se numa provocação interessante - se as propostas (no mínimo algumas delas) entrarem nas pautas de movimentos sociais, especialmente dos sindicatos. Para tanto, torna-se indispensável uma tomada de consciência particular: na situação atual, velhos conceitos, tais como um simples *Pacto pelo Trabalho*, entre governo, empresários e sindicatos, não adiantam. A gravidade dos problemas - e, infelizmente, sua premência -, levará à consideração de soluções mais radicais. □

No hemisfério norte, surgiu nos últimos anos “uma crescente exigência de consumidores de que suas compras de produtos de base florestal não contribuíssem para a destruição e desmatamento das florestas naturais, mas sim para a sua preservação”. Legisladores, ambientalistas e homens e mulheres de negócios começaram a idealizar processos e instrumentos de certificação que assegurassem o cumprimento desta exigência nos produtos de base florestal disponíveis para consumo. Através de auditoria sobre os empreendimentos florestais, dar-se-ia ou não a estes empreendimentos um atestado certificando que eles estariam preservando os recursos naturais. Simples? Nem tanto.

Cadernos de PROPOSTA

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL



Três são os princípios - e os motivos - que fazem com que nos interessemos, como ONG, e queiramos interessar você, leitor, sobre esse tema.

① A certificação envolve questões sociais e ambientais relevantes hoje e para o futuro e não pode se restringir ao mercado, cuja lógica é estritamente a do lucro e do curto e, em certos casos, do médio prazos.

② A certificação é uma questão internacional que visa construir formas e normas de regulação que enquadrem o mercado. É importante interferir nisso.

③ Mas, antes de tudo é uma questão nossa, brasileira. Queremos que a certificação seja um meio, entre outros, para frear e, quiçá, reverter o saque secular dos recursos humanos e naturais do país.

Cadernos de Proposta convida
você para participar deste debate.

ORGANIZAÇÃO

Jean Pierre Leroy
Thomas W. Fatheuer
Sandra Failaci

4

sactes
ded

FASE

PROPOSTA 72 OS NOVOS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

Os padrões de contratação e integração social que fazem parte das relações sociais de trabalho tornam-se cada vez mais um objetivo distante. O precário e o informal se confundem numa era de reestruturação flexível, onde os parâmetros da competição internacional juntamente com as mudanças tecnológicas de processos e formas de produção deixam-nos sob o signo da incerteza. O número 72 de *Proposta* pretende discutir os rumos da crise da centralidade do trabalho entre nós.

A profissionalização e a qualificação dos trabalhadores, o sistema público de emprego, as novas formas de contrato temporário, os desafios para a prática sindical e o cooperativismo – são temas que serão abordados por diferentes ângulos pelas formulações de estudiosos e ativistas sociais.

Serão também abordados os novos movimentos e práticas sociais ligados a uma plataforma emergente de “economia popular” e solidária, bem como as estratégias de acesso ao trabalho via renda mínima e bolsa-estudo, políticas de desenvolvimento local, instrumentos e políticas de crédito popular e os processos de organização associativista e cooperativista, que pretendem desenvolver respostas originais para os desafios colocados pela ameaça de fragmentação social.